

Reta Final

DPE/PB

Analista Jurídico

Revisão Semanal

Semana 01

Grupo Educacional RDP

CURSO RDP

REVISÃO SEMANAL: SEMANA 01

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. Sobre as origens da gratuidade de justiça e da assistência jurídica no Brasil, é correto afirmar que

A) as origens mais remotas estão na Lei nº 1.060/1950, primeiro diploma a tratar do tema.

B) o primeiro órgão público de assistência judiciária do país foi criado em São Paulo, em 1934.

C) as origens mais remotas estão nas Ordenações Filipinas, sancionadas em 1595, e o primeiro órgão público de assistência judiciária foi criado no Rio de Janeiro, em 1897, pelo Decreto nº 2457.

D) o primeiro órgão público de assistência judiciária foi criado pela Constituição de 1946.

E) as origens mais remotas estão na Constituição de 1891, que previu órgãos especiais de assistência aos necessitados.

2. A respeito do tratamento constitucional da assistência aos necessitados ao longo das Constituições brasileiras, é correto afirmar que

A) a Constituição de 1934 foi a primeira a assegurar expressamente o acesso à justiça aos necessitados por meio de órgãos especiais a serem criados para esse fim, e a Constituição de 1937 omitiu a matéria.

B) a Constituição de 1937 manteve a previsão de órgãos especiais inaugurada em 1934.

C) as Constituições de 1946 e 1967 repetiram o comando de criação de órgão especial previsto em 1934.

D) a assistência jurídica integral e gratuita já constava expressamente do texto de 1967.

E) a Constituição de 1988 limitou-se a repetir a fórmula da assistência judiciária das Constituições anteriores.

3. Assinale a alternativa que distingue corretamente gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita.

A) A gratuidade de justiça é a representação endoprocessual do hipossuficiente, e a assistência judiciária é a isenção de custas e emolumentos.

B) A assistência jurídica gratuita limita-se à atuação dentro do processo, e a assistência judiciária abrange também a atuação extraprocessual.

C) As três expressões são sinônimas, distinguindo-se apenas pelo diploma normativo que as prevê.

D) A gratuidade de justiça é deferida pelo Defensor Público no atendimento, e a assistência judiciária é deferida pelo magistrado.

E) A gratuidade de justiça é a isenção de custas e emolumentos, deferida pelo magistrado dentro do processo; a assistência judiciária é a representação endoprocessual prestada por Defensor Público; e a assistência jurídica é a mais ampla das três, alcançando a atuação dentro e fora do processo.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

4. No Tema Repetitivo 1.178, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça fixou teses sobre a gratuidade judiciária requerida por pessoa natural. Segundo esse julgado,

A) é permitido ao magistrado indeferir de imediato o pedido com base em critérios objetivos previamente fixados em ato normativo do tribunal.

B) é vedado o uso de critérios objetivos para o indeferimento imediato da gratuidade requerida por pessoa natural, e, havendo nos autos elementos aptos a afastar a presunção de hipossuficiência, o juiz deve determinar a comprovação da condição, indicando de modo preciso as razões que justificam esse afastamento.

C) a presunção de hipossuficiência da pessoa natural é absoluta, não admitindo prova em contrário.

D) o pedido deve ser sempre deferido quando formulado por assistido da Defensoria Pública, vedada qualquer análise concreta.

E) os parâmetros objetivos podem ser adotados pelo magistrado como fundamento exclusivo do indeferimento, desde que cumprida a diligência de comprovação.

5. No julgamento da ADC 80, o Supremo Tribunal Federal reexaminou os critérios de concessão da gratuidade de justiça. De acordo com essa decisão,

A) a fixação de parâmetros objetivos para a gratuidade de justiça é incompatível com a Constituição.

B) os critérios objetivos do art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT devem permanecer restritos à Justiça do Trabalho.

C) o teto de 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social foi mantido como parâmetro de presunção.

D) a fixação de parâmetros objetivos é compatível com a Constituição, passando a valer, por interpretação conforme, presunção relativa de insuficiência de recursos para quem recebe salário igual ou inferior a R$ 5.000,00, com efeitos ex nunc.

E) a decisão alcança inclusive o primeiro grau dos Juizados Especiais e os processos já ajuizados.

6. Quanto à gratuidade de justiça requerida por pessoa jurídica, é correto afirmar que

A) faz jus ao benefício a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

B) somente a pessoa jurídica sem fins lucrativos pode ser beneficiária da gratuidade de justiça.

C) a declaração de insuficiência apresentada pela pessoa jurídica goza da mesma presunção relativa de veracidade conferida à pessoa natural.

D) a pessoa jurídica é sempre excluída do benefício, por força do art. 98 do Código de Processo Civil.

E) a pessoa jurídica em recuperação judicial faz jus automaticamente ao benefício.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

7. No Tema 1424, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça definiu o que se exige da pessoa jurídica para a obtenção da gratuidade de justiça. Segundo a tese fixada, a demonstração da hipossuficiência

A) exige apenas a apresentação de declaração de hipossuficiência firmada pelo representante legal.

B) é dispensada quando a empresa estiver em recuperação judicial ou falência.

C) reclama esclarecimentos sobre a situação financeira e patrimonial, com indicação de ativo, passivo, patrimônio líquido, resultado do exercício, fluxo de caixa, participações societárias, saldos e aplicações em contas bancárias, não bastando a mera prova de inatividade ou de queda de faturamento.

D) depende exclusivamente da apresentação da declaração de imposto de renda dos sócios.

E) exige prova pericial contábil determinada de ofício pelo magistrado.

8. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê exceção expressa em matéria de assistência judiciária, ao assegurá-la

A) a toda pessoa jurídica que atue na área da saúde, independentemente da finalidade lucrativa.

B) às empresas em recuperação judicial que prestem serviços a pessoas idosas.

C) às pessoas idosas apenas quando maiores de 80 anos.

D) aos conselhos municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa.

E) às instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço às pessoas idosas.

9. Sociedade empresária requer gratuidade de justiça e junta aos autos apenas a declaração de inatividade fiscal, sem prestar esclarecimentos sobre bens e ativos financeiros. Conforme decidiu a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça,

A) o documento é suficiente, pois a inatividade fiscal comprova a ausência de faturamento.

B) a mera apresentação da declaração de inatividade fiscal, sem os demais esclarecimentos acerca de bens e ativos financeiros, não é suficiente para a concessão da gratuidade de justiça a pessoa jurídica.

C) o documento dispensa qualquer outra prova quando acompanhado de declaração do contador.

D) o benefício deve ser concedido em caráter parcial, com redução percentual das despesas.

E) o pedido deve ser indeferido de plano, sem possibilidade de complementação documental.

10. A respeito da possibilidade de concessão parcial, prevalece o entendimento de que

A) tanto a assistência jurídica quanto a gratuidade de justiça podem ser concedidas parcialmente.

B) nem a assistência jurídica nem a gratuidade de justiça admitem concessão parcial.

C) a assistência jurídica admite concessão parcial, e a gratuidade de justiça não.

D) não é possível prestar assistência jurídica gratuita de maneira parcial, pois ela é integral e gratuita segundo a Constituição, ao passo que a gratuidade de justiça pode ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas.

E) a concessão parcial da gratuidade de justiça depende de expressa concordância da parte contrária.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

11. Vencido o beneficiário da gratuidade de justiça, as obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil,

A) ficam sob condição suspensiva de exigibilidade e só podem ser executadas se, nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos.

B) são automaticamente extintas com o trânsito em julgado da decisão.

C) ficam sob condição suspensiva pelo prazo de dez anos, contados da sentença final.

D) devem ser executadas de imediato, cabendo ao beneficiário pedir o parcelamento.

E) ficam sob condição suspensiva, competindo ao próprio beneficiário demonstrar a manutenção da insuficiência a cada exercício.

12. Nos termos do art. 98, § 1º, do Código de Processo Civil, a gratuidade da justiça compreende, entre outros,

A) as multas processuais aplicadas ao beneficiário por litigância de má-fé.

B) os honorários de advogado contratado particularmente pela parte beneficiária.

C) os selos postais, os depósitos previstos em lei para interposição de recurso e os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial.

D) as despesas com publicação em jornais de grande circulação, além da imprensa oficial.

E) os custos com a elaboração de memória de cálculo apenas na fase de conhecimento.

13. Quanto ao controle das decisões sobre a gratuidade de justiça no Código de Processo Civil,

A) cabe agravo de instrumento tanto contra a decisão que defere quanto contra a que indefere o benefício.

B) contra o deferimento cabe apelação, e contra o indeferimento, agravo de instrumento.

C) o deferimento é irrecorrível e imune a qualquer forma de controle pela parte contrária.

D) contra a decisão que acolhe pedido de revogação do benefício não cabe recurso, apenas pedido de reconsideração.

E) contra o deferimento não há previsão de recurso, cabendo impugnação da parte contrária, e contra a decisão que indefere a gratuidade ou acolhe pedido de sua revogação cabe agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, hipótese em que cabe apelação.

14. Sobre a concessão da gratuidade de justiça de ofício pelo magistrado, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que

A) a concessão de ofício é obrigatória sempre que a parte for assistida pela Defensoria Pública.

B) a concessão de ofício é vedada, sendo indispensável pedido expresso da parte.

C) a concessão de ofício é possível em qualquer fase, dispensado pedido expresso.

D) a concessão de ofício é possível apenas em segundo grau de jurisdição.

E) a concessão de ofício é possível quando o valor da causa for inferior a sessenta salários mínimos.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

15. Sobre a análise da hipossuficiência para fins de gratuidade de justiça em razão da condição de terceiros, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que

A) a gratuidade requerida por criança ou adolescente deve ser examinada exclusivamente à luz da situação financeira dos pais.

B) a condição financeira do cônjuge impede, por si só, a concessão do benefício.

C) a presunção do art. 99, § 3º, do CPC não se aplica a menores de idade representados pelos pais.

D) a gratuidade requerida por criança ou adolescente deve, inicialmente, seguir a regra do art. 99, § 3º, do CPC, com deferimento em razão da presunção de insuficiência, ressalvada a possibilidade de o réu demonstrar o contrário, e a condição financeira do cônjuge não obsta, por si só, o deferimento do benefício.

E) a gratuidade requerida por criança ou adolescente depende de prévia oitiva do Ministério Público em qualquer caso.

16. Parte em tratamento oncológico tem o pedido de gratuidade de justiça indeferido com base em extrato bancário que revela reservas financeiras comprometidas com moradia e com o custeio do tratamento. Segundo decidiu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça,

A) a existência de reservas financeiras não afasta, por si só, a presunção de hipossuficiência da pessoa física quando demonstrado que elas estão afetadas a necessidades básicas e urgentes, como moradia e saúde.

B) a existência de qualquer reserva financeira afasta automaticamente a presunção de hipossuficiência.

C) a hipossuficiência exige ausência absoluta de patrimônio do requerente.

D) o benefício só pode ser concedido após a liquidação das reservas existentes.

E) a análise da hipossuficiência deve considerar apenas a renda mensal declarada, sendo irrelevante a destinação do patrimônio.

17. Sobre os modelos de prestação de assistência jurídica, é correto afirmar que

A) no modelo judicare os advogados particulares atuam a título caritativo, sem qualquer pagamento.

B) o modelo pro bono é o adotado pela Constituição de 1988.

C) no salaried staff model, ou modelo público, adotado pela Constituição de 1988, advogados pertencentes a um órgão do Estado atuam na defesa dos hipossuficientes e são remunerados pelo Estado.

D) o modelo híbrido consiste na atuação exclusiva de advogados dativos remunerados pelo Estado.

E) o modelo socialista é o adotado majoritariamente nos países capitalistas, por meio dos chamados Bufetes Colectivos.

18. A respeito da natureza e da permanência da Defensoria Pública, é correto afirmar que

A) a Defensoria Pública é órgão do Estado, integrado à estrutura administrativa do ente federativo que a mantém.

B) a Defensoria Pública pode ser extinta por emenda constitucional, dada a ausência da palavra permanente na redação originária do art. 134 da Constituição.

C) é admitida a edição de medida provisória sobre Defensoria Pública, desde que convertida em lei complementar.

D) a iniciativa de leis sobre organização, atribuição e estatuto da Defensoria é exclusiva do Presidente da República, excluída a dos defensores públicos gerais.

E) a Defensoria Pública é órgão de Estado, e a doutrina e a jurisprudência apontam que sua própria existência é cláusula pétrea, por instrumentalizar a garantia da assistência jurídica integral e gratuita.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

19. No estudo de Mauro Cappelletti e Bryant Garth sobre o acesso à justiça, a onda renovatória que se relaciona com a superação dos problemas de representação e defesa dos direitos difusos em juízo, especialmente nas áreas ambiental e do consumidor, é a

A) primeira onda, voltada à assistência jurídica aos pobres.

B) segunda onda.

C) terceira onda, voltada aos procedimentos, custos e duração do processo.

D) quarta onda, voltada à dimensão ética e política do direito.

E) quinta onda, voltada à internacionalização da proteção dos direitos humanos.

20. Sobre as novas ondas renovatórias do acesso à justiça posteriores às três ondas do Projeto Florença, é correto afirmar que

A) a quarta onda trata da internacionalização da proteção dos direitos humanos perante a Corte IDH e a CIDH.

B) a sexta onda trata da desigualdade de gênero e raça nos sistemas de justiça.

C) a sétima onda trata das iniciativas promissoras e das novas tecnologias para aprimorar o acesso à justiça.

D) a sexta onda trata das iniciativas promissoras e das novas tecnologias para aprimorar o acesso à justiça, sendo o Visual Law, como o uso de QR-Codes em petições, uma de suas materializações práticas.

E) a oitava onda, proposta por Kim Economides, trata da dimensão ética e política do direito.

21. De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é classificada como órgão

A) de administração superior, ao lado do Conselho Superior e da Corregedoria-Geral.

B) de atuação, ao lado das Defensorias Públicas do Estado e dos Núcleos.

C) de execução, ao lado dos Defensores Públicos do Estado.

D) auxiliar, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

E) de administração superior, embora seu titular não integre a Carreira.

22. A Lei nº 15.500/2026 criou o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU) e quatro órgãos no âmbito da DPU. Sobre esses órgãos, é correto afirmar que

A) somente a composição do Conselho Curador veio na própria lei, ficando as demais para regulamento do Defensor Público-Geral Federal.

B) a composição dos quatro órgãos foi integralmente definida na própria lei.

C) o Conselho Curador é presidido pelo Secretário-Geral Executivo da DPU, com voto de qualidade.

D) a composição do Conselho Fiscal veio na lei e a dos demais órgãos ficou para regulamento.

E) os quatro órgãos criados foram o Conselho Curador, o Conselho Superior, o Conselho Fiscal e a Corregedoria do FDPU.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

23. Ao julgar a ADI 5644, proposta pela Anadep contra a Lei Complementar estadual 1.297/2017 de São Paulo, que vinculava 40% do Fundo de Assistência Judiciária a convênios para contratação de advogados privados, o Supremo Tribunal Federal

A) julgou improcedente a ação, por entender que o modelo misto de assistência jurídica é compatível com a Constituição.

B) declarou apenas a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa do Executivo.

C) declarou a inconstitucionalidade formal e material da lei estadual.

D) declarou apenas a inconstitucionalidade material, por violação à autonomia financeira da Defensoria.

E) extinguiu o processo sem resolução de mérito, por ilegitimidade da associação autora.

24. Em 2025, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, no REsp 2.180.416-MG, que os honorários sucumbenciais devidos à Defensoria Pública

A) devem ser depositados em conta judicial vinculada ao processo enquanto pendente a regulamentação do fundo da instituição.

B) pertencem ao Estado, por serem os Defensores Públicos remunerados por subsídio.

C) somente podem ser destinados ao aparelhamento da instituição mediante autorização judicial.

D) devem ser rateados entre o fundo da instituição e o Tesouro estadual.

E) são de livre gestão da instituição, não cabendo ao Judiciário determinar depósito em conta judicial vinculada ao processo.

25. Sobre a chefia da Defensoria Pública do Estado, a Lei Complementar nº 80/1994 prevê que o Defensor Público-Geral é

A) eleito diretamente pelos membros da Carreira, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

B) nomeado pelo Governador do Estado dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

C) nomeado pelo Governador do Estado dentre membros da classe mais elevada da Carreira, em lista sêxtupla, para mandato de dois anos.

D) nomeado pelo Conselho Superior dentre membros estáveis e maiores de 30 anos, para mandato de quatro anos.

E) nomeado pelo Governador do Estado dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 anos, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

26. Lei estadual estabelece, para a escolha do Defensor Público-Geral do Estado, critérios diversos daqueles previstos na Lei Complementar nº 80/1994. Segundo o Supremo Tribunal Federal, essa norma é

A) inconstitucional, por violar a competência da União para editar normas gerais de organização das Defensorias Públicas dos estados-membros.

B) constitucional, por se tratar de exercício da competência concorrente plena do Estado.

C) constitucional, desde que os critérios sejam mais rigorosos que os da lei federal.

D) inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito processual.

E) constitucional, por se tratar de matéria de autonomia administrativa da Defensoria estadual.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

27. Sobre o Subdefensor Público-Geral do Estado, nos termos da Lei Complementar nº 80/1994,
A) é nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes estáveis da Carreira.
B) o Estado pode ter apenas um Subdefensor Público-Geral, vedado o desdobramento do cargo.
C) substitui o Defensor Público-Geral em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, e é por ele nomeado dentre integrantes estáveis da Carreira.
D) é escolhido pelo Conselho Superior em lista tríplice formada pela sociedade civil.
E) substitui o Defensor Público-Geral apenas no caso de vacância definitiva do cargo.

28. Recebida a lista tríplice, o Chefe do Poder Executivo estadual deixa transcorrer o prazo legal sem nomear o Defensor Público-Geral. Segundo a Lei Complementar nº 80/1994,
A) abre-se novo processo eleitoral, com formação de nova lista tríplice.
B) o Conselho Superior escolhe, entre os três nomes, aquele que assumirá o cargo.
C) o cargo é exercido interinamente pelo Corregedor-Geral até a nomeação.
D) decorridos 15 dias do recebimento da lista, é investido automaticamente no cargo o Defensor Público mais votado.
E) decorridos 30 dias do recebimento da lista, é investido automaticamente no cargo o Defensor Público mais antigo na Carreira.

29. Nos termos do art. 108, parágrafo único, da Lei Complementar nº 80/1994, constitui atribuição dos Defensores Públicos Estaduais
A) participar, com direito a voz, mas sem voto, dos Conselhos Penitenciários.
B) certificar a autenticidade de cópias de documentos necessários à instrução de processo administrativo ou judicial, à vista da apresentação dos originais.
C) receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros da Defensoria Pública do Estado.
D) atuar nos estabelecimentos prisionais somente mediante prévio agendamento junto à administração.
E) recusar o patrocínio da causa quando houver excesso de trabalho ou falta de especialização na matéria.

30. Segundo o Supremo Tribunal Federal, viola o art. 134, § 2º, da Constituição Federal a lei estadual que atribua ao Governador do Estado
A) a sanção da lei orçamentária que contemple a dotação da Defensoria Pública.
B) a nomeação do Defensor Público-Geral dentre os nomes da lista tríplice.
C) o encaminhamento da proposta orçamentária da Defensoria ao Legislativo.
D) a concessão de aposentadoria aos membros da Defensoria Pública.
E) a nomeação do Subdefensor Público-Geral, do Corregedor-Geral, dos Defensores Chefes e do Ouvidor da Defensoria estadual.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

31. No julgamento da ADI 5.662, o Supremo Tribunal Federal examinou dispositivos da lei orgânica da Defensoria Pública do Acre. A Corte decidiu que

A) a exigência de autorização prévia do Governador para atividades de órgão interno da Defensoria é compatível com a autonomia administrativa.

B) a atribuição de status de Secretário de Estado ao Defensor Público-Geral é válida, por ser matéria de organização administrativa local.

C) é inconstitucional a regra estadual que exige três anos de efetivo exercício no nível para promoção, sem previsão de dispensa do interstício, por ser mais restritiva que a norma geral federal.

D) é constitucional a regra estadual mais restritiva sobre promoção, pois o Estado exerce competência concorrente plena.

E) os efeitos da decisão foram fixados com eficácia retroativa, desconstituindo as promoções já efetivadas.

32. A composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado deve incluir obrigatoriamente, como membros natos,

A) o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral.

B) o Defensor Público-Geral, o Corregedor-Geral, o Ouvidor-Geral e o Defensor Público mais antigo na Carreira.

C) apenas o Defensor Público-Geral e o Corregedor-Geral, sendo os demais eleitos.

D) o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral e o presidente da entidade de classe de maior representatividade.

E) o Defensor Público-Geral, o Corregedor-Geral e os Defensores Chefes dos Núcleos especializados.

33. A respeito da presidência do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, prevê a Lei Complementar nº 80/1994 que

A) o Conselho é presidido pelo Corregedor-Geral, que tem voto de qualidade em matéria disciplinar.

B) o Conselho é presidido pelo Defensor Público-Geral, que tem voto de qualidade inclusive em matéria disciplinar.

C) o Conselho é presidido pelo Subdefensor Público-Geral, sem voto de qualidade.

D) o Conselho é presidido pelo Defensor Público-Geral, que tem voto de qualidade, exceto em matéria disciplinar.

E) o Conselho é presidido por conselheiro eleito entre os membros estáveis, com voto de qualidade em qualquer matéria.

34. Quanto aos membros eleitos do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, a Lei Complementar nº 80/1994 dispõe que

A) o mandato é de dois anos, vedada a reeleição, e são elegíveis os membros com mais de cinco anos de serviço público na Instituição.

B) o mandato é de quatro anos, permitida uma reeleição, e são elegíveis todos os membros da Carreira.

C) o mandato é de dois anos, permitidas duas reeleições, e são elegíveis os membros estáveis, ainda que afastados.

D) o mandato é de três anos, vedada a reeleição, e são elegíveis os membros da classe mais elevada.

E) o mandato é de dois anos, permitida uma reeleição, e são elegíveis os membros estáveis que não estejam afastados da Carreira.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

35. O presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado, nas reuniões do Conselho Superior,

A) não tem assento nem voz, salvo convite do Defensor Público-Geral.

B) tem assento e voz, mas não tem direito a voto.

C) tem assento, voz e voto, como membro nato.

D) tem direito a voto apenas em matéria disciplinar.

E) tem assento e voto, mas não pode manifestar-se nos debates.

36. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é exercida pelo Corregedor-Geral, que, nos termos da Lei Complementar nº 80/1994, é

A) eleito pelo voto direto e secreto dos membros da Carreira, para mandato de dois anos.

B) escolhido pelo Conselho Superior dentre cidadãos de reputação ilibada não integrantes da Carreira.

C) indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

D) nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, para mandato de quatro anos.

E) indicado dentre os membros estáveis da Carreira, em lista sêxtupla formada pela entidade de classe, e nomeado pelo Defensor Público-Geral.

37. A destituição do Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado antes do término do mandato, segundo a Lei Complementar nº 80/1994, depende de

A) proposta do Defensor Público-Geral e voto de dois terços do Conselho Superior.

B) proposta do Conselho Superior e decisão do Governador do Estado.

C) proposta do Ouvidor-Geral e voto da maioria absoluta do Conselho Superior.

D) proposta do Defensor Público-Geral e voto da maioria simples do Conselho Superior.

E) decisão isolada do Defensor Público-Geral, por se tratar de cargo de confiança.

38. Sobre o Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado, é correto afirmar, nos termos da Lei Complementar nº 80/1994, que

A) é escolhido pelo Defensor Público-Geral dentre membros estáveis da Carreira, para mandato de dois anos.

B) deve ser bacharel em Direito e ter idade mínima de 35 anos.

C) é indicado em lista sêxtupla formada pela sociedade civil e nomeado pelo Governador do Estado.

D) é escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada não integrantes da Carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e exerce o cargo em regime de dedicação exclusiva.

E) pode acumular o cargo com outra atividade pública, dada a natureza auxiliar do órgão.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

39. Compete à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, conforme o art. 105-C da Lei Complementar nº 80/1994,

A) processar e julgar a representação apresentada contra membros e servidores da Instituição.

B) auditar a prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública.

C) participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

D) elaborar e divulgar relatório anual de suas atividades.

E) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.

40. Quanto à organização e à atuação da Defensoria Pública do Estado, a Lei Complementar nº 80/1994 estabelece que

A) a atuação por meio de núcleos especializados deve priorizar os municípios que não contem com Defensor natural.

B) a organização deve primar pela descentralização, com atendimento interdisciplinar e tutela de interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos, e a atuação por núcleos deve priorizar as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

C) a assistência jurídica aos necessitados alcança apenas o primeiro e o segundo graus de jurisdição, cabendo aos Tribunais Superiores a atuação da Defensoria Pública da União.

D) a organização deve primar pela centralização administrativa, como forma de racionalizar o atendimento.

E) a atuação por meio de núcleos especializados deve priorizar as regiões com menor número de unidades de atendimento instaladas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSO, PCD, MULHER E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1. Na fase ou sistema da mera imputação criminal, no tratamento histórico da criança e do adolescente no Brasil, as leis tinham como propósito:
A) coibir a prática de ilícitos pelos chamados "menores", aplicando-lhes a normativa criminal.
B) conferir aos adultos poderes para promover a integração sociofamiliar da criança, com tutela reflexa de seus interesses.
C) reconhecer direitos e garantias a crianças e adolescentes, considerados pessoas em desenvolvimento.
D) submeter crianças e adolescentes exclusivamente ao pátrio poder exercido pelo pai, sem qualquer norma a respeito.
E) concentrar no Juiz de Menores amplo poder normativo para decidir sobre o menor em situação irregular.

2. O instrumento normativo que inaugurou a doutrina da situação irregular no ordenamento brasileiro foi:
A) o Código Criminal do Império, de 1830.
B) o Código Penal de 1890.
C) o Código de Mello Mattos, de 1927.
D) o Código de Menores, de 1979.
E) a Lei nº 8.069/1990.

3. Na comparação entre a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral, é correto afirmar que:
A) na doutrina da situação irregular as políticas públicas eram descentralizadas, cabendo ao município o atendimento.
B) a doutrina da proteção integral resulta da internacionalização da proteção, tendo como semente a Declaração de Direitos da Criança de 1959 e como consolidação a Convenção dos Direitos da Criança de 1989.
C) na doutrina da proteção integral a restrição da liberdade é prática comum, aplicável conforme o exclusivo arbítrio do juiz.
D) na doutrina da situação irregular já se assegurava o direito de ser criado no seio da família natural como prioridade.
E) a doutrina da proteção integral considera em situação irregular o adolescente em situação de pobreza.

4. A proteção integral costuma ser decomposta em dimensão pessoal (subjetiva) e dimensão material (objetiva). A dimensão pessoal passiva:
A) compreende todas as crianças e adolescentes, sem exceção.
B) obriga o Estado, a sociedade, a comunidade e a família a respeitar e assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.
C) impõe prestações consistentes em efetivar os direitos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer e à cultura.
D) veda ao Estado, à sociedade e à família qualquer intervenção indevida na liberdade de crianças e adolescentes.
E) proíbe a negligência, a discriminação, a exploração, a violência, a crueldade e a opressão.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

5. A Resolução nº 687/2026 do CNJ, editada no contexto das atividades artísticas desenvolvidas por crianças e adolescentes no ambiente digital, tem por objeto regulamentar:
A) o cadastro de pessoas interessadas na adoção de que trata o art. 50, § 13, II, do ECA.
B) a escuta especializada e o depoimento especial nas ações de família em que se discuta alienação parental.
C) os programas de saúde mental assegurados pelo art. 11-A do ECA.
D) os alvarás judiciais previstos no art. 149, II, do ECA, e no art. 14 do ECA Digital.
E) a irrevogabilidade da adoção prevista no art. 39, § 1º, do ECA.

6. O ECA consagra a autonomia progressiva ao estabelecer direitos e deveres diferenciados entre crianças e adolescentes. Expressão dessa diferenciação é:
A) a exigência do consentimento do adolescente, colhido em audiência, para a colocação em família substituta.
B) a exigência do consentimento da criança, colhido em audiência, para a colocação em família substituta.
C) a responsabilização da criança pela prática de ato infracional, com aplicação de medida socioeducativa.
D) a dispensa de autorização judicial para que a criança viaje desacompanhada, em qualquer hipótese.
E) a equiparação integral entre criança e adolescente quanto ao exercício de todos os direitos previstos na Lei.

7. Segundo o Comitê da ONU sobre os Direitos das Crianças, o superior interesse da criança é um conceito triplo. A faceta que determina, diante de disposição jurídica que admita mais de uma interpretação, a escolha daquela que satisfaça de maneira mais efetiva o interesse da criança corresponde:
A) à norma de procedimento.
B) ao direito substantivo.
C) ao princípio da municipalização do atendimento.
D) ao princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
E) ao princípio jurídico interpretativo fundamental.

8. O Protocolo aprovado pelo CNJ no final de 2024, que materializa o chamado "Defensor da Criança", disciplina a escuta especializada e o depoimento especial de crianças e adolescentes:
A) nos procedimentos de apuração de ato infracional.
B) nos processos de adoção internacional.
C) nas ações de família em que se discuta alienação parental.
D) nos procedimentos de reavaliação das medidas de acolhimento institucional.
E) nas ações de restituição internacional fundadas na Convenção de Haia.

9. Nos termos do art. 4º do ECA, o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação e à convivência familiar e comunitária incumbe:
A) exclusivamente ao poder público, por se tratar de dever estatal indelegável.
B) à família e ao poder público, apenas.
C) à família, à sociedade e ao Estado, apenas.
D) à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público.
E) à família e à comunidade, cabendo ao poder público atuação meramente subsidiária.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

10. De acordo com o § 1º do art. 4º do ECA, incluído pela Lei nº 15.240, de 2025, a garantia de prioridade compreende:
A) primazia de atendimento restrita aos serviços públicos de saúde e de educação.
B) preferência na formulação das políticas sociais públicas, vedada a interferência em sua execução.
C) destinação privilegiada de recursos públicos exclusivamente na área da educação infantil.
D) precedência de atendimento somente nos serviços públicos prestados diretamente pelo Estado.
E) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

11. O § 3º do art. 4º do ECA, incluído pela Lei nº 15.240, de 2025, define o que se considera assistência afetiva. Enquadra-se nesse conceito:
A) o pagamento regular da pensão alimentícia fixada judicialmente.
B) a solidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade.
C) a coabitação permanente com o filho, sob pena de perda do poder familiar.
D) a presença física do genitor em todas as atividades escolares e datas comemorativas.
E) o custeio integral das despesas do filho com educação e cultura.

12. Sobre a alteração promovida no art. 5º do ECA pela Lei nº 15.240, de 2025, é correto afirmar que:
A) considera conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, a ação ou omissão que ofenda direito fundamental de criança ou adolescente, incluídos os casos de abandono afetivo.
B) tipificou o abandono afetivo como crime, cominando pena de detenção aos genitores.
C) condicionou a reparação de danos por abandono afetivo à prévia destituição do poder familiar.
D) afastou a incidência de outras sanções quando a conduta configurar abandono afetivo.
E) restringiu a reparação de danos às hipóteses de negligência e de violência física.

13. No julgamento do RE 1008166 (Tema 548 da repercussão geral), o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que:
A) o atendimento em creche depende de prévia regulamentação do direito pelo Congresso Nacional.
B) a educação infantil compreende a creche, de 0 a 5 anos, e a pré-escola, a partir dos 6 anos.
C) a oferta de educação infantil pelo poder público pode ser exigida individualmente em juízo.
D) as normas constitucionais sobre educação básica têm eficácia limitada e aplicabilidade diferida.
E) a exigência judicial de vagas somente é admitida por meio de ações coletivas.

14. O art. 11-A do ECA, incluído pela Lei nº 15.413, de 2026, assegura a crianças e adolescentes:
A) internação psiquiátrica compulsória mediante autorização do conselho tutelar.
B) atendimento em saúde mental prestado exclusivamente pela rede privada conveniada.
C) prioridade de atendimento limitada à atenção hospitalar de urgência e emergência.
D) acesso a programas de saúde mental promovidos pelo SUS para a prevenção e o tratamento de agravos de saúde mental.
E) acesso gratuito a todos os recursos terapêuticos, independentemente de situação de vulnerabilidade.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

15. A internação, medida socioeducativa privativa de liberdade, sujeita-se, nos termos do art. 121 do ECA, aos princípios de:
A) legalidade, proporcionalidade e individualização da medida.
B) brevidade, municipalização e descentralização do atendimento.
C) excepcionalidade, publicidade e celeridade processual.
D) intervenção mínima, oralidade e informalidade.
E) brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

16. O princípio segundo o qual o adolescente não pode receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto, expresso no art. 35, I, da Lei nº 12.594/2012, é também conhecido como princípio:
A) da legalidade.
B) da prioridade absoluta.
C) da municipalização do atendimento.
D) da proteção integral.
E) da autonomia progressiva.

17. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, no procedimento de apuração de ato infracional o interrogatório do adolescente deve ocorrer:
A) no início da instrução, logo após a oitiva da vítima.
B) ao final da instrução, nos moldes do art. 400 do Código de Processo Penal.
C) antes do oferecimento da representação, perante o Ministério Público.
D) apenas na audiência de apresentação, vedada nova oitiva em juízo.
E) a critério do juiz, que pode fixar livremente a ordem dos atos instrutórios.

18. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a técnica de julgamento ampliado do art. 942 do CPC, no processo de apuração de ato infracional:
A) aplica-se a toda decisão não unânime, seja ela favorável ou desfavorável ao adolescente.
B) é incompatível com o procedimento do ECA em qualquer hipótese.
C) não deve ser aplicada quando a decisão não unânime for favorável ao adolescente.
D) somente incide quando houver reforma de sentença que aplicou a medida de internação.
E) depende de requerimento expresso da defesa do adolescente.

19. A respeito da diferença etária mínima de dezesseis anos entre adotante e adotando, prevista no art. 42, § 3º, do ECA, o Superior Tribunal de Justiça entende que:
A) a exigência é absoluta, por constituir requisito de ordem pública insuscetível de flexibilização.
B) a exigência foi tacitamente revogada pelas alterações posteriores do Estatuto.
C) a diferença mínima exigida pela lei é de dezoito anos, e não de dezesseis.
D) a regra pode ser relativizada, dadas as peculiaridades do caso concreto, no interesse do adotando.
E) a relativização da regra é admitida apenas na adoção internacional.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

20. A Lei nº 13.798/19 acrescentou ao ECA o art. 8º-A, que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Sobre essa previsão, é correto afirmar que:

A) será realizada anualmente na semana que incluir o dia 14 de agosto.

B) as ações destinadas a efetivá-la ficarão a cargo exclusivamente de organizações da sociedade civil.

C) as ações serão dirigidas prioritariamente ao público infantil.

D) foi inserida no art. 4º do ECA, entre as garantias de prioridade.

E) será realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Determinado critério doutrinário de definição do direito administrativo sustenta que é função administrativa toda função do Estado que não configurar função legislativa, política ou judicial. Esse critério é o

A) da Escola do Serviço Público, para o qual toda atividade do Estado é prestação de serviço público.

B) legalista, ou escola exegética, que reduz o direito administrativo ao conjunto da legislação existente no país.

C) das relações jurídicas, que define a disciplina a partir das relações entre o Estado e o administrado.

D) negativista, ou residual, construído por exclusão das demais funções estatais.

E) teleológico, ou finalístico, que define a disciplina como o sistema de princípios voltado à garantia do interesse público.

2. A respeito da tripartição das funções estatais adotada no Brasil e de sua relação com o direito administrativo, é correto afirmar que

A) o poder estatal é uno e indivisível, havendo divisão das funções legislativa, judiciária e administrativa, exercidas de modo típico e atípico.

B) cada Poder exerce apenas a função que lhe é típica, sendo vedado o desempenho de funções atípicas.

C) os Poderes estruturais do Estado se confundem com os poderes administrativos, tais como o hierárquico e o de polícia.

D) a função administrativa é típica do Poder Executivo e não pode ser exercida pelos demais Poderes.

E) a função legislativa produz decisões com caráter de definitividade, aptas a formar coisa julgada.

3. Sobre a distinção entre governo e Administração Pública e sobre os sentidos amplo e estrito desta última, é correto afirmar que

A) a Administração Pública em sentido amplo abrange apenas os órgãos encarregados de executar as diretrizes gerais de atuação do Estado.

B) o governo em sentido subjetivo corresponde à atividade diretiva do Estado, confundindo-se com o complexo de funções básicas.

C) a Administração Pública em sentido estrito abrange tanto os órgãos que exercem função de governo quanto os estritamente administrativos.

D) governo e Estado são expressões equivalentes, pois o governo é a instituição organizada política, jurídica e economicamente.

E) a Administração Pública em sentido estrito se limita aos órgãos e pessoas incumbidos da execução das políticas públicas, e não de sua fixação.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

4. Empresa privada presta serviço público de transporte coletivo mediante contrato de concessão celebrado com determinado Município. Considerando o critério adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, essa empresa

A) integra a Administração Pública em sentido subjetivo, porque presta serviço público por delegação.

B) integra a Administração Pública em sentido amplo, por exercer função de governo no setor de transportes.

C) desempenha função administrativa, mas não integra a Administração Pública, definida entre nós por critério subjetivo.

D) não desempenha função administrativa, pois a concessão transfere ao particular a titularidade do serviço.

E) integra a Administração indireta do Município, na condição de entidade paraestatal.

5. Nos termos do art. 4º do Decreto-lei 200/67, integram a Administração Indireta, como entidades dotadas de personalidade jurídica própria,

A) as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos.

B) as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

C) as autarquias, as fundações públicas, as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

D) os serviços integrados na estrutura da Presidência da República e dos Ministérios, além das autarquias e fundações públicas.

E) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias e permissionárias de serviço público.

6. O Estado transfere a particular, por contrato de concessão, a execução de serviço público de sua titularidade. Essa hipótese configura

A) descentralização por outorga, com transferência da titularidade e da execução do serviço.

B) desconcentração, pois há distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

C) descentralização territorial, por delimitação de área à qual se atribui personalidade jurídica de direito público.

D) centralização administrativa, já que o Estado permanece titular do serviço prestado.

E) descentralização por delegação, ou por colaboração, em que se transfere apenas a execução do serviço.

7. Autarquia estadual criada por lei para gerir determinado serviço mantém relação com o ente federativo que a instituiu. Sobre essa relação, é correto afirmar que

A) há hierarquia, que autoriza o ente a avocar a qualquer tempo as competências da autarquia.

B) o controle exercido pelo ente é hierárquico e alcança o mérito de todos os atos da entidade.

C) há vinculação, e o controle é finalístico, também chamado de tutela administrativa ou supervisão ministerial.

D) não há vinculação nem controle, em razão da autonomia administrativa e financeira da autarquia.

E) a retomada da titularidade da atividade pelo ente independe de lei, por decorrer do poder de autotutela.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

8. A descentralização territorial ou geográfica apresenta como traço marcante o fato de que
A) a entidade criada recebe atribuições administrativas específicas, definidas na lei instituidora.
B) à entidade criada são atribuídas competências administrativas genéricas, e não específicas.
C) a entidade criada tem personalidade jurídica de direito privado, a exemplo das empresas públicas.
D) a transferência se opera por contrato, permanecendo a titularidade com o ente federativo.
E) a entidade criada não tem personalidade jurídica, funcionando como órgão desconcentrado do ente.

9. A criação de secretarias, superintendências e departamentos no âmbito de uma mesma pessoa jurídica resulta de
A) descentralização por outorga, pois surge nova pessoa jurídica com competências próprias.
B) descentralização por colaboração, com transferência da execução da atividade a terceiros.
C) descentralização territorial, por implicar repartição de competências em razão do espaço.
D) desconcentração, técnica de distribuição interna de competências em que existe relação de hierarquia.
E) desconcentração, técnica restrita à Administração direta e desprovida de relação de subordinação.

10. Câmara de Vereadores pretende ajuizar ação para defender prerrogativa institucional que entende violada. Conforme entendimento sumulado do STJ, essa Câmara
A) não possui personalidade jurídica, mas possui personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender seus direitos institucionais.
B) possui personalidade jurídica própria, por integrar a estrutura do Poder Legislativo municipal.
C) não possui personalidade jurídica nem personalidade judiciária, sendo parte ilegítima em qualquer demanda.
D) possui capacidade processual ampla, podendo demandar inclusive em defesa de interesses patrimoniais do Município.
E) somente pode demandar em juízo mediante autorização conferida por lei municipal específica.

11. Sobre as fontes do direito administrativo, é correto afirmar que
A) a doutrina é fonte primária e vinculante, por fixar o sentido obrigatório das normas administrativas.
B) o costume administrativo pode ser invocado contra legem quando consolidado pela praxe da repartição.
C) os princípios gerais do direito se confundem com os princípios próprios do direito administrativo.
D) as normas administrativas são codificadas, reunidas em diploma único, a exemplo do que ocorre no direito penal.
E) a lei é a fonte principal, e as súmulas vinculantes do STF são consideradas fonte primária.

12. Quanto aos sistemas de controle da atividade do Estado, o Brasil adota modelo segundo o qual
A) compete à própria Administração julgar em definitivo os litígios em que seja parte, tal como se dá no Conselho de Estado francês.
B) as decisões administrativas fazem coisa julgada material e não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
C) todos os litígios, inclusive os que envolvem a Administração Pública, podem ser submetidos à apreciação do Poder Judiciário.
D) o Judiciário resolve as controvérsias existentes no Estado, exceto aquelas em que a Administração Pública seja parte.
E) o controle judicial dos atos administrativos depende do prévio esgotamento das instâncias administrativas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

13. Determinado gestor deixa de atender necessidade da coletividade para preservar interesse patrimonial da própria máquina estatal. Segundo a distinção entre interesse público primário e secundário,
A) há abuso de poder, pois, havendo conflito entre esses interesses, deve prevalecer o interesse público primário.
B) a conduta é regular, pois o interesse secundário prevalece sempre que houver repercussão financeira.
C) a conduta é regular, porque os interesses primário e secundário se confundem na atuação estatal.
D) há mera irregularidade formal, já que o interesse primário corresponde aos interesses da máquina estatal.
E) o conflito se resolve pela indisponibilidade, que autoriza o administrador a optar pelo interesse secundário.

14. As chamadas pedras de toque do direito administrativo, que estruturam o regime jurídico administrativo, correspondem aos princípios da
A) legalidade e da moralidade, ambos expressos no art. 37, caput, da Constituição.
B) eficiência e da publicidade, que viabilizam o controle da atuação estatal.
C) continuidade e da autotutela, princípios implícitos no texto constitucional.
D) supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público.
E) razoabilidade e da proporcionalidade, que funcionam como limites da discricionariedade administrativa.

15. Após o julgamento da ADI 2.135 pelo STF, em novembro de 2024, a respeito do art. 39 da Constituição Federal, é correto afirmar que
A) o regime jurídico único voltou a ser obrigatório para todos os entes federativos.
B) o art. 39 passa a valer com as alterações da EC 19/98, de modo que o regime jurídico único não é mais obrigatório para os novos servidores.
C) todos os entes federativos passam a adotar obrigatoriamente o regime celetista para os novos servidores.
D) a EC 19/98 foi declarada integralmente inconstitucional em razão de vício formal ocorrido em sua aprovação.
E) ficou vedada a coexistência, em um mesmo ente federativo, dos regimes estatutário e celetista.

16. Ambulância da Secretaria Estadual de Saúde, conduzida por servidor no exercício regular de suas funções, atropela pedestre. Conforme a teoria do órgão, a ação indenizatória deve ser proposta contra
A) o servidor condutor, em nome próprio, pois a ele se imputa diretamente o ato praticado.
B) a Secretaria Estadual de Saúde, que detém personalidade jurídica própria para responder pelo dano.
C) o servidor e a Secretaria, em litisconsórcio necessário, em razão da repartição interna de competências.
D) a Secretaria, assegurado a ela o direito de regresso contra o Estado, se houver dolo ou culpa.
E) o Estado, pois o ato do agente é imputado à pessoa jurídica e o órgão não tem personalidade jurídica.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

17. Lei estadual excepciona a vedação ao nepotismo para permitir a nomeação, para cargos em comissão ou funções gratificadas, de até dois parentes de autoridades estaduais, além do cônjuge do Governador. Segundo o STF, essa lei é

A) constitucional, pois a vedação ao nepotismo depende de disciplina legal própria em cada ente federativo.

B) constitucional, desde que observado o limite do terceiro grau previsto na Súmula Vinculante 13.

C) inconstitucional, por excepcionar vedação que decorre diretamente dos princípios constitucionais da Administração Pública.

D) constitucional, porque o nepotismo somente se configura em relação a cargos de provimento efetivo.

E) inconstitucional apenas quanto ao cônjuge do Governador, preservada a nomeação dos demais parentes.

18. Órgão público divulga, em sítio eletrônico por ele mantido, os nomes de seus servidores e os valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias. Conforme o STF, essa divulgação

A) é legítima, por concretizar a publicidade, que funciona como requisito de eficácia do ato administrativo.

B) é ilegítima, por violar a intimidade dos servidores, cujos vencimentos constituem dados sigilosos.

C) é legítima somente quando houver requerimento de interessado, vedada a divulgação espontânea.

D) é ilegítima, pois a publicidade é requisito de existência do ato e não alcança dados remuneratórios.

E) depende de autorização prévia de cada servidor atingido, por se tratar de dado pessoal protegido.

19. Administração Pública estadual pretende anular ato administrativo ilegal do qual decorreram efeitos favoráveis ao destinatário, praticado há mais de cinco anos, sem má-fé do beneficiário, inexistindo norma estadual específica sobre o prazo. Conforme a Súmula 633 do STJ,

A) a anulação é possível a qualquer tempo, pois o poder de autotutela não se sujeita a prazo.

B) aplica-se subsidiariamente o prazo decadencial de cinco anos da Lei 9.784/99, que impede a anulação.

C) a Lei 9.784/99 é inaplicável aos Estados, que devem observar prazo prescricional próprio de dez anos.

D) o prazo de cinco anos somente incide quando comprovada a má-fé do beneficiário do ato.

E) cabe à Administração revogar o ato por motivo de conveniência e oportunidade, e não anulá-lo.

20. Servidores integrantes da polícia civil de determinado Estado deflagram movimento grevista por reajuste remuneratório. Conforme o entendimento do STF, nessa situação,

A) a greve é legítima, pois o art. 37, VII, da Constituição é norma de eficácia plena em relação a todos os servidores.

B) a greve é legítima, vedado o desconto dos dias de paralisação, que configuraria sanção sem previsão legal.

C) a competência para julgar a abusividade da greve de servidores da Administração direta é da Justiça do Trabalho.

D) o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e aos servidores que atuem diretamente na área de segurança pública.

E) a greve é legítima, exigindo-se apenas a manutenção de percentual mínimo de servidores em atividade.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO CIVIL

1. Todo ser humano, pelo simples fato de existir, pode adquirir direitos e contrair obrigações, mas nem todos podem exercer pessoalmente os atos da vida civil. Essa segunda aptidão, que em regra se inicia aos 18 anos, corresponde à

A) capacidade de direito, atributo que decorre da personalidade e alcança qualquer ser humano.
B) capacidade de fato, ou de exercício, que permite praticar por si só os atos da vida civil.
C) legitimação, aptidão específica exigida para determinado negócio jurídico em concreto.
D) personalidade jurídica formal, ligada apenas aos direitos da personalidade.
E) personalidade jurídica material, ligada aos direitos patrimoniais adquiridos com o nascimento.

2. Segundo a teoria que distingue personalidade jurídica formal e personalidade jurídica material, a situação do nascituro é a seguinte:

A) tem personalidade formal desde a concepção, quanto aos direitos da personalidade, e adquire a material, quanto aos direitos patrimoniais, com o nascimento com vida.
B) tem personalidade material desde a concepção e personalidade formal apenas com o nascimento com vida.
C) não tem personalidade alguma antes do nascimento com vida, pois a proteção legal é mera expectativa.
D) tem as duas personalidades desde a concepção, sem qualquer condicionamento ao nascimento com vida.
E) adquire as duas personalidades apenas com o registro civil de nascimento.

3. Lei estadual determinou o arquivamento compulsório de materiais genéticos de nascituros e parturientes em unidades de saúde, para a realização de exames de DNA comparativo em caso de dúvida quanto à identidade do recém-nascido. Sobre essa norma, o Supremo Tribunal Federal decidiu que ela é

A) constitucional, por concretizar a proteção dos direitos do nascituro posta a salvo desde a concepção.
B) constitucional, desde que a coleta seja precedida de autorização judicial específica.
C) inconstitucional, por violar os direitos à intimidade e à privacidade e contrariar a proporcionalidade e a razoabilidade, na dimensão da proibição do excesso.
D) inconstitucional, exclusivamente por invadir a competência privativa da União para legislar sobre registros públicos.
E) constitucional, por se tratar de medida de saúde pública inserida na competência comum dos entes federativos.

4. Um testador pretende beneficiar o futuro filho de sua sobrinha, ainda não concebido. Essa pessoa, que ainda não foi concebida mas cuja existência se espera, é chamada de

A) nascituro, e tem personalidade jurídica desde a concepção.
B) embrião excedentário, protegido pela Lei de Biossegurança.
C) natimorto, a quem os pais podem atribuir nome.
D) concepturo, que não possui personalidade jurídica, mas pode ser chamado a suceder na sucessão testamentária se a pessoa indicada pelo testador estiver viva quando a sucessão se abrir.
E) ausente, cuja morte se presume depois de aberta a sucessão definitiva.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

5. Clínica de reprodução assistida pretende destinar à pesquisa científica embriões produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no procedimento. À luz do entendimento do STF sobre o embrião in vitro e da Lei de Biossegurança, essa utilização

A) é vedada, pois o embrião in vitro é considerado pessoa e titular de personalidade desde a fecundação.

B) é livre, pois os embriões excedentários não recebem qualquer proteção e podem ser usados em qualquer hipótese.

C) depende apenas de prévia autorização judicial, independentemente da condição dos embriões.

D) só é possível se os embriões tiverem sido congelados há, no mínimo, cinco anos, prazo fixado na própria Lei de Biossegurança.

E) é permitida para fins de pesquisa e terapia quando se tratar de embriões inviáveis ou congelados há três anos ou mais, nos termos da Lei de Biossegurança.

6. Após as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no regime das incapacidades, considera-se absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil

A) o pródigo, que será representado nos atos de disposição patrimonial.

B) o ébrio habitual e o viciado em tóxico.

C) apenas o menor de 16 anos, que será representado.

D) aquele que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade.

E) o maior de 16 e menor de 18 anos, enquanto não emancipado.

7. Em ação de curatela, o juiz pretende declarar a incapacidade absoluta de pessoa maior diagnosticada com enfermidade mental grave. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, essa declaração

A) é possível, desde que a perícia ateste a ausência total de discernimento.

B) não é admitida pelo ordenamento jurídico, que não comporta declaração de incapacidade absoluta às pessoas com enfermidade ou deficiência mental.

C) é possível apenas enquanto durar a causa da enfermidade, convertendo-se depois em incapacidade relativa.

D) é possível quando houver requerimento do Ministério Público e concordância dos familiares.

E) é vedada apenas quando se tratar de deficiência física, sendo cabível na deficiência mental.

8. Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a sentença que institui a curatela

A) alcança todos os atos da vida civil do curatelado, inclusive o casamento e o exercício do voto.

B) dispensa fundamentação quanto às razões da medida, bastando a conclusão da perícia médica.

C) tem duração indeterminada, pois a curatela é medida ordinária de proteção da pessoa com deficiência.

D) afeta tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, sem alcançar o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

E) dispensa o curador da prestação de contas quando ele for ascendente ou descendente do curatelado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

9. No processo de interdição, o juiz deixou de realizar a entrevista do interditando, prevista no art. 751 do Código de Processo Civil, por entender suficiente o laudo médico juntado aos autos. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, essa omissão

A) é irrelevante, pois a entrevista foi substituída pelo interrogatório na sistemática do Código de Processo Civil de 2015.

B) gera mera irregularidade, sanável pela oitiva do curador nomeado.

C) é admitida sempre que o interditando não puder deslocar-se até o fórum.

D) impede apenas a publicação da sentença na rede mundial de computadores.

E) acarreta a nulidade do processo de interdição, pois a entrevista garante o contraditório e a ampla defesa de pessoa em presumido estado de vulnerabilidade.

10. Sobre a legitimidade nas ações relacionadas à curatela, é correto afirmar:

A) o rol de legitimados para promover a interdição não é preferencial, e o rol do art. 756, § 1º, do Código de Processo Civil, para o levantamento da curatela, não é exaustivo, admitindo-se terceiros juridicamente interessados.

B) somente o Ministério Público pode promover a interdição quando existirem parentes conhecidos do interditando.

C) o representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando não figura entre os legitimados para promover a interdição.

D) o pedido de levantamento da curatela é privativo do Ministério Público, por envolver interesse indisponível.

E) o companheiro não tem legitimidade para promover a interdição, que é reservada ao cônjuge e aos parentes.

11. A respeito da tomada de decisão apoiada, prevista no art. 1.783-A do Código Civil, é correto afirmar que

A) o pedido pode ser formulado por qualquer parente interessado, independentemente da vontade da pessoa a ser apoiada.

B) basta a eleição de uma pessoa idônea para prestar o apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil.

C) a pessoa com deficiência elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, e o pedido é requerido por ela própria, com indicação expressa dos apoiadores.

D) a decisão tomada pela pessoa apoiada, ainda que dentro dos limites do apoio acordado, não produz efeitos perante terceiros sem homologação judicial específica.

E) a pessoa apoiada não pode pedir o término do acordo, que só se extingue por sentença proferida em ação própria proposta pelo Ministério Público.

12. Adolescente de 16 anos completos, filho de pais que concordam com a antecipação de sua capacidade civil, pretende ser emancipado. Nessa hipótese, a emancipação

A) depende de sentença judicial, após a oitiva do Ministério Público.

B) é concedida pelos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

C) exige que o menor tenha ao menos 17 anos completos e economia própria.

D) só pode ocorrer por instrumento particular registrado no cartório de registro civil.

E) depende da prévia colação de grau em curso de ensino superior.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

13. Menor de 17 anos, emancipado voluntariamente pelos pais por instrumento público, causa dano a terceiro em acidente de trânsito. Sobre a responsabilidade civil dos pais nesse caso,
A) está afastada, pois a emancipação cessa a menoridade e transfere integralmente a responsabilidade ao emancipado.
B) está afastada, pois a emancipação é irrevogável e extingue o poder familiar para todos os efeitos.
C) subsiste apenas se o dano tiver sido causado com o veículo de propriedade dos pais.
D) não é excluída, pois a emancipação voluntária, diversamente da operada por força de lei, não afasta a responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores.
E) subsiste apenas até que o emancipado complete 18 anos, quando se convalida a exclusão.

14. Adolescente de 15 anos, grávida, pretende casar-se com o namorado, com a concordância expressa de ambos os pais. Diante da redação do art. 1.520 do Código Civil dada pela Lei nº 13.811/2019, o casamento
A) é permitido, em caráter excepcional, em razão da gravidez.
B) é permitido, desde que a finalidade seja evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal.
C) é permitido, porque a autorização de ambos os pais supre a idade mínima.
D) é permitido mediante suprimento judicial, ouvido o Ministério Público.
E) não é permitido, em qualquer caso, porque não foi atingida a idade núbil, que é de 16 anos.

15. Sobre o fim da personalidade da pessoa natural, é correto afirmar:
A) a morte presumida sem decretação de ausência pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, ou se alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
B) a morte presumida quanto aos ausentes ocorre já com a abertura da sucessão provisória.
C) a comoriência se configura quando é possível apurar qual dos falecidos morreu primeiro, presumindo-se que o mais idoso precedeu os demais.
D) a morte real se configura com a parada cardiorrespiratória, atestada por um único médico da equipe de transplante.
E) a declaração de morte presumida sem decretação de ausência independe de buscas e averiguações prévias, bastando o requerimento de qualquer interessado.

16. Sobre os atos de disposição do próprio corpo, nos termos do art. 13 do Código Civil e do entendimento das Jornadas de Direito Civil, é correto afirmar:
A) o ato de disposição do próprio corpo é livre, desde que gratuito, ainda que importe diminuição permanente da integridade física.
B) é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física, salvo por exigência médica, admitindo-se ainda para fins de transplante, na forma da lei especial.
C) a exigência de autorização do cônjuge ou companheiro para a utilização de métodos contraceptivos invasivos é compatível com o direito à disposição do próprio corpo.
D) o ato que contraria os bons costumes é admitido sempre que houver consentimento escrito do titular.
E) a disposição do próprio corpo para fins de transplante é vedada, por importar diminuição permanente da integridade física.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

17. Pessoa maior e capaz autoriza, por contrato de prazo determinado, o uso de sua imagem em campanha publicitária. Essa limitação ao exercício de direito da personalidade, conforme o art. 11 do Código Civil e os enunciados das Jornadas de Direito Civil,

A) é nula, pois o art. 11 proíbe qualquer limitação ao exercício dos direitos da personalidade.

B) é válida, pois os direitos da personalidade são renunciáveis e transmissíveis por ato entre vivos.

C) é válida, desde que a limitação voluntária não seja permanente nem geral, e não seja exercida com abuso de direito, contrariamente à boa-fé objetiva e aos bons costumes.

D) é válida apenas se houver autorização judicial prévia, dada a indisponibilidade absoluta desses direitos.

E) é válida e pode ser permanente e geral, desde que o titular seja remunerado.

18. Empresa publica, sem autorização, a fotografia de determinada pessoa em anúncio de seus produtos. Ao pleitear indenização, a vítima não demonstra prejuízo concreto. Conforme a Súmula nº 403 do STJ, o pedido

A) deve ser rejeitado, pois o dano moral por uso de imagem exige prova do prejuízo efetivo.

B) deve ser rejeitado, pois a proteção da imagem se limita às hipóteses de ofensa à honra.

C) deve ser acolhido apenas se a pessoa retratada for notória ou tiver atividade artística.

D) deve ser acolhido, pois independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

E) deve ser acolhido somente se comprovado que a empresa obteve lucro efetivo com o anúncio.

19. Pessoa que atingiu a maioridade civil deseja alterar seu prenome por considerá-lo comum demais, sem apresentar qualquer justificativa. Conforme o art. 56 da Lei de Registros Públicos, com a redação dada pela Lei nº 14.382/2022, essa alteração

A) exige ação judicial, com demonstração de justo motivo.

B) só pode ser requerida no primeiro ano após a maioridade civil, por meio de ação judicial.

C) pode ser requerida quantas vezes o interessado quiser na via extrajudicial, bastando o pagamento de emolumentos.

D) depende de prévia manifestação do Ministério Público perante o oficial de registro civil.

E) pode ser requerida pessoalmente e de forma imotivada, independentemente de decisão judicial, apenas uma vez na via extrajudicial, sendo a desconstituição dependente de sentença judicial.

20. Pessoa transgênero pretende substituir o prenome e o sexo constantes de seu registro civil. Não se submeteu a cirurgia de transgenitalização nem a tratamentos hormonais. Conforme o julgamento da ADI 4.275 pelo STF, ela

A) tem direito à substituição diretamente no registro civil, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou de tratamentos hormonais ou patologizantes.

B) deve ajuizar ação judicial, na qual comprovará a condição de transgênero por perícia médica.

C) deve comprovar a realização da cirurgia de transgenitalização, exigência mantida para a alteração do sexo no registro.

D) deve apresentar parecer de equipe multidisciplinar ao oficial de registro civil.

E) somente poderá requerer a alteração após completar vinte e um anos de idade.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A Defensoria Pública ajuizou ação civil pública para obrigar o Estado a regulamentar a atuação da Polícia Militar em manifestações públicas. Ao julgar o caso em 2026, a Primeira Turma do STJ

A) negou o pedido, pois a edição de protocolo de atuação policial é matéria reservada ao Poder Executivo, e sua imposição pelo Judiciário ofende a separação de poderes.

B) negou o pedido com base na reserva do possível, que prevalece sobre o direito de reunião quando não há previsão orçamentária.

C) reconheceu que a ausência de parâmetros técnicos para o uso proporcional e progressivo da força é omissão estatal que legitima a intervenção judicial na política pública e determinou a elaboração de um plano dialógico, acompanhado pelo juízo da execução.

D) acolheu o pedido e editou desde logo o protocolo de atuação da Polícia Militar, dispensando a participação de outras instituições.

E) reconheceu a omissão estatal, mas se limitou a aplicar multa ao Estado, por entender que problema estrutural não comporta plano de cumprimento.

2. Filhos separados dos pais em razão da política de isolamento compulsório de pessoas com hanseníase propuseram ações de indenização contra a União. Ao julgar a ADPF 1.060, em 2025, o Plenário do STF entendeu que essas pretensões

A) prescrevem em cinco anos, contados da publicação da ata de julgamento da ação, sem prejuízo da demonstração, em cada caso, dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado.

B) são imprescritíveis, pois a imprescritibilidade dos direitos fundamentais alcança as pretensões patrimoniais deles decorrentes.

C) prescrevem em cinco anos, contados da data do afastamento forçado entre pais e filhos.

D) prescrevem em três anos, prazo geral da reparação civil, contados da publicação da ata de julgamento.

E) são imprescritíveis, e o autor fica dispensado de demonstrar os pressupostos da responsabilidade civil do Estado.

3. Lei federal condicionava o ingresso e a permanência em cursos de formação de oficiais e praças das Forças Armadas à inexistência de casamento, união estável, filhos ou dependentes. Ao examinar a regra em repercussão geral, o STF

A) declarou sua constitucionalidade, em razão do regime de internato e de dedicação exclusiva próprio da carreira militar.

B) declarou sua constitucionalidade apenas quanto aos cursos de oficiais, afastando-a para os cursos de praças.

C) declarou sua inconstitucionalidade com efeitos retroativos, anulando os concursos anteriores realizados com base nela.

D) declarou sua inconstitucionalidade, por violação à igualdade, à liberdade de escolha de profissão, à proibição de critério de admissão por estado civil e à proteção da família, com modulação de efeitos que preservou os certames anteriores.

E) conferiu-lhe interpretação conforme, para admitir a exigência apenas durante o período de internato.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

4. No julgamento da ADC 80, o Plenário do STF examinou os critérios da CLT para a concessão da gratuidade de justiça. É correto afirmar que a Corte

A) declarou inconstitucionais os critérios objetivos da CLT, por entender que a Constituição universaliza a gratuidade de justiça.

B) validou os critérios objetivos da CLT, estendeu esse regime a todo o Poder Judiciário, ressalvado o primeiro grau dos Juizados Especiais, e fixou presunção relativa de insuficiência de recursos para quem recebe até R$ 5.000,00, que alcança os assistidos pela Defensoria Pública.

C) manteve, nos demais ramos do Judiciário, a simples autodeclaração da pessoa física como suficiente para a concessão do benefício.

D) fixou presunção absoluta de insuficiência de recursos para quem recebe até R$ 5.000,00, vedando ao juiz o indeferimento do benefício.

E) aplicou a nova orientação a todos os processos em curso, sem modulação de efeitos.

5. A respeito dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A) A dignidade da pessoa humana é fundamento da República, ao passo que a erradicação da pobreza e da marginalização é objetivo fundamental e a prevalência dos direitos humanos é princípio das relações internacionais.

B) A dignidade da pessoa humana é objetivo fundamental da República, previsto no art. 3º da Constituição.

C) O pluralismo político é princípio que rege a República nas suas relações internacionais, previsto no art. 4º.

D) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é fundamento da República, previsto no art. 1º.

E) A autodeterminação dos povos é objetivo fundamental da República, previsto no art. 3º.

6. Sobre a distinção entre regras e princípios, assinale a alternativa correta.

A) Regras e princípios são categorias distintas de norma, sendo apenas os princípios considerados normas jurídicas.

B) Para Dworkin, as regras admitem ponderação e aplicação em diferentes graus, conforme as possibilidades fáticas e jurídicas.

C) Norma é gênero do qual regras e princípios são espécies, e as regras são aplicáveis à maneira do tudo ou nada, ao passo que os princípios admitem diferentes graus de concretização.

D) Para Alexy, as regras são mandamentos de otimização, e os princípios, mandamentos definitivos.

E) Diante de conflito entre duas regras válidas, a solução se dá necessariamente pela ponderação, sem exclusão de qualquer delas.

7. Acerca das teorias sobre a restrição aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) A teoria absoluta, também chamada externa, determina o núcleo essencial caso a caso, mediante juízo de proporcionalidade.

B) Para a teoria absoluta, também denominada interna, o limite de cada restrição é verificado de forma imediata e abstrata, a partir da análise da redação do direito, sem necessidade de examinar cada caso.

C) A teoria relativa dispensa qualquer juízo de proporcionalidade, por trabalhar com conteúdo essencial preestabelecido e fixo.

D) Ambas as teorias afirmam que o conteúdo essencial do direito é preestabelecido e imutável.

E) A teoria relativa é também chamada de interna, e a absoluta, de externa.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

8. Sobre a teoria das gerações ou dimensões dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.
A) Os direitos de primeira dimensão são os direitos sociais, inspirados na Revolução Industrial.
B) São marcos históricos dos direitos de segunda dimensão a Magna Carta de 1215, o Habeas Corpus Act de 1679 e o Bill of Rights de 1688.
C) Para Norberto Bobbio, a quarta dimensão tem a ver com a democracia direta, a informação e o pluralismo.
D) Os direitos de terceira dimensão são transindividuais e, na teoria de Karel Vasak, abrangem o direito à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao desenvolvimento, embora Paulo Bonavides classifique o direito à paz como de quinta geração.
E) Zulmar Fachin situa o direito à água potável como direito de quarta dimensão.

9. Sobre o estado de coisas inconstitucional reconhecido pelo STF no sistema carcerário brasileiro (ADPF 347), assinale a alternativa correta.
A) O STF afastou o estado de coisas inconstitucional por considerar que as falhas do sistema prisional são pontuais.
B) A superação do quadro foi atribuída exclusivamente à União, sem participação dos Estados e do Distrito Federal.
C) O STF determinou a extinção das varas de execução penal e sua substituição por órgão administrativo do CNJ.
D) O plano nacional de enfrentamento do quadro dispensou a apresentação de planos pelas unidades federativas.
E) Há estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário, e União, Estados e Distrito Federal, em conjunto com o DMF do CNJ, deverão elaborar planos submetidos à homologação do STF.

10. Ao julgar a ADPF 973, o Plenário do STF examinou a situação da população negra no Brasil. Assinale a alternativa correta.
A) A Corte declarou o estado de coisas inconstitucional, por estarem presentes todos os requisitos dessa categoria.
B) A Corte julgou a arguição integralmente improcedente, por não vislumbrar violação de direitos fundamentais.
C) A Corte negou a existência de racismo estrutural no País.
D) A Corte reconheceu a existência de racismo estrutural, mas não declarou o estado de coisas inconstitucional, por faltar o requisito da prolongada omissão das autoridades.
E) A Corte determinou a revogação das cotas da Lei 12.711/2012 por considerá-las insuficientes.

11. Sobre a distinção entre direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.
A) Os direitos são bens ou vantagens previstos na Constituição, e as garantias servem para assegurá-los, distinção atribuída a Rui Barbosa a partir da análise da Constituição de 1891.
B) Direitos e garantias são expressões sinônimas, sem qualquer distinção conceitual.
C) As garantias em sentido estrito correspondem às estruturas institucionais públicas e privadas imprescindíveis à efetividade dos direitos humanos.
D) As garantias em sentido amplo correspondem exclusivamente aos remédios constitucionais previstos na Constituição brasileira.
E) A distinção entre direitos e garantias foi formulada por Georg Jellinek a partir da Constituição de Weimar.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

12. Assinale a alternativa que relaciona corretamente a característica dos direitos fundamentais ao seu significado.

A) Historicidade: todos os seres humanos são titulares de direitos fundamentais.

B) Universalidade: os direitos fundamentais surgem de um longo processo histórico.

C) Imprescritibilidade: os direitos fundamentais não prescrevem, pois a prescrição está afeta aos direitos patrimoniais.

D) Limitabilidade: possibilidade de exercício concomitante de mais de um direito.

E) Concorrência: os direitos fundamentais podem ser relativizados.

13. De acordo com a teoria dos quatro status de Georg Jellinek, o direito de exigir uma prestação positiva do Estado, como saúde e educação, corresponde ao status

A) passivo.

B) positivo.

C) ativo.

D) negativo.

E) cívico.

14. Empregado invoca a observância de direitos fundamentais em face do seu empregador, particular, alegando estar em posição de vulnerabilidade na relação. Essa situação é tratada pela doutrina como

A) eficácia vertical dos direitos fundamentais.

B) eficácia irradiante dos direitos fundamentais.

C) eficácia indireta dos direitos fundamentais.

D) eficácia diagonal dos direitos fundamentais.

E) dimensão objetiva dos direitos fundamentais.

15. Sobre a incidência dos direitos fundamentais nas relações entre particulares e sobre suas dimensões, assinale a alternativa correta.

A) A teoria da eficácia indireta é a majoritariamente adotada, exigindo sempre a intermediação do Poder Legislativo.

B) A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais corresponde à eficácia irradiante, que vincula os três poderes.

C) A eficácia direta e a eficácia indireta conduzem ao mesmo resultado prático, por serem formulações equivalentes.

D) A dimensão objetiva dos direitos fundamentais se limita ao Poder Judiciário, não alcançando Legislativo e Executivo.

E) A teoria da eficácia direta, majoritariamente adotada, aplica os direitos fundamentais nas relações entre particulares sem necessidade de intermediação do Poder Legislativo.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

16. A Emenda Constitucional nº 115/2022 promoveu alteração no art. 5º da Constituição Federal. Assinale a alternativa que indica corretamente o direito fundamental por ela inserido.
A) O direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da lei.
B) O direito ao acesso à internet como serviço público essencial.
C) O direito ao esquecimento nos meios de comunicação digitais.
D) O direito à razoável duração do processo no âmbito administrativo e judicial.
E) O direito à renda básica familiar a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social.

17. Sobre o direito à vida na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
A) A dimensão horizontal do direito à vida corresponde à proteção da vida nas diferentes fases do desenvolvimento humano, da fecundação à morte.
B) O direito à vida se esgota no direito de não ser morto, não abrangendo a qualidade da vida fruída.
C) A pena de morte é vedada pela Constituição, salvo em caso de guerra declarada, hipótese em que o Código Penal Militar estabelece essa pena para diversos crimes.
D) A Constituição de 1988 aboliu a pena de morte em qualquer circunstância, sem ressalvas.
E) A dimensão vertical do direito à vida engloba a proteção do direito à saúde, à educação e ao meio ambiente equilibrado.

18. Sobre a proteção da vida em seu início e a pesquisa com células-tronco embrionárias, assinale a alternativa correta.
A) O STF, na ADI 3.510, declarou inconstitucional o art. 5º da Lei de Biossegurança, por violação ao direito à vida.
B) A Lei de Biossegurança permite, para pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no procedimento, desde que inviáveis ou congelados há três anos ou mais, nos termos da lei.
C) No campo civil, a personalidade da pessoa começa desde a concepção, não havendo distinção entre nascituro e pessoa nascida.
D) No campo penal, o momento aceito para o início da proteção da vida é o da fecundação, e não o da nidação.
E) A Lei de Biossegurança autoriza a utilização de quaisquer embriões humanos, independentemente de viabilidade ou de tempo de congelamento.

19. Sobre a interrupção da gravidez na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.
A) Na ADPF 54 o STF manteve a tipicidade da interrupção da gravidez de feto anencéfalo, por prevalência do direito à vida do feto.
B) A ADPF 54 tratou da descriminalização do aborto em qualquer hipótese até o terceiro mês de gestação.
C) O Código Penal não admite o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante.
D) Na ADPF 54 o STF deu interpretação conforme a Constituição ao Código Penal para excluir a incidência de crime na interrupção da gravidez de feto anencéfalo, denominada antecipação terapêutica do parto, e, no HC 124.306/RJ, a Primeira Turma considerou atípico o aborto realizado até o terceiro mês de gravidez.
E) O HC 124.306/RJ foi julgado pelo Plenário do STF e tem eficácia erga omnes.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

20. Assinale a alternativa que define corretamente os institutos relacionados ao fim da vida.

A) Ortotanásia é a prática de ato ou procedimento que prolonga excepcionalmente a vida por métodos artificiais e desproporcionais.

B) Distanásia consiste em matar alguém para aliviar seu sofrimento.

C) Eutanásia é o ato de deixar de realizar procedimento que prolongaria artificialmente a vida de portador de doença incurável.

D) A eutanásia é conduta atípica no Brasil, por configurar exercício regular de direito.

E) Distanásia é o prolongamento excepcional da vida por métodos artificiais e desproporcionais, e a eutanásia, que consiste em matar alguém para aliviar seu sofrimento, configura no Brasil homicídio privilegiado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO PENAL

1. Para Welzel, o Direito Penal desempenha dupla missão. A primeira delas, de natureza ético-social, consiste em

A) reafirmar a vigência da norma, confirmando as expectativas normativas existentes na sociedade.

B) proteger, desde logo e prioritariamente, os bens jurídicos mais relevantes da vida em comum.

C) amparar os valores fundamentais elementares da vida em sociedade, com função pedagógica sobre as pessoas.

D) definir as estratégias e os programas de controle da criminalidade a serem adotados pelos Poderes Públicos.

E) estudar criticamente o delito como fenômeno social, a pessoa do delinquente e a da vítima.

2. A Lei de Drogas não definiu o que se considera droga, conceito que foi dado pela Portaria nº 344/1998. Trata-se de norma penal em branco

A) homogênea homóloga, porque o complemento está em outros artigos do mesmo diploma legal.

B) homogênea heteróloga, porque o complemento vem de norma de mesmo status, em diploma distinto.

C) ao revés ou invertida, porque é o preceito secundário que depende de complemento.

D) heterogênea ou própria, porque o complemento provém de fonte de produção normativa diversa.

E) não incriminadora, porque apenas explica conceito utilizado pelo legislador penal.

3. Condutor embriagado e sem habilitação dirige veículo automotor em via pública e é preso. Sobre a relação entre os delitos de embriaguez ao volante e de condução de veículo automotor sem habilitação, conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça,

A) aplica-se a consunção, respondendo o agente apenas pela embriaguez ao volante.

B) é inaplicável a consunção entre os dois delitos.

C) aplica-se a especialidade, prevalecendo a condução sem habilitação.

D) aplica-se a subsidiariedade, pois a embriaguez ao volante é tipo subsidiário.

E) aplica-se a alternatividade, respondendo o agente por crime único de ação múltipla.

4. O agente inicia a agressão com o propósito exclusivo de lesionar a vítima e, no curso da execução, decide matá-la, alcançando esse resultado. A hipótese configura

A) progressão criminosa, com mudança de dolo, respondendo o agente apenas pelo segundo crime.

B) crime progressivo, pois a lesão corporal é o crime meio necessário à realização do homicídio.

C) crime progressivo, respondendo o agente pela lesão corporal e pelo homicídio em concurso.

D) progressão criminosa, respondendo o agente pelos dois crimes, porque o segundo é mais grave.

E) conflito aparente resolvido pela especialidade, prevalecendo o tipo de lesão corporal.

5. A expressão "ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido", constante do art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, é exemplo de

A) analogia in bonam partem, forma de integração de lacuna favorável ao acusado.

B) analogia in malam partem, vedada em razão do princípio da reserva legal.

C) interpretação extensiva, em que se amplia o conceito do que a lei já dizia.

D) norma penal em branco, porque o preceito primário depende de complemento normativo.

E) interpretação analógica, em que a própria lei, após fórmula casuística, encerra o conceito de modo genérico.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

6. Do princípio da intervenção mínima decorrem a fragmentariedade e a subsidiariedade. Sobre esses desdobramentos, é correto afirmar que

A) a fragmentariedade impõe que o Direito Penal atue somente quando os demais ramos do Direito falharem na proteção do bem jurídico.

B) a subsidiariedade incumbe exclusivamente ao legislador a seleção dos bens jurídicos que merecem proteção penal.

C) a fragmentariedade seleciona os bens jurídicos mais relevantes e a subsidiariedade reserva ao Direito Penal a condição de ultima ratio.

D) ambos decorrem do princípio da legalidade e se esgotam na exigência de lei em sentido estrito para a criação de crimes.

E) ambos operam apenas no momento da aplicação da pena, sem repercussão sobre a criação e a revogação de tipos penais.

7. O agente produz em si próprio lesão corporal, sem qualquer outra finalidade. A irrelevância penal da conduta decorre do princípio da

A) adequação social, porque a autolesão integra a ordem ético-social historicamente formada na comunidade.

B) alteridade, que não admite a punição da agressão dirigida contra si mesmo.

C) confiança, que exclui a responsabilidade de quem observa o cuidado objetivamente exigido.

D) intranscendência, segundo o qual nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

E) legalidade, que exige lei anterior para a definição de infrações penais.

8. A fórmula do versari in re illicita, pela qual o agente responde por todas as consequências derivadas de sua atuação ilícita, inclusive as decorrentes de caso fortuito,

A) permanece aplicável no ordenamento brasileiro como exceção à exigência de nexo subjetivo.

B) identifica-se com a teoria da imputação objetiva, uma das teorias do nexo de causalidade.

C) é compatível com o princípio da ofensividade, pois exige lesão efetiva ao bem jurídico.

D) não tem mais aplicabilidade, pois contraria a responsabilidade subjetiva, que exige dolo ou culpa.

E) é admitida sempre que a conduta inicial do agente já configurar crime doloso.

9. Quanto ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal adotou, respectivamente, as teorias

A) da atividade e da ubiquidade.

B) do resultado e da atividade.

C) da ubiquidade e da atividade.

D) da atividade e do resultado.

E) da ubiquidade para ambos.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

10. Durante a execução de crime permanente, e antes de cessada a permanência, entra em vigor lei penal mais severa. Conforme súmula do Supremo Tribunal Federal,
A) aplica-se a lei anterior, mais benéfica, em razão da irretroatividade absoluta da lei mais grave.
B) aplica-se a lei nova somente se demonstrada a ciência do agente quanto à sua vigência.
C) aplica-se a lei nova apenas ao crime continuado, ficando o crime permanente sujeito à lei antiga.
D) combinam-se as duas leis, tomando-se de cada uma delas a disposição mais favorável ao réu.
E) aplica-se a lei mais grave, porque sua vigência é anterior à cessação da permanência.

11. Lei posterior deixa de considerar criminoso fato pelo qual o agente foi condenado por sentença transitada em julgado. Quanto aos efeitos dessa lei,
A) subsistem os efeitos penais da condenação, como a reincidência, cessando apenas os civis.
B) cessam todos os efeitos, penais e civis, inclusive a obrigação de indenizar a vítima.
C) cessam os efeitos penais, como a reincidência e os maus antecedentes, permanecendo os efeitos extrapenais.
D) a punibilidade não se extingue, pois a abolitio criminis apenas exclui a tipicidade para o futuro.
E) a execução da pena prossegue até que seja julgada procedente revisão criminal.

12. Sobrevindo lei penal mais favorável após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a competência para aplicá-la é
A) do tribunal que julgou o recurso interposto contra a sentença condenatória.
B) do juízo da Vara das Execuções Criminais.
C) do juiz de primeiro grau que proferiu a sentença condenatória.
D) do Superior Tribunal de Justiça, por envolver interpretação de lei federal.
E) do juízo perante o qual tramitou o inquérito policial que embasou a denúncia.

13. Sobre o deslocamento da injúria racial do art. 140, § 3º, do Código Penal para o art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que
A) houve abolitio criminis, extinguindo-se a punibilidade dos fatos praticados antes da alteração.
B) houve abolitio criminis parcial, cabendo ao juízo da execução redimensionar a pena aplicada.
C) houve continuidade normativo-típica, devendo o fato anterior ser punido com a pena do art. 2º-A.
D) houve continuidade normativo-típica, respondendo pela figura antiga quem praticou o fato antes da alteração.
E) a alteração é irrelevante, por ser a nova descrição típica mais benéfica ao agente.

14. A revogação da parte final do art. 89 da Lei nº 8.666/1993 pela Lei nº 14.133/2021, sem reprodução da conduta no art. 337-E do Código Penal, foi assim tratada pelo Superior Tribunal de Justiça:
A) configura abolitio criminis da conduta de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.
B) configura continuidade normativo-típica, pois o art. 337-E reproduziu integralmente a conduta antes incriminada.
C) configura mero deslocamento típico, com aplicação da pena nova, mais grave, aos fatos anteriores.
D) mantém a punibilidade do agente, cessando apenas os efeitos extrapenais da sentença condenatória.
E) depende de revisão criminal, por se tratar de simples mudança de entendimento jurisprudencial.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

15. Sobre as leis temporárias e as leis excepcionais, é correto afirmar que
A) a lei temporária vigora enquanto perdurar a situação anormal que motivou sua edição.
B) ambas só perdem vigência quando revogadas expressamente por lei posterior.
C) ambas deixam de regular os fatos praticados durante sua vigência assim que são revogadas.
D) a lei excepcional tem prazo de vigência previamente fixado em seu próprio texto.
E) ambas são autorrevogáveis e ultrativas, alcançando os fatos praticados durante sua vigência.

16. Quanto à aplicação retroativa da Lei nº 11.343/2006 a fatos praticados sob a vigência da Lei nº 6.368/1976, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento sumulado no sentido de que
A) é possível combinar dispositivos das duas leis, tomando de cada uma o que for mais benéfico ao réu.
B) a lei nova jamais retroage, por ser globalmente mais gravosa do que a lei anterior.
C) é cabível a retroatividade desde que a incidência das disposições da lei nova, na íntegra, seja mais favorável ao réu, vedada a combinação de leis.
D) a combinação de leis é admitida, desde que promovida exclusivamente pelo juízo da execução penal.
E) a retroatividade depende de previsão expressa na própria lei nova quanto aos fatos pretéritos.

17. Homicídio é praticado a bordo de embarcação privada brasileira que se encontra em alto-mar. Nos termos do Código Penal,
A) não se aplica a lei brasileira, porque o alto-mar não integra o território nacional.
B) aplica-se a lei brasileira, porque a embarcação é considerada extensão do território nacional.
C) aplica-se a lei brasileira somente se o agente for brasileiro e entrar em território nacional.
D) aplica-se a lei brasileira apenas às embarcações públicas ou a serviço do governo brasileiro.
E) trata-se de extraterritorialidade condicionada, exigindo-se requisição do Ministro da Justiça.

18. Crime contra a vida do Presidente da República é praticado no estrangeiro. Quanto à aplicação da lei brasileira,
A) depende de o agente entrar em território nacional e de ser o fato punível também no país em que praticado.
B) depende de requisição do Ministro da Justiça e de estar o crime entre os que autorizam a extradição.
C) fica afastada caso o agente já tenha sido condenado no estrangeiro pelo mesmo fato.
D) independe de qualquer condição, aplicando-se ainda que o agente tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
E) depende unicamente de não ter sido o agente perdoado no país em que o crime foi praticado.

19. Agente diplomático estrangeiro pratica, em território brasileiro, crime sem relação com suas funções. Conforme a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas,
A) goza de imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado, cabendo apenas ao Estado acreditante renunciar a ela.
B) responde perante a jurisdição brasileira, porque a imunidade abrange somente os atos praticados no exercício da função.
C) pode renunciar pessoalmente à imunidade, desde que a renúncia seja expressa.
D) a imunidade não alcança os membros de sua família nem o pessoal administrativo e técnico da Missão.
E) não pode ser detido em nenhuma hipótese, nem para fazer cessar a prática criminosa em curso.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

20. A transferência da execução da pena, prevista na Lei nº 13.445/2017, exige, entre outros requisitos, que

A) o condenado seja brasileiro nato, vedada a medida ao naturalizado e ao estrangeiro com residência habitual no Brasil.

B) a duração da condenação a cumprir seja de, pelo menos, dois anos na data de apresentação do pedido.

C) a execução penal se processe perante a Justiça Estadual do local de domicílio do condenado.

D) a sentença estrangeira ainda comporte recurso no Estado da condenação.

E) o fato que originou a condenação constitua infração penal perante a lei de ambas as partes.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O devido processo legal, previsto no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, é tratado pela doutrina em duas dimensões. A respeito dessas dimensões, é correto afirmar:

A) a dimensão formal exige apenas que a decisão judicial seja substancialmente justa, independentemente do procedimento adotado.

B) a dimensão formal é composta pelas garantias processuais, como contraditório, juiz natural e duração razoável, e a dimensão substancial exige decisões jurídicas substancialmente devidas.

C) a dimensão substancial foi desenvolvida no Brasil e depois exportada para os Estados Unidos, onde se limitou ao controle de procedimentos.

D) as duas dimensões se confundem, pois a observância das formas processuais já assegura, por si só, a justiça do resultado.

E) a dimensão substancial tem como fundamento exclusivo o princípio da legalidade, sem relação com a proporcionalidade ou a razoabilidade.

2. Um condomínio edilício aplicou multa a condômino sem lhe permitir qualquer manifestação prévia. Sobre a incidência do devido processo legal nessa relação, é correto afirmar:

A) o devido processo legal não incide, pois se trata de relação entre particulares, regida exclusivamente pela autonomia privada.

B) o devido processo legal incide apenas se houver previsão expressa na convenção condominial.

C) o devido processo legal só se aplica a relações entre o particular e o Estado, hipótese chamada de eficácia horizontal.

D) em razão da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, o devido processo legal deve ser respeitado também entre particulares, de modo que a penalidade exige contraditório e possibilidade de defesa.

E) a exigência de contraditório nesse caso decorre da eficácia vertical dos direitos fundamentais, que rege as relações privadas.

3. Nos termos do art. 8º do Código de Processo Civil, ao aplicar o ordenamento jurídico o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando:

A) a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

B) a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a moralidade e a impessoalidade.

C) a celeridade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

D) a proporcionalidade, a razoabilidade, a oralidade, a publicidade e a economia processual.

E) a legalidade, a publicidade, a eficiência, a instrumentalidade e a cooperação.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

4. A doutrina desdobra o princípio do contraditório em duas garantias. Sobre a dimensão substancial do contraditório, é correto afirmar que ela:
A) se esgota na comunicação dos atos processuais à parte, por meio de citação e intimações válidas.
B) corresponde apenas ao direito de reação da parte, sem exigir qualquer repercussão sobre o conteúdo da decisão.
C) soma à informação e à reação o poder de influir efetivamente no conteúdo da decisão judicial.
D) é dirigida exclusivamente ao processo administrativo, já que no processo judicial basta o contraditório formal.
E) dispensa a participação da parte sempre que a matéria puder ser conhecida de ofício pelo juiz.

5. Sobre a vedação à decisão surpresa no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
A) O juiz não pode decidir com base em fundamento não submetido às partes apenas em primeiro grau de jurisdição.
B) A vedação cede sempre que se tratar de matéria sobre a qual o juiz deva decidir de ofício.
C) A vedação alcança somente as decisões de mérito, não as interlocutórias.
D) A regra se aplica apenas quando a parte requerer previamente a abertura de prazo para manifestação.
E) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

6. O art. 9º do CPC estabelece que não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. O parágrafo único do dispositivo afasta essa regra:
A) na tutela provisória de urgência, em qualquer hipótese de tutela da evidência e na decisão que julga liminarmente improcedente o pedido.
B) na tutela provisória de urgência, nas hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III, e na decisão prevista no art. 701.
C) apenas na tutela provisória de urgência de natureza cautelar, pois a antecipada exige contraditório prévio.
D) na tutela provisória de urgência, na tutela da evidência dos incisos I e IV do art. 311 e no julgamento antecipado do mérito.
E) em todas as decisões proferidas em caráter liminar, desde que o juiz fundamente a urgência.

7. Após a propositura da ação, o juiz constata de ofício fato superveniente capaz de influir no julgamento do mérito. Nos termos do CPC, ele deve:
A) tomar o fato em consideração, ouvindo antes as partes sobre ele, na forma do art. 493 e de seu parágrafo único.
B) desconsiderar o fato, pois a causa de pedir se estabiliza com a citação e não admite alteração.
C) tomar o fato em consideração de imediato, sem oitiva das partes, porque a matéria é de ordem pública.
D) intimar apenas a parte a quem o fato aproveita, dispensada a manifestação da parte contrária.
E) determinar a extinção do processo sem resolução de mérito, para que a questão seja deduzida em nova demanda.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

8. Segundo o entendimento do STJ, configura decisão surpresa a decisão que:
A) aplica ao caso lei que não foi invocada por qualquer dos litigantes, ainda que dentro dos limites da causa de pedir e do pedido.
B) aplica ao caso lei cuja incidência contraria a pretensão de um dos litigantes.
C) deixa de consultar as partes antes de cada pronunciamento proferido no curso do processo.
D) adota argumentos novos e fora dos limites da causa de pedir, dando solução jurídica inovadora à causa sem oportunizar às partes o debate prévio.
E) realiza a tipificação jurídica da pretensão dentro do substrato fático delineado nos autos, sem prévia oitiva das partes.

9. O art. 6º do CPC dispõe que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Sobre o modelo cooperativo de processo, é correto afirmar:
A) a cooperação vincula apenas as partes que integram a relação jurídica processual, não alcançando o juiz nem os auxiliares.
B) no modelo cooperativo o órgão julgador é mero espectador, cabendo às partes toda a condução do processo.
C) a gestão do procedimento de elaboração da decisão é difusa, pois o provimento resulta da manifestação de vários núcleos de participação, cooperando todos os sujeitos processuais na condução do processo.
D) o modelo cooperativo corresponde ao modelo adversarial, no qual prepondera o princípio dispositivo puro.
E) a cooperação é incompatível com a vedação à decisão surpresa, pois esta transfere ao juiz a iniciativa do debate.

10. Sobre o princípio da publicidade no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
A) Os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário são públicos, mas a ausência de fundamentação das decisões constitui mera irregularidade.
B) A publicidade tem por única função permitir o controle da opinião pública sobre os serviços da justiça.
C) Nos casos de segredo de justiça, a presença nas audiências é restrita às partes, vedado o acesso de defensores públicos e do Ministério Público.
D) O princípio da publicidade não tem assento constitucional, decorrendo apenas dos arts. 8º e 11 do CPC.
E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo, nos casos de segredo de justiça, ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

11. Nos termos do art. 189 do CPC, tramitam em segredo de justiça os processos:
A) que versem sobre arbitragem, independentemente de comprovação da confidencialidade estipulada perante o juízo.
B) em que o exija o interesse público ou social; que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; e que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que comprovada a confidencialidade perante o juízo.
C) em que figure como parte pessoa beneficiária da gratuidade da justiça.
D) que versem sobre alimentos e guarda, vedada em qualquer hipótese a expedição de certidão a terceiro.
E) em que o exija o interesse público ou social, hipótese em que nem as partes nem seus procuradores podem consultar os autos.

12. A respeito do princípio da duração razoável do processo, assinale a alternativa correta.
A) Foi inserido na Constituição Federal pela EC nº 45/2004 e assegura a razoável duração apenas no âmbito judicial.
B) O art. 4º do CPC assegura a solução integral do mérito em prazo razoável, ressalvada a atividade satisfativa.
C) O art. 4º do CPC assegura às partes a solução integral do mérito em prazo razoável, incluída a atividade satisfativa, e o art. 139, II, incumbe ao juiz velar pela duração razoável do processo.
D) O princípio se confunde com o princípio da celeridade, de modo que o processo deve ser sempre o mais rápido possível.
E) A demora excessiva no deslinde do processo não gera consequências jurídicas, por se tratar de norma meramente programática.

13. O art. 7º do CPC assegura às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais. Sobre esse princípio, é correto afirmar:
A) vincula o legislador, mas não o juiz, cuja atuação é revestida do livre convencimento motivado.
B) tem previsão apenas infraconstitucional, sem correspondência no texto da Constituição Federal.
C) a redução das desigualdades que dificultam o acesso à justiça é incompatível com a paridade, pois implica tratamento diferenciado.
D) a parte final do art. 7º atribui ao juiz o dever de zelar pelo efetivo contraditório, e o art. 139, I, do CPC lhe incumbe de assegurar às partes igualdade de tratamento.
E) a imparcialidade do juiz é aspecto estranho à igualdade processual, por se ligar apenas aos impedimentos e suspeições.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

14. A doutrina distingue processo efetivo de processo eficiente. A respeito dessa distinção, é correto afirmar:
A) efetivo é o processo que realiza o direito afirmado e reconhecido judicialmente, e eficiente é o que atinge esse resultado de modo satisfatório, podendo um processo ser efetivo sem ter sido eficiente.
B) todo processo efetivo é necessariamente eficiente, pois a realização do direito pressupõe a ausência de resultados negativos colaterais.
C) eficiente é o processo que realiza o direito reconhecido judicialmente, e efetivo é aquele que o realiza sem demora excessiva.
D) a eficiência dirige-se exclusivamente à Administração Judiciária, não alcançando a gestão de um processo específico.
E) o princípio da eficiência não tem previsão no CPC, decorrendo apenas do art. 37, caput, da CF/1988.

15. Sobre o princípio da boa-fé processual, previsto no art. 5º do CPC, assinale a alternativa correta.
A) A exigência de comportamento conforme a boa-fé aplica-se somente às partes.
B) O art. 5º do CPC consagra a boa-fé subjetiva, relacionada à intenção do sujeito processual.
C) O órgão jurisdicional não se submete ao princípio, pois sua atuação é pautada pela imparcialidade.
D) A vedação do comportamento contraditório é dirigida exclusivamente às partes e aos seus procuradores.
E) O art. 5º do CPC impõe a boa-fé objetiva a quem de qualquer forma participa do processo, e os Enunciados 375 e 376 do FPPC estendem ao órgão jurisdicional o dever de comportar-se conforme a boa-fé objetiva e a vedação do comportamento contraditório.

16. Determinada parte ajuíza sucessivas ações judiciais contra o mesmo adversário, desprovidas de fundamentação idônea e com propósito doloso de causar-lhe prejuízo. Segundo o STJ, essa conduta:
A) é lícita, pois o direito de ação é incondicionado e não comporta limitação.
B) caracteriza apenas litigância de má-fé, sancionada exclusivamente com multa, sem configurar ato ilícito.
C) pode configurar ato ilícito de abuso do direito de ação ou de defesa, o denominado assédio processual, em violação ao princípio da boa-fé processual.
D) configura a chamada nulidade de algibeira, que consiste na multiplicação de demandas idênticas.
E) somente é sancionável se houver prévia condenação criminal pelos mesmos fatos.

17. A Lei nº 14.879/2024 acrescentou o § 5º ao art. 63 do CPC. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento de ação em juízo aleatório:
A) constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
B) constitui mera irregularidade, sanável mediante emenda da petição inicial.
C) acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito, vedada a remessa dos autos ao juízo competente.
D) somente pode ser reconhecido mediante exceção de incompetência oposta pelo réu no prazo de contestação.
E) caracteriza litigância de má-fé, punida com multa, sem repercussão sobre a competência.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

18. O princípio da primazia da decisão de mérito é concretizado por diversos dispositivos do CPC. Assinale a alternativa que reproduz corretamente uma dessas concretizações.
A) Constatado vício sanável, o juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito e orientar a parte a renovar a demanda.
B) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deve conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício, e, antes de indeferir a petição inicial, deve mandar que a parte a emende ou complete.
C) O relator, ao constatar defeito no recurso, deve inadmiti-lo de imediato, vedada a concessão de prazo para saneamento.
D) O juiz deve pronunciar a nulidade sempre que constatada, ainda que possa decidir o mérito em favor da parte a quem aproveitaria a decretação.
E) Interposta apelação contra sentença que extingue o processo sem exame do mérito, é vedada a retratação pelo juiz.

19. Sobre o princípio da congruência ou adstrição, assinale a alternativa correta.
A) O art. 492 do CPC permite ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, desde que fundamente a conveniência da medida.
B) O juiz pode conhecer de ofício de quaisquer questões, inclusive daquelas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.
C) A decisão deve ser sempre incerta quando resolver relação jurídica condicional.
D) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do demandado, mas o STJ entende que não contraria a adstrição o deferimento de medida cautelar que diverge ou ultrapassa os limites do pedido, se o magistrado entender que a providência milita em favor da eficácia da tutela jurisdicional.
E) O princípio da congruência impede que o julgamento se afaste do pedido, mas não alcança a causa de pedir.

20. O art. 12 do CPC dispõe que os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Estão excluídos dessa regra, entre outras hipóteses:
A) as sentenças proferidas em audiência e o julgamento de todos os recursos interpostos contra decisões interlocutórias.
B) o julgamento de embargos de declaração e de agravo interno, desde que haja requerimento expresso da parte interessada.
C) as decisões proferidas com base nos arts. 485 e 932, vedada, porém, a exclusão dos processos criminais.
D) o julgamento de recursos repetitivos, mas não o de incidente de resolução de demandas repetitivas.
E) as sentenças homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido, o julgamento de embargos de declaração e de agravo interno e a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sobre as características do direito processual penal, é correto afirmar:
A) a autonomia significa que o processo penal é o meio pelo qual o direito material se realiza, sem regras próprias.
B) a instrumentalidade indica que o processo penal possui regras e princípios distintos dos do direito penal material.
C) a autonomia revela que o direito processual penal tem regras e princípios distintos dos do direito material.
D) a normatividade significa que o processo penal amplia o poder do Estado de investigar e punir.
E) a instrumentalidade e a autonomia são expressões sinônimas, pois ambas tratam da função de garantia do acusado.

2. Durante o estudo dos sistemas processuais, discute-se qual seria o ponto central de diferenciação entre eles. A respeito do sistema inquisitivo, é correto afirmar:
A) as funções de acusar, defender e julgar estão repartidas entre órgãos distintos, embora sem contraditório.
B) o ponto central é a concentração da gestão da prova nas mãos do inquisidor, que pode produzir provas de ofício.
C) a iniciativa probatória pertence exclusivamente às partes, cabendo ao julgador posição de espectador.
D) há contraditório e ampla defesa, mas a acusação é formulada pelo próprio julgador.
E) a gestão da prova pertence às partes, o que o aproxima do modelo adotado no Tribunal do Júri.

3. A respeito da interpretação da lei processual penal quanto ao resultado, é correto afirmar:
A) a interpretação declarativa amplia o alcance da norma, porque o legislador ficou aquém de sua intenção.
B) a interpretação lógica busca o sentido literal do texto da lei.
C) a interpretação restritiva é aquela em que a realidade impõe nova visão na leitura da norma.
D) a interpretação restritiva reduz o alcance da norma, porque o legislador disse mais do que gostaria.
E) a interpretação progressiva é a que amplia o alcance da norma, porque o legislador disse menos do que pretendia.

4. Em processo criminal, o magistrado agrava a pena-base do acusado invocando inquéritos policiais e ações penais em curso contra ele. À luz do princípio da presunção de inocência, é correto afirmar:
A) a valoração é indevida, pois processos ou investigações em andamento não podem ser considerados antecedentes criminais, nos termos da Súmula 444 do STJ.
B) a valoração é legítima, pois o princípio da presunção de inocência só opera como regra de tratamento, e não como regra probatória.
C) a valoração é legítima, desde que existam ao menos três investigações em curso contra o acusado.
D) a valoração é indevida apenas se as investigações tiverem sido arquivadas, pois processos em curso revelam conduta reiterada.
E) a valoração é indevida porque a presunção de inocência impede qualquer análise das circunstâncias judiciais na dosimetria.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

5. O Conselho de Sentença condena o réu a pena de seis anos de reclusão por homicídio simples. A defesa sustenta que a prisão só pode ocorrer após o trânsito em julgado. Considerando a tese fixada pelo STF no Tema 1.068, é correto afirmar:

A) a execução imediata só é possível se a pena aplicada pelo Júri for igual ou superior a quinze anos.

B) a execução imediata é vedada em qualquer hipótese, pois o STF manteve integralmente o entendimento firmado nas ADCs 43, 44 e 54.

C) a execução imediata é admitida apenas nos crimes dolosos contra a vida, excluídos os crimes conexos julgados pelo Júri.

D) a execução imediata depende do julgamento da apelação pelo Tribunal de Justiça, pois o recurso tem efeito suspensivo.

E) a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada.

6. Em ação penal, o defensor constituído apresenta resposta à acusação de conteúdo genérico e não comparece à audiência de instrução. A defesa suscita nulidade. De acordo com o entendimento sumulado, é correto afirmar:

A) a deficiência da defesa gera nulidade absoluta, independentemente de demonstração de prejuízo.

B) a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só anulará o processo se houver prova de prejuízo para o réu.

C) tanto a falta quanto a deficiência de defesa são causas de mera irregularidade, sanáveis a qualquer tempo.

D) a falta de defesa constitui nulidade relativa, dependente de arguição em alegações finais.

E) a deficiência da defesa técnica é irrelevante, pois a autodefesa supre a atuação do profissional.

7. A ampla defesa se desdobra em defesa técnica e autodefesa. Sobre essa distinção, é correto afirmar:

A) a autodefesa é indisponível, razão pela qual o acusado não pode deixar de responder às perguntas em seu interrogatório.

B) a defesa técnica é facultativa, podendo o acusado optar por se defender sozinho em qualquer procedimento.

C) a defesa técnica é indisponível e a autodefesa é facultativa, já que o acusado pode reservar-se ao direito ao silêncio.

D) a autodefesa se limita ao direito de presença, não abrangendo o direito de audiência.

E) a autodefesa é exercida exclusivamente por profissional habilitado, em nome do acusado.

8. Em plenário do Tribunal do Júri, a defesa sustenta pedido de absolvição com base em argumentos religiosos e sociológicos, invocando a clemência dos jurados. Sobre a garantia invocada, é correto afirmar:

A) trata-se da plenitude de defesa, que admite todos os meios de convencimento dos jurados, inclusive argumentos não jurídicos.

B) trata-se da ampla defesa, que é conceito mais abrangente do que a plenitude de defesa.

C) trata-se da plenitude de defesa, que se restringe aos meios estritamente jurídicos de defesa.

D) trata-se da ampla defesa, aplicável apenas ao procedimento do Júri.

E) plenitude de defesa e ampla defesa são expressões sinônimas, sem distinção prática.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

9. Deferida interceptação telefônica, o investigado somente toma conhecimento da medida após a sua realização, quando então impugna a prova. A situação ilustra:
A) a supressão do contraditório, incompatível com o sistema acusatório.
B) o contraditório real ou para a prova, que exige a presença das partes na formação do elemento probatório.
C) a inexistência de contraditório, já que a prova foi produzida fora do processo judicial.
D) o contraditório mediato ou diferido, isto é, o contraditório adiado ou postergado para momento posterior.
E) o contraditório direto ou imediato, praticado no próprio ato de produção da prova.

10. Defensor público requer acesso aos elementos de prova já documentados em inquérito policial, no interesse de seu assistido. Sobre o direito invocado, é correto afirmar:
A) o acesso só é assegurado após o oferecimento da denúncia, pois o inquérito é peça inquisitiva.
B) o acesso abrange também as diligências em andamento ainda não documentadas, sob pena de nulidade.
C) o acesso depende de autorização do Ministério Público, titular da ação penal pública.
D) o direito do defensor de acessar as provas já documentadas contempla, por si só, a produção de novas provas na fase investigativa.
E) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório, conforme a Súmula Vinculante 14.

11. O juiz que presidiu toda a instrução criminal determina a realização do interrogatório do réu por carta precatória, em razão de sua residência em outra comarca, e depois profere sentença. Sobre o princípio da identidade física do juiz, é correto afirmar:
A) o princípio foi introduzido no processo penal pela Constituição de 1988 e não comporta qualquer exceção.
B) a sentença é nula, pois o interrogatório por carta precatória rompe necessariamente a identidade física do juiz.
C) o princípio, inserido pela Lei nº 11.719/2008 no art. 399, § 2º, do CPP, não é absoluto e não impede o interrogatório por carta precatória.
D) o princípio é exclusivo do processo civil, não tendo sido transposto para o processo penal.
E) o princípio impõe que o juiz que recebeu a denúncia seja o mesmo a proferir a sentença, ainda que não tenha presidido a instrução.

12. Sobre as dimensões do princípio do devido processo legal, é correto afirmar:
A) o devido processo legal material se confunde com a legalidade estrita, esgotando-se na exigência de lei anterior.
B) o devido processo legal formal se refere à observância das regras processuais previamente estabelecidas, e o material incide sobre o conteúdo das decisões e das normas.
C) o devido processo legal formal exige que o resultado do processo seja substancialmente justo, ainda que violadas as regras procedimentais.
D) o devido processo legal material se limita a garantir o acesso à justiça e a publicidade dos atos processuais.
E) o devido processo legal é regra meramente procedimental, da qual não irradiam outros princípios constitucionais.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

13. O Ministério Público interpõe apelação contra sentença absolutória e, posteriormente, requer a desistência do recurso. Sobre o princípio processual penal em questão, é correto afirmar:
A) aplica-se o princípio da oportunidade, que permite ao titular da ação avaliar a conveniência da manutenção do recurso.
B) aplica-se o princípio da oficiosidade, que impede o Ministério Público de desistir de recurso interposto.
C) aplica-se o princípio da obrigatoriedade, que trata da impossibilidade de desistência da ação penal já iniciada.
D) aplica-se o princípio da indisponibilidade, que veda a desistência e se materializa no art. 576 do CPP, segundo o qual o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
E) aplica-se o princípio da oficialidade, que impõe ao órgão acusador o dever de recorrer de toda sentença absolutória.

14. Tribunal de Justiça convoca juízes de primeiro grau para compor órgão colegiado, e a defesa alega ofensa ao princípio do juiz natural. Sobre o tema, é correto afirmar:
A) não ofende o princípio do juiz natural a designação de juízes de primeiro grau para compor órgãos colegiados, mesmo que componham a maioria, desde que exista previsão legal autorizadora.
B) a convocação sempre viola o princípio do juiz natural, pois cria verdadeiro tribunal de exceção.
C) a convocação é válida somente se os juízes convocados forem minoria no órgão julgador.
D) o princípio do juiz natural se resume à vedação de tribunais de exceção, sem relação com a competência previamente fixada.
E) o princípio do juiz natural não tem assento constitucional, decorrendo apenas de resoluções dos tribunais.

15. Policiais responsáveis pela prisão em flagrante colhem, na via pública, a confissão do detido, que depois é narrada em juízo pelos agentes. Considerando a tese fixada pelo STJ sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar:
A) a confissão é válida, pois o interrogado renunciou às garantias ao falar espontaneamente aos policiais.
B) a confissão extrajudicial, mesmo informal, pode embasar a sentença condenatória se corroborada pelo depoimento dos policiais.
C) a confissão judicial dispensa qualquer corroboração pelas demais provas para fundamentar a condenação.
D) a inadmissibilidade é afastada caso a acusação introduza a confissão por prova testemunhal dos próprios policiais.
E) a confissão extrajudicial somente é admissível se feita formalmente e de maneira documentada, dentro de estabelecimento estatal público e oficial, garantias irrenunciáveis pelo interrogado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

16. Efetuada prisão em flagrante por crime praticado com grave ameaça contra a pessoa, o Ministério Público requer a coleta de material biológico do custodiado. Nos termos do art. 310-A do CPP, incluído pela Lei nº 15.272/2025, é correto afirmar:

A) a coleta deve ser feita, obrigatoriamente, antes da lavratura do auto de prisão em flagrante.

B) a coleta é vedada antes do trânsito em julgado, por violar o princípio da não autoincriminação.

C) a coleta deve ser feita, preferencialmente, na própria audiência de custódia ou no prazo de dez dias, contado de sua realização.

D) a coleta pode ser realizada por qualquer servidor do cartório, dispensados os procedimentos de cadeia de custódia.

E) a coleta somente é admitida nos crimes hediondos, não alcançando os crimes contra a dignidade sexual.

17. Investigado confessa formal e circunstancialmente a prática de furto simples, cuja pena mínima é inferior a quatro anos, não sendo caso de arquivamento. Sobre os requisitos do acordo de não persecução penal, previstos no art. 28-A do CPP, é correto afirmar:

A) o acordo pode ser proposto pelo Ministério Público, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

B) o acordo deve ser proposto pelo juiz, caso o Ministério Público permaneça inerte após a confissão.

C) o acordo independe de confissão, bastando que a pena mínima seja inferior a quatro anos.

D) o acordo pode ser celebrado ainda que se trate de infração praticada com violência ou grave ameaça, desde que a pena máxima não ultrapasse quatro anos.

E) a aferição da pena mínima considera apenas a pena em abstrato, desprezadas as causas de aumento e de diminuição.

18. Sobre as hipóteses em que o acordo de não persecução penal não se aplica, nos termos do § 2º do art. 28-A do CPP, é correto afirmar:

A) o acordo é cabível ainda que seja cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

B) o acordo não se aplica quando o agente tiver sido beneficiado, nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, por acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

C) o acordo não se aplica ao investigado reincidente, salvo se a reincidência for específica.

D) o acordo é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, em favor do agressor, desde que a lesão seja leve.

E) o acordo não se aplica quando houver conduta criminal habitual, ainda que insignificantes as infrações penais pretéritas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

19. Firmado o acordo de não persecução penal, os autos são remetidos ao juízo. Sobre o controle judicial do acordo, nos termos do art. 28-A do CPP, é correto afirmar:

A) o juiz analisará o mérito da proposta e poderá redigir novas cláusulas, para tutelar os interesses do investigado.

B) recusada a homologação, o juiz determinará o imediato arquivamento da investigação.

C) considerando inadequadas as condições, o juiz remeterá os autos ao procurador-geral de justiça para que ele próprio reformule a proposta.

D) considerando inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para reformulação da proposta, com concordância do investigado e de seu defensor.

E) homologado o acordo, o próprio juízo da homologação promoverá a execução das condições ajustadas.

20. Ação penal em curso desde 2018 chega à fase de alegações finais sem que jamais se tenha cogitado do acordo de não persecução penal. Considerando a natureza da norma que instituiu o instituto e o decidido pelo STF no HC 185.913, é correto afirmar:

A) a norma é puramente processual, de modo que se aplica imediatamente, sem qualquer retroatividade.

B) a norma é puramente penal, razão pela qual retroage mesmo após o trânsito em julgado da condenação.

C) o acordo é incabível em processos em andamento, pois a ausência de confissão até a vigência da lei impede a negociação.

D) o acordo só pode ser celebrado antes do recebimento da denúncia, sem exceção, mesmo nos processos iniciados antes da Lei nº 13.964/2019.

E) a norma tem natureza híbrida e, por isso, o acordo é cabível em processos em andamento quando da vigência da Lei nº 13.964/2019, mesmo ausente confissão até então, desde que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITOS HUMANOS

1. O período histórico em que o ser humano começou a ser considerado com igualdade, reconhecido por sua liberdade e razão, sem que suas diversas diferenças fossem o foco principal, é conhecido como:
A) Período Axial, situado entre os séculos VIII e II a.C.
B) Período Axial, situado entre os séculos II a.C. e II d.C.
C) Período Clássico, limitado ao século V a.C.
D) Período Medieval, iniciado no século XIII.
E) Período Iluminista, situado no século XVIII.

2. A teoria do choque de civilizações, formulada pelo cientista político Samuel P. Huntington, sustenta que:
A) a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria será a disputa por recursos naturais entre os Estados.
B) os conflitos do pós-Guerra Fria terão como causa central a desigualdade econômica entre países ricos e pobres.
C) as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria.
D) o fim da Guerra Fria representou o fim da história e o esgotamento dos conflitos entre os povos.
E) a universalização dos direitos humanos eliminaria os conflitos de matriz religiosa entre as nações.

3. Na filosofia kantiana, a afirmação de que a dignidade do homem não pode ser tratada como um preço significa que:
A) a dignidade só se concretiza quando o Estado assegura condições materiais mínimas de existência.
B) a dignidade não admite equivalente, pois preço deriva de coisas, e o ser humano não pode ser comparado a coisas.
C) o valor do ser humano varia conforme a utilidade social que ele apresenta para a coletividade.
D) o ser humano é um meio para a realização dos fins da comunidade política a que pertence.
E) a razão prática corresponde à capacidade de calcular custos e benefícios de cada conduta.

4. A Magna Charta Libertatum, de 1215, firmada pelo Rei João Sem-Terra e pelos bispos e barões ingleses, é apontada como pedra angular da democracia moderna porque:
A) reconheceu direitos inatos de toda pessoa humana, insuscetíveis de supressão por decisão política.
B) aboliu o regime feudal e instituiu a igualdade jurídica entre todos os súditos do reino.
C) deixou implícito, pela primeira vez na história política medieval, que o rei está naturalmente vinculado pelas próprias leis que edita.
D) criou regras processuais para o habeas corpus e proibiu as prisões arbitrárias.
E) atribuiu aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais.

5. Entre as declarações inglesas do século XVII, o habeas corpus, de 1679, foi firmado por:
A) João Sem-Terra.
B) Carlos I.
C) Guilherme d'Orange.
D) o Parlamento inglês.
E) Carlos II.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

6. Segundo Ingo Sarlet, as declarações inglesas do século XVII representaram a positivação de direitos e liberdades reconhecidos aos cidadãos ingleses, entre os quais se incluem:
A) o direito de petição, a proibição de prisões arbitrárias, o princípio da legalidade penal e um mitigado direito à liberdade de expressão.
B) o direito ao trabalho, a proteção previdenciária e a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho.
C) a reforma agrária e a proteção do trabalhador assalariado.
D) a expansão do sistema de educação pública e o direito de greve.
E) a igualdade jurídica entre marido e mulher e a equiparação dos filhos legítimos aos ilegítimos.

7. O Bill of Rights, de 1689, promulgado pelo Parlamento inglês, entrou em vigor no reinado de Guilherme d'Orange como resultado:
A) da Revolução Francesa, de 1789.
B) da Revolução Gloriosa, de 1688.
C) da independência das colônias americanas, de 1776.
D) da assinatura da Magna Carta, de 1215.
E) da Convenção de Genebra, de 1864.

8. A ideia de publicar uma declaração das razões do ato de independência, por um respeito devido às opiniões da humanidade, constituiu novidade absoluta porque, a partir dela:
A) os atos políticos passaram a ser submetidos ao controle de um tribunal internacional permanente.
B) o poder do monarca passou a ser limitado pelas leis que ele próprio editava.
C) os juízes supremos dos atos políticos deixaram de ser monarcas ou chefes religiosos e passaram a ser todos os homens, indiscriminadamente.
D) os direitos sociais foram pela primeira vez incorporados a um documento constitucional.
E) as operações bélicas passaram a ser reguladas por leis e costumes de guerra.

9. A Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, de 1776, é documento típico do século XVIII. Sobre o seu conteúdo, é correto afirmar que ela:
A) disciplinou os direitos trabalhistas e previdenciários como direitos sociais.
B) instituiu a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho.
C) estruturou o Estado de democracia social, com preeminência dos direitos sociais.
D) positivou direitos inatos de toda pessoa humana, que não podem ser alienados ou suprimidos por decisão política, com foco na proteção de direitos individuais.
E) previu a separação de poderes e o direito de petição como reação ao absolutismo.

10. Sobre a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, é correto afirmar que:
A) a liberdade individual foi o ponto central do movimento revolucionário, em detrimento da igualdade.
B) a Revolução conseguiu estabelecer, desde logo, o princípio da igualdade entre todos.
C) os franceses deram mais ênfase às garantias judiciais do que à declaração de direitos pura e simples.
D) o lema revolucionário não sobreviveu ao próprio movimento, perdendo sentido político posterior.
E) na tríade Liberté, Egalité, Fraternité, a igualdade representou o ponto central do movimento revolucionário.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

11. Segundo Comparato, a rápida perda de força da ideia de separação dos poderes na França revolucionária, apesar da afirmação peremptória do art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, decorreu:
A) da exigência de forte centralização de poderes para suprimir os privilégios na lei e nos costumes, sem rígidas separações entre os ramos do Estado e sem autonomia federativa aos entes locais.
B) da adoção do modelo judicial norte-americano de controle dos atos políticos.
C) da influência direta do Bill of Rights de 1689 sobre o constitucionalismo francês.
D) da opção por conferir ampla autonomia às províncias, o que esvaziou o poder central.
E) da prevalência dos direitos econômicos e sociais sobre os direitos civis e políticos.

12. A Convenção de Genebra de 1864 é apontada como marco inaugural, em matéria internacional, do:
A) direito internacional dos refugiados, com a proteção contra a devolução forçada.
B) direito humanitário, conjunto de leis e costumes de guerra voltado a minorar o sofrimento de soldados, doentes e feridos, bem como das populações civis atingidas por conflito bélico.
C) direito internacional do trabalho, com a proteção do trabalhador assalariado.
D) direito penal internacional, com a criação de tribunal permanente para julgar crimes de guerra.
E) sistema internacional de proteção dos direitos civis e políticos, com petição individual.

13. A Carta Política mexicana de 1917 ocupa lugar de destaque na afirmação histórica dos direitos humanos porque foi a primeira a:
A) reconhecer a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos.
B) submeter os atos políticos ao juízo de todos os homens, indiscriminadamente.
C) atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais, ao lado da liberdade individual e dos direitos políticos.
D) estabelecer a igualdade jurídica entre marido e mulher e equiparar os filhos legítimos aos ilegítimos.
E) consagrar o direito humanitário em matéria internacional.

14. Segundo Comparato, a Constituição Alemã de Weimar, de 1919:
A) foi a primeira a atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais.
B) foi promulgada em ambiente de estabilidade política, o que assegurou sua aplicação sem percalços.
C) limitou-se a reproduzir o catálogo de direitos das declarações inglesas do século XVII.
D) deu à democracia social, cujas linhas-mestras já haviam sido traçadas pela Constituição Mexicana de 1917, uma estrutura mais elaborada.
E) foi elaborada após a Segunda Guerra Mundial, como reação ao nazifascismo.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

15. Os dois grandes pactos internacionais de direitos humanos votados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 são apresentados por Comparato como:
A) a origem do direito humanitário em matéria internacional.
B) a primeira positivação de direitos inatos da pessoa humana.
C) a superação da concepção contemporânea de direitos humanos introduzida em 1948.
D) documentos restritos aos direitos civis e políticos, negados pelo sistema comunista.
E) o desfecho do processo de institucionalização da democracia social iniciado pelas Constituições do início do século XX.

16. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, teve como objetivo declarado, diante das hostilidades sofridas pelos povos:
A) colocar a guerra definitivamente fora da lei.
B) instituir tribunal penal internacional permanente para julgar crimes contra a humanidade.
C) regular juridicamente as operações bélicas entre os Estados beligerantes.
D) substituir as Constituições nacionais por uma ordem jurídica mundial.
E) uniformizar os direitos trabalhistas no plano internacional.

17. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, inovou a gramática dos direitos humanos ao introduzir a chamada concepção contemporânea, caracterizada pela:
A) prevalência dos direitos civis e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais.
B) universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos.
C) submissão dos direitos humanos às particularidades culturais de cada Estado.
D) criação de mecanismo jurisdicional obrigatório de execução de suas disposições.
E) limitação da titularidade dos direitos aos nacionais dos Estados signatários.

18. Para Bonavides, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, é documento de convergência e, ao mesmo tempo, de síntese. A nota de síntese está em que a Declaração:
A) reuniu, em um só texto, as Constituições dos Estados que a subscreveram.
B) converteu em norma obrigatória os costumes de guerra até então dispersos.
C) estampou, de forma lapidar, direitos e garantias que nenhuma Constituição isoladamente lograra congregar ao redor de um consenso universal.
D) condensou as decisões dos tribunais internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial.
E) resumiu, em documento único, os dois pactos internacionais de direitos humanos de 1966.

19. Conforme Ingo Sarlet, a nota distintiva das declarações americanas em relação às suas antecessoras inglesas do século XVII consistiu em:
A) ampliar o catálogo de direitos, nele incluindo os direitos econômicos e sociais.
B) condicionar a eficácia dos direitos declarados à vontade da representação popular.
C) afastar o controle dos atos políticos, reservando-o exclusivamente ao Parlamento.
D) guardar, apesar da virtual identidade de conteúdo, as características de universalidade e supremacia dos direitos naturais, com eficácia inclusive em relação à representação popular, vinculando todos os poderes públicos.
E) restringir a titularidade dos direitos aos súditos das colônias americanas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

20. O processo de universalização, sistematização e internacionalização da proteção dos direitos humanos intensificou-se a partir:

A) da Revolução Francesa, de 1789.

B) da Convenção de Genebra, de 1864.

C) do término da Primeira Guerra Mundial.

D) da promulgação da Constituição de Weimar, em 1919.

E) do término da Segunda Guerra Mundial.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

GABARITO COMENTADO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 1. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A **Lei nº 1.060/1950** é posterior e não constitui a origem mais remota do instituto.

(B) **Incorreta.** O órgão foi criado na cidade do Rio de Janeiro, e em 1897.

(C) **Correta.** São os dois marcos iniciais apontados no histórico do surgimento da Defensoria no Brasil.

(D) **Incorreta.** A criação do primeiro órgão público de assistência judiciária é anterior, de 1897.

(E) **Incorreta.** A previsão de órgãos especiais veio na Constituição de 1934.

Questão 2. Gabarito: A

(A) **Correta.** A previsão de 1934 é um marco justamente por associar o acesso à justiça dos necessitados à criação de órgãos especiais, e a Carta de 1937 retirou a matéria do texto.

(B) **Incorreta.** A Constituição de 1937 omitiu a matéria.

(C) **Incorreta.** As Constituições de 1946 e 1967, assim como a **EC 1/1969**, garantiram a assistência judiciária, mas não repetiram o comando de criação de órgão especial.

(D) **Incorreta.** Até então se falava em assistência judiciária, e a assistência jurídica integral e gratuita só foi expressa em 1988.

(E) **Incorreta.** A Constituição de 1988 estabeleceu a assistência jurídica integral e gratuita do **art. 5º**, LXXIV, criando para esse fim a Defensoria Pública, noção bem mais abrangente que a de assistência judiciária.

Questão 3. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Os conceitos estão invertidos.

(B) **Incorreta.** A assistência jurídica é a mais ampla, compreendendo a representação endo e extraprocessual.

(C) **Incorreta.** Os institutos têm conteúdo distinto, e essa distinção é um dos pontos mais cobrados em Direito Institucional.

(D) **Incorreta.** A gratuidade de justiça é deferida pelo magistrado dentro do processo.

(E) **Correta.** Reproduz a distinção entre os três institutos.

Questão 4. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A primeira tese veda justamente o uso de critérios objetivos para o indeferimento imediato.

(B) **Correta.** A segunda tese remete ao **art. 99, § 2º**, do CPC. STJ. Corte Especial. **REsp 1.988.687**-RJ, **REsp 1.988.697**-RJ e **REsp 1.988.686**-RJ, Rel. Min. Og Fernandes, julgados em 17/9/2025 (**Tema 1178**) (**Info 864**).

(C) **Incorreta.** A análise deve ser feita conforme a situação concreta, admitindo-se o afastamento da presunção.

(D) **Incorreta.** O julgado não cria deferimento automático em razão da assistência pela Defensoria Pública.

(E) **Incorreta.** Cumprida a diligência, os parâmetros objetivos só podem ser usados em caráter suplementar, jamais como fundamento exclusivo do indeferimento.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 5. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O STF declarou compatível com a Constituição a reconfiguração legislativa dos critérios, com parâmetros objetivos para aferir a insuficiência de recursos.

(B) **Incorreta.** Restringir esses critérios à Justiça do Trabalho fere a isonomia, e o STF determinou sua aplicação a todos os ramos do Judiciário até que o legislador discipline a matéria.

(C) **Incorreta.** Esse teto foi declarado inconstitucional.

(D) **Correta.** O patamar é o da **Lei 15.270/2025**, que acompanha as atualizações da tabela do imposto de renda ou, na falta delas, é corrigido pelo IPCA, e a presunção também se aplica aos assistidos pela Defensoria Pública, podendo o juiz indeferir o benefício diante de patrimônio ou renda familiar incompatível.

(E) **Incorreta.** A decisão não atinge o primeiro grau dos Juizados Especiais e aplica-se apenas aos processos ajuizados depois da publicação da ata do julgamento de mérito.

Questão 6. Gabarito: A

(A) **Correta.** É o teor da **Súmula 481** do STJ, aprovada em 28/06/2012, exigindo-se que a pessoa jurídica demonstre não possuir condições de arcar com as despesas sem comprometer sua atividade ou sua subsistência econômica.

(B) **Incorreta.** O enunciado alcança expressamente a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos.

(C) **Incorreta.** A presunção do **art. 99, § 3º**, do CPC é expressamente restrita à pessoa natural.

(D) **Incorreta.** O **art. 98** do CPC assegura o direito à gratuidade tanto à pessoa natural quanto à jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos.

(E) **Incorreta.** Recuperação judicial, falência ou liquidação extrajudicial não geram automaticamente o direito à gratuidade.

Questão 7. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A declaração de hipossuficiência, por si só, é suficiente apenas para a pessoa natural, na forma do **art. 99, § 3º**, do CPC.

(B) **Incorreta.** Essas situações indicam dificuldades econômicas, mas não demonstram, por si sós, incapacidade de suportar os encargos processuais, pois até uma massa falida pode possuir ativos, créditos ou recursos disponíveis.

(C) **Correta.** É a tese fixada nos Recursos Especiais 2.225.061/PE e 2.234.386/PE, julgados pela Corte Especial em julho de 2026.

(D) **Incorreta.** A declaração de imposto de renda é apenas um dos documentos indicados, ao lado de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, extratos e relação de bens e direitos.

(E) **Incorreta.** O ônus de esclarecer a situação financeira e patrimonial é do requerente, e não se exige perícia de ofício.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 8. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A previsão do **art. 51** do Estatuto alcança instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço às pessoas idosas.

(B) **Incorreta.** A recuperação judicial não é o critério adotado pelo dispositivo.

(C) **Incorreta.** O dispositivo não estabelece recorte etário adicional para a assistência judiciária.

(D) **Incorreta.** A norma se dirige às instituições prestadoras de serviço, e não aos conselhos de direitos.

(E) **Correta.** É a redação do **art. 51** do Estatuto da Pessoa Idosa, dada pela **Lei nº 14.423**, de 2022, apontada pelo STJ como exceção legal em matéria de gratuidade para pessoas jurídicas.

Questão 9. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Trata-se de prova meramente indiciária, pois a sociedade pode estar inativa perante o Fisco e ainda assim manter imóveis, aplicações e saldos em conta.

(B) **Correta.** STJ. Segunda Seção. AgInt na PET na AR 7.576-SP, Rel. Min.ª Nancy Andrighi, julgado em 11/03/2026 (**Info 883**), julgado que antecipou o que viria a ser fixado no **Tema 1424**.

(C) **Incorreta.** A insuficiência do documento não é suprida pela declaração do contador.

(D) **Incorreta.** A decisão trata da insuficiência da prova, e não da concessão parcial do benefício.

(E) **Incorreta.** O que a Corte afirmou foi a insuficiência daquele documento isolado, sem determinar o indeferimento de plano vedado ao magistrado.

Questão 10. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A assistência jurídica, por determinação constitucional, é integral e gratuita, prevalecendo o entendimento que rejeita a prestação parcial.

(B) **Incorreta.** O **art. 98, § 5º**, do CPC autoriza expressamente a concessão parcial da gratuidade de justiça.

(C) **Incorreta.** As posições estão invertidas.

(D) **Correta.** É o que resulta da leitura conjunta do **art. 5º**, LXXIV, da CF/88 e do **art. 98, § 5º**, do CPC.

(E) **Incorreta.** A concessão parcial é decisão do magistrado e não depende de anuência da parte contrária.

Questão 11. Gabarito: A

(A) **Correta.** Passado esse prazo, extinguem-se as obrigações. Registre-se que o **art. 12** da **Lei nº 1.060/50**, revogado pelo CPC de 2015, foi considerado recepcionado pela CF/88 pelo STF quanto às custas processuais em sentido estrito, tendo o CPC previsto regra semelhante.

(B) **Incorreta.** A extinção depende do decurso do prazo legal sem a demonstração prevista na norma.

(C) **Incorreta.** O prazo é de **cinco anos**, contados do trânsito em julgado da decisão que certificou as obrigações.

(D) **Incorreta.** A exigibilidade fica suspensa por força de lei.

(E) **Incorreta.** O ônus de demonstrar que cessou a insuficiência é do credor.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 12. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** As multas processuais não integram o rol legal, tanto que o parágrafo único do **art. 100** prevê multa de até o décuplo em caso de má-fé na obtenção do benefício.

(B) **Incorreta.** O inciso VI alcança os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou tradutor nomeado nos termos da lei.

(C) **Correta.** São, respectivamente, os incisos II, VIII e IX do **art. 98, § 1º**.

(D) **Incorreta.** O inciso III abrange as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios.

(E) **Incorreta.** O inciso VII trata do custo com a elaboração de memória de cálculo quando exigida para instauração da execução.

Questão 13. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O deferimento não é atacado por agravo de instrumento, mas por impugnação da parte contrária.

(B) **Incorreta.** A apelação é cabível quando a questão é resolvida na sentença, e não como via própria contra o deferimento.

(C) **Incorreta.** O **art. 100** permite que a parte contrária ofereça impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, em casos de pedido superveniente ou de terceiro, por petição simples, no prazo de **15 dias**.

(D) **Incorreta.** O **art. 1**.015, V, prevê agravo de instrumento contra o acolhimento do pedido de revogação.

(E) **Correta.** É a sistemática dos **arts. 100**, 101 e 1.015, V, do CPC.

Questão 14. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A assistência pela Defensoria Pública não substitui o requerimento do benefício.

(B) **Correta.** STJ. 1ª Turma. **AgInt no REsp 1740075/RJ**, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 18/09/2018.

(C) **Incorreta.** O entendimento veda a concessão de ofício.

(D) **Incorreta.** Não há essa distinção por grau de jurisdição no julgado.

(E) **Incorreta.** O valor da causa não é critério de dispensa do pedido expresso.

Questão 15. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A representação pelos pais vincula-se à incapacidade civil e econômica do próprio menor, e não implica automaticamente o exame com base na situação financeira dos pais.

(B) **Incorreta.** É necessário verificar se a própria parte requerente preenche os pressupostos para a concessão, dado o caráter personalíssimo do benefício.

(C) **Incorreta.** A regra do **art. 99, § 3º**, do CPC incide sobre o próprio menor.

(D) **Correta. REsp 2.055.363-**MG, Rel. Min.ª Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 13/6/2023 (**Info 781**), e **REsp 1.998.486/SP**, Terceira Turma.

(E) **Incorreta.** O julgado não condiciona a análise da gratuidade à oitiva prévia do Ministério Público.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 16. Gabarito: A

(A) **Correta.** Exigir a liquidação da reserva seria, na prática, cobrar o acesso à justiça com a própria subsistência do jurisdicionado.

(B) **Incorreta.** A Corte afastou justamente esse automatismo.

(C) **Incorreta.** Hipossuficiência não é ausência absoluta de patrimônio, e sim a indisponibilidade concreta de recursos para custear o processo sem sacrificar necessidades básicas e urgentes.

(D) **Incorreta.** A exigência de liquidação foi expressamente reputada incompatível com o acesso à justiça.

(E) **Incorreta.** A destinação concreta do patrimônio foi decisiva para o resultado do julgamento.

Questão 17. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** No judicare os advogados particulares atuam e recebem do Estado, como ocorre com os dativos. A atuação caritativa sem pagamento caracteriza o modelo pro bono.

(B) **Incorreta.** A Constituição de 1988 adotou o modelo público.

(C) **Correta.** É a definição do salaried staff model, também chamado de modelo público.

(D) **Incorreta.** O modelo híbrido é a reunião dos modelos pro bono, judicare e salaried staff.

(E) **Incorreta.** Os Bufetes Colectivos são apontados como exemplo do modelo socialista em Cuba, e não nos países capitalistas.

Questão 18. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A Defensoria é órgão de Estado, e não órgão do Estado, pois não pertence nem se vincula a outro órgão ou entidade pública.

(B) **Incorreta.** Mesmo antes da nova redação do **art. 1º** da Lei Orgânica Nacional, doutrina e jurisprudência do STF já afirmavam a impossibilidade de extinção, com apoio no **art. 134** combinado com o **art. 5º**, LXXIV, e no **art. 60, § 4º**, IV, da CF/88.

(C) **Incorreta.** É proibida a edição de medida provisória sobre Defensoria Pública, por ser matéria reservada à lei complementar.

(D) **Incorreta.** A reserva de iniciativa ao Presidente da República não exclui a iniciativa privativa dos defensores públicos gerais para leis sobre organização, atribuição e estatuto correspondente.

(E) **Correta.** O legislador complementar encampou esse entendimento ao incluir a expressão permanente no conceito do **art. 1º** da **LC nº 80/1994**, após a redação dada pela **LC nº 132/2009**.

Questão 19. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A primeira onda guarda referência com a assistência jurídica aos pobres e com a necessidade de órgãos encarregados de prestá-la.

(B) **Correta.** O objetivo do processo coletivo é permitir que um grande número de indivíduos seja beneficiado por uma decisão judicial sem que cada um tenha de percorrer individualmente o caminho do Judiciário.

(C) **Incorreta.** A terceira onda expõe o problema dos procedimentos judiciais, seus custos e seu tempo de duração, com propostas como a oralidade, a redução de custos e os métodos alternativos de solução de conflitos.

(D) **Incorreta.** A quarta onda corresponde à dimensão ética e política do direito.

(E) **Incorreta.** A quinta onda trata da internacionalização da proteção dos direitos humanos perante órgãos como a Corte IDH e a CIDH.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 20. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A internacionalização da proteção dos direitos humanos corresponde à quinta onda, e a quarta trata da dimensão ética e política do direito, na lição de Kim Economides.

(B) **Incorreta.** A desigualdade de gênero e raça nos sistemas de justiça corresponde à sétima onda.

(C) **Incorreta.** As iniciativas promissoras e as novas tecnologias correspondem à sexta onda.

(D) **Correta.** O Visual Law utiliza elementos visuais para tornar o Direito mais claro e compreensível, e o uso de QR-Codes em petições iniciais, contestações e recursos é materialização frequente dessa prática.

(E) **Incorreta.** A oitava onda é proposta doutrinária recente de Cezar Luiz Bandiera (2026), voltada a superar o isolamento geográfico e a exclusão territorial.

Questão 21. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Conselho Superior e Corregedoria-Geral são órgãos de administração superior, mas a Ouvidoria-Geral é a única exceção à regra de que tudo que tem GERAL ou SUPERIOR integra a administração superior.

(B) **Incorreta.** São órgãos de atuação as Defensorias Públicas do Estado e os Núcleos da Defensoria Pública do Estado, não a Ouvidoria-Geral.

(C) **Incorreta.** Órgãos de execução são os Defensores Públicos do Estado.

(D) **Correta.** A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

(E) **Incorreta.** O fato de o Ouvidor-Geral não integrar a Carreira não altera a classificação legal do órgão, que é auxiliar.

Questão 22. Gabarito: A

(A) **Correta.** Só a composição do Conselho Curador veio na própria lei, e a composição e a designação dos Conselhos Gestor e Fiscal e da Diretoria Executiva ficaram para regulamento expedido pelo Defensor Público-Geral Federal.

(B) **Incorreta.** A lei definiu apenas a composição do Conselho Curador.

(C) **Incorreta.** Quem preside o Conselho Curador, com voto de qualidade em caso de empate, é o Defensor Público-Geral Federal.

(D) **Incorreta.** A composição do Conselho Fiscal ficou para regulamento, e não para a lei.

(E) **Incorreta.** Os órgãos criados foram o Conselho Curador, o Conselho Gestor, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva do FDPU.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 23. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A destinação obrigatória de percentual do FAJ a convênios com advogados dativos perpetua modelo misto não acolhido pela Constituição, que adotou o modelo público, conhecido como salaried staff model.

(B) **Incorreta.** O vício de iniciativa existiu, pois a alteração partiu do Executivo e não do Defensor Público-Geral, mas a inconstitucionalidade não se limitou ao aspecto formal.

(C) **Correta.** Seguido pela maioria, o Ministro Edson Fachin votou pela procedência da ação, declarando a inconstitucionalidade formal e material da **Lei Complementar 1.297/2017** do Estado de São Paulo.

(D) **Incorreta.** O reconhecimento não se restringiu ao vício material, alcançando também o vício formal de iniciativa.

(E) **Incorreta.** A ação foi proposta pela Associação Nacional de Defensores Públicos e teve o mérito julgado, com procedência.

Questão 24. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O STJ afastou exatamente essa determinação, ainda que houvesse ausência ou pendência de regulamentação do Fundo de Aparelhamento da Instituição.

(B) **Incorreta.** A decisão reconhece a titularidade e a livre gestão dos honorários pela própria Defensoria Pública.

(C) **Incorreta.** A gestão é livre, sem necessidade de autorização judicial.

(D) **Incorreta.** Não há rateio com o Tesouro estadual na decisão.

(E) **Correta.** Conforme o **REsp 2.180.416-**MG, Rel. Ministro Humberto Martins, 3ª Turma, julgado em 9/12/2025 (STJ, Inf. 874), os honorários são de livre gestão da Defensoria Pública.

Questão 25. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório dos membros forma a lista tríplice, mas a nomeação cabe ao Governador do Estado, e é permitida uma recondução.

(B) **Correta.** Essa é a exata previsão da lei quanto a nomeação pelo Governador, requisitos de estabilidade e idade mínima de **35 anos**, lista tríplice, mandato de **dois anos** e uma recondução.

(C) **Incorreta.** A exigência é de membro estável e maior de **35 anos**, e a lista é tríplice, não sêxtupla. Classe mais elevada é requisito do Corregedor-Geral.

(D) **Incorreta.** A nomeação é do Governador, a idade mínima é de **35 anos** e o mandato é de **dois anos**.

(E) **Incorreta.** A recondução é permitida uma vez, e não vedada.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 26. Gabarito: A

(A) **Correta.** É inconstitucional, por violar a competência da União para editar normas gerais de organização das Defensorias Públicas dos estados-membros (**arts. 24**, XIII e **§§ 1º** a 4º; 61, **§ 1º**, II, d; e 134, **§ 1º**, CF/88), norma estadual que fixa critérios de escolha do Defensor Público-Geral diversos dos da **LC 80/1994**. STF. Plenário. **ADI 7.729/PR**, Rel. Min. André Mendonça, julgado em 26/5/2025 (**Info 1179**).

(B) **Incorreta.** A competência concorrente do Estado é suplementar, devendo observar as normas gerais editadas pela União.

(C) **Incorreta.** O maior rigor não valida a norma estadual, como também se viu no julgamento da **ADI 5.662**, em que se derrubou interstício de promoção mais restritivo que o da lei federal.

(D) **Incorreta.** O fundamento é a competência para normas gerais de organização das Defensorias Públicas, não direito processual.

(E) **Incorreta.** A autonomia administrativa da Defensoria não autoriza o legislador estadual a criar critérios de escolha distintos dos da norma geral federal.

Questão 27. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A nomeação cabe ao Defensor Público-Geral, na forma da legislação estadual. Previsão estadual que atribua essa nomeação ao Governador viola a autonomia da Defensoria Pública.

(B) **Incorreta.** O **art. 99, § 2º** permite que os Estados, segundo suas necessidades, tenham mais de um Subdefensor Público-Geral.

(C) **Correta.** É o que dispõe o **art. 99, § 1º**, com a redação dada pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(D) **Incorreta.** Lista tríplice formada pela sociedade civil e escolha pelo Conselho Superior são o regime do Ouvidor-Geral.

(E) **Incorreta.** A substituição se dá nas faltas, licenças, férias e impedimentos, e não apenas na vacância.

Questão 28. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A lei não determina a renovação da eleição, mas a investidura automática.

(B) **Incorreta.** A solução legal não transfere a escolha ao Conselho Superior.

(C) **Incorreta.** A substituição do Defensor Público-Geral cabe ao Subdefensor Público-Geral, e o caso é de investidura automática do mais votado.

(D) **Correta.** É a regra do **art. 99, § 4º** da **LC 80/1994**.

(E) **Incorreta.** O prazo é de **15 dias** e o critério é o de mais votado, não o de mais antigo na Carreira.

Questão 29. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Nos Conselhos Penitenciários a participação se dá com direito a voz e voto. Voz sem voto é a posição do Ouvidor-Geral no Conselho Superior.

(B) **Correta.** É a atribuição prevista no inciso III do parágrafo único do **art. 108**, incluído pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(C) **Incorreta.** Receber e encaminhar representação ao Corregedor-Geral é competência da Ouvidoria-Geral, prevista no **art. 105-C**, I.

(D) **Incorreta.** A lei assegura acesso a todas as dependências do estabelecimento independentemente de prévio agendamento.

(E) **Incorreta.** Pelo princípio da indeclinabilidade das causas, não se pode negar o patrocínio por excesso de trabalho, falta de especialização ou outra razão qualquer.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 30. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A decisão não tratou da sanção da lei orçamentária, mas de competências administrativas internas da Defensoria.

(B) **Incorreta.** A nomeação do Defensor Público-Geral dentre os integrantes da lista tríplice é justamente atribuição do Governador, prevista na **LC 80/1994**.

(C) **Incorreta.** Esse não foi um dos pontos declarados inconstitucionais no julgado.

(D) **Incorreta.** O julgado enumerou a nomeação de dirigentes, a autorização de afastamentos e a iniciativa de lei sobre subsídio.

(E) **Correta.** Tais competências pertencem ao Defensor Público-Geral do Estado, junto com autorizar o afastamento de Defensores para estudos ou missão e propor o subsídio dos membros. STF. Plenário. **ADI 5286/AP**, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 18/5/2016 (**Info 826**).

Questão 31. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Essa exigência foi declarada inconstitucional por ofensa à autonomia funcional e administrativa do **art. 134, § 2º**, da CF/88.

(B) **Incorreta.** A regra foi derrubada porque inseriria, por via oblíqua, a chefia da Defensoria na estrutura do Poder Executivo local.

(C) **Correta.** A norma geral do **art. 116, § 4º**, da **LC 80/1994** fala em **dois anos** e admite a dispensa, de modo que a regra estadual extrapolou os limites da competência suplementar.

(D) **Incorreta.** Cabe à União editar as normas gerais, de observância obrigatória pelos Estados no exercício da competência suplementar (CF/1988, **art. 24**, XIII).

(E) **Incorreta.** Os efeitos foram modulados para valer prospectivamente, preservando atos praticados, promoções efetivadas e valores recebidos até a publicação da ata do julgamento de mérito.

Questão 32. Gabarito: A

(A) **Correta.** Além dos membros natos, a composição deve contar, em sua maioria, com representantes estáveis da Carreira, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e secreto de seus membros, em número e forma fixados em lei estadual.

(B) **Incorreta.** O Subdefensor Público-Geral é membro nato, e não há previsão de participação do Defensor Público mais antigo na Carreira por esse título.

(C) **Incorreta.** Subdefensor Público-Geral e Ouvidor-Geral também são membros natos.

(D) **Incorreta.** O presidente da entidade de classe tem assento e voz, mas não é membro nato do Conselho, e o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral foram omitidos.

(E) **Incorreta.** Não há previsão de participação dos Defensores Chefes de núcleos como membros natos.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 33. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A presidência é do Defensor Público-Geral, e justamente em matéria disciplinar não há voto de qualidade.

(B) **Incorreta.** A ressalva legal exclui a matéria disciplinar do voto de qualidade.

(C) **Incorreta.** O Subdefensor Público-Geral não preside o Conselho Superior.

(D) **Correta.** É a redação do **art. 101, § 1º**, incluído pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(E) **Incorreta.** A presidência é ocupada pelo Defensor Público-Geral por força de lei, e não por eleição entre conselheiros.

Questão 34. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Uma reeleição é permitida, e a lei não fixa tempo mínimo de **cinco anos** de serviço público, mas exige estabilidade e ausência de afastamento.

(B) **Incorreta.** O mandato é de **dois anos** e a elegibilidade exige membro estável não afastado.

(C) **Incorreta.** Admite-se apenas uma reeleição, e o membro afastado da Carreira não é elegível.

(D) **Incorreta.** O mandato é de **dois anos**, com uma reeleição, e classe mais elevada é requisito para o Corregedor-Geral.

(E) **Correta.** É o que preveem os **§§ 3º** e 4º do **art. 101**, incluídos pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

Questão 35. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O **art. 101, § 5º** assegura assento e voz independentemente de convite.

(B) **Correta.** A lei lhe garante assento e voz nas reuniões do Conselho Superior, sem direito a voto.

(C) **Incorreta.** São membros natos o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral, o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral.

(D) **Incorreta.** Não há previsão de voto em nenhuma matéria.

(E) **Incorreta.** A previsão legal é exatamente a inversa, pois assegura a voz e não o voto.

Questão 36. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Eleição por voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório dos membros é o procedimento de formação da lista tríplice do Defensor Público-Geral.

(B) **Incorreta.** Escolha pelo Conselho Superior dentre cidadãos de reputação ilibada não integrantes da Carreira é o regime do Ouvidor-Geral.

(C) **Correta.** É a redação do **art. 104**, dada pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(D) **Incorreta.** A nomeação é do Defensor Público-Geral e o mandato é de **dois anos**. Atribuir essa nomeação ao Governador viola a autonomia da Defensoria.

(E) **Incorreta.** Exige-se integrante da classe mais elevada e a lista é tríplice, formada pelo Conselho Superior.

Questão 37. Gabarito: A

(A) **Correta.** É o que dispõe o **art. 104, § 1º**, renumerado pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(B) **Incorreta.** A decisão é interna, do Conselho Superior, sem participação do Chefe do Poder Executivo.

(C) **Incorreta.** A proposta cabe ao Defensor Público-Geral e o quórum é de dois terços.

(D) **Incorreta.** O quórum exigido é de dois terços do Conselho Superior, e não de maioria simples.

(E) **Incorreta.** O Corregedor-Geral exerce mandato de **dois anos**, e a destituição depende de deliberação qualificada do Conselho Superior.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 38. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A escolha é do Conselho Superior e recai sobre quem não integra a Carreira.

(B) **Incorreta.** Ao julgar a **ADI 4.608** o STF tratou dos requisitos da **LC 80/1994** para a escolha do Ouvidor-Geral, entre os quais se inclui a reputação ilibada, e não o bacharelado em Direito ou idade mínima.

(C) **Incorreta.** A lista é tríplice, e a escolha é do Conselho Superior, não do Governador.

(D) **Correta.** Reúne as previsões do **art. 105-B** e de seu **§ 3º**, incluídos pela **Lei Complementar nº 132/2009**.

(E) **Incorreta.** O **art. 105-B, § 3º** impõe o regime de dedicação exclusiva.

Questão 39. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Cabe à Ouvidoria receber e encaminhar a representação ao Corregedor-Geral, assegurada a defesa preliminar, e não processá-la ou julgá-la.

(B) **Incorreta.** A lei atribui à Ouvidoria a promoção da qualidade dos serviços e a coleta de dados de satisfação, não a auditoria da prestação dos serviços.

(C) **Incorreta.** A participação no Conselho Superior se dá com direito a voz, sem voto.

(D) **Incorreta.** O relatório de atividades previsto no inciso III é semestral.

(E) **Correta.** É a competência do inciso IX do **art. 105-C**, cuja validade se soma às demais reconhecidas pelo STF na **ADI 4608/DF**, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgada em 13/5/2022 (**Info 1054**).

Questão 40. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O critério legal de prioridade é o das regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

(B) **Correta.** Conjuga o **art. 106-A**, incluído pela **Lei Complementar nº 132/2009**, e o **art. 107**, com a redação dada pela mesma lei.

(C) **Incorreta.** O **art. 106** prevê assistência jurídica em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado, cabendo à Defensoria estadual interpor recursos aos Tribunais Superiores quando cabíveis.

(D) **Incorreta.** O **art. 106-A** determina justamente que a organização deve primar pela descentralização.

(E) **Incorreta.** O número de unidades instaladas não é o critério legal de prioridade.

CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSO, PCD, MULHER E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Questão 1. Gabarito: A

(A) **Correta.** Na fase da mera imputação as leis tinham apenas o propósito de coibir a prática de ilícitos pelos "menores", aplicando-se a normativa criminal aos que praticassem crimes, fase em que se inserem as Ordenações do Reino, o Código Criminal do Império de 1830 e o Código Penal de 1890.

(B) **Incorreta.** A integração sociofamiliar promovida por poderes conferidos aos adultos, com tutela reflexa dos interesses pessoais da criança, caracteriza a fase tutelar.

(C) **Incorreta.** O reconhecimento de direitos e garantias a crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento é próprio da fase da proteção integral, em que se inserem a CF/1988 e a **Lei nº 8.069/90**.

(D) **Incorreta.** A inexistência de normas e a submissão exclusiva ao pátrio poder do pai descrevem a fase da absoluta indiferença, anterior ao século XVI.

(E) **Incorreta.** A concentração de poder no Juiz de Menores é traço da fase tutelar, do Código de Mello Mattos de 1927 e do Código de Menores de 1979.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 2. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O Código Criminal do Império, de 1830, integra a fase da mera imputação criminal, cuja preocupação era punir criminalmente o "menor" que praticasse ilícito penal.

(B) **Incorreta.** O Código Penal de 1890 também se insere na fase da mera imputação criminal, e não na inauguração da doutrina da situação irregular.

(C) **Correta.** O Código de Mello Mattos, de 1927, nomeado em homenagem a José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro Juiz de Menores, inaugurou a doutrina da situação irregular, visando ao controle da infância abandonada e dos delinquentes menores de **18 anos**.

(D) **Incorreta.** O Código de Menores de 1979 manteve a doutrina da situação irregular, mas não a inaugurou.

(E) **Incorreta.** A **Lei nº 8.069/1990** é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que se insere na doutrina da proteção integral, superando a da situação irregular.

Questão 3. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Na doutrina da situação irregular as políticas públicas eram centralizadas, em regra, na União; a municipalização do atendimento é princípio da proteção integral.

(B) **Correta.** A doutrina da proteção integral é resultado da internacionalização da proteção dos direitos de crianças e adolescentes em tratados de direitos humanos, com a Declaração de Direitos da Criança de 1959 como semente e a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 como consolidação.

(C) **Incorreta.** A restrição da liberdade como prática comum, ao arbítrio do Juiz de Menores, é traço da situação irregular; na proteção integral ela é excepcional e cumprida em local específico, separado do sistema penal comum.

(D) **Incorreta.** A retirada do "menor" do lar da família era admitida na situação irregular; é o ECA que entende a família natural e a extensa como prioridades e assegura a convivência familiar.

(E) **Incorreta.** Considerar em situação irregular o menor abandonado, em situação de pobreza ou autor de ato infracional é característica da doutrina menorista, marcada pela política higienista.

Questão 4. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Compreender todas as crianças e adolescentes é o conteúdo da dimensão pessoal ativa, e não da passiva.

(B) **Correta.** A dimensão pessoal passiva é justamente a que obriga todos, isto é, Estado, sociedade, comunidade e família, a respeitar e assegurar os direitos de crianças e adolescentes.

(C) **Incorreta.** A imposição de prestações destinadas a efetivar direitos como saúde, alimentação, educação, lazer e cultura corresponde à dimensão material positiva.

(D) **Incorreta.** A vedação de intervenção indevida na liberdade integra a dimensão material negativa, que impõe proibições e limitações ao Estado, à sociedade e à família.

(E) **Incorreta.** A proibição da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão também compõe a dimensão material negativa.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 5. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O **art. 50, § 13**, II, do ECA cuida da adoção por parentes com afinidade ou afetividade em relação à criança, tema estranho à resolução.

(B) **Incorreta.** A escuta especializada e o depoimento especial nas ações de família com discussão de alienação parental são objeto do Protocolo do CNJ e da Recomendação nº 157/2024.

(C) **Incorreta.** Os programas de saúde mental promovidos pelo SUS foram assegurados pelo **art. 11-A** do ECA, incluído pela **Lei nº 15.413**, de 2026, e não pela resolução.

(D) **Correta.** A **Resolução nº 687/2026** do CNJ regulamenta os alvarás judiciais previstos no **art. 149**, II, do ECA, e o **art. 14** do ECA Digital, em consonância com o **Decreto nº 12.880/2026**, para assegurar a fiscalização judicial da participação de crianças e adolescentes em produções digitais.

(E) **Incorreta.** A irrevogabilidade da adoção consta do **art. 39, § 1º**, do ECA e foi tratada pelo STJ em julgado sobre rescisão de sentença de adoção, não pela resolução.

Questão 6. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 28, §§ 1º** e 2º, do ECA dá especial valor à opinião da criança colocada em família substituta e exige o consentimento do adolescente, colhido em audiência, para o mesmo fim, o que evidencia a autonomia progressiva.

(B) **Incorreta.** Em relação à criança a lei assegura que sua opinião seja devidamente considerada; o consentimento colhido em audiência é exigido do adolescente.

(C) **Incorreta.** A responsabilização pela prática de ato infracional está prevista no **art. 105** do ECA como exemplo de tratamento diferenciado, e não como equiparação de criança e adolescente quanto às medidas socioeducativas.

(D) **Incorreta.** Os **arts. 83** a 85 do ECA disciplinam a autorização para viajar, justamente como exemplo de tratamento distinto conforme a faixa etária, e não como dispensa geral.

(E) **Incorreta.** A autonomia progressiva pressupõe exatamente o contrário da equiparação integral, pois reconhece a evolução da capacidade no exercício dos direitos.

Questão 7. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A norma de procedimento exige que o processo de tomada de decisão inclua uma estimativa das possíveis repercussões, positivas ou negativas, da decisão sobre a criança ou as crianças interessadas.

(B) **Incorreta.** Como direito substantivo, o interesse superior deve receber consideração primordial na ponderação diante de distintos interesses, sempre que decidida questão que afete uma criança.

(C) **Incorreta.** A municipalização do atendimento é princípio orientador do direito da criança e do adolescente ligado à descentralização, e não ao conceito triplo do superior interesse.

(D) **Incorreta.** A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento é princípio autônomo, previsto no **art. 6º** do ECA, que reconhece que crianças e adolescentes mudam física e emocionalmente com mais rapidez que o adulto.

(E) **Correta.** Como princípio jurídico interpretativo fundamental, havendo mais de uma interpretação possível para a disposição jurídica, deve ser eleita a que satisfaça de maneira mais efetiva o interesse superior da criança.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 8. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A apuração de ato infracional não é o objeto do Protocolo; nesse campo, o STJ fixou que o interrogatório do adolescente deve ocorrer ao final da instrução.

(B) **Incorreta.** O Protocolo não trata de adoção internacional, mas da oitiva de crianças e adolescentes em litígios familiares.

(C) **Correta.** Trata-se do "Protocolo para a escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental", cuja adoção foi recomendada pela Recomendação nº 157/2024 do CNJ no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

(D) **Incorreta.** A reavaliação das medidas de acolhimento não é o objeto do Protocolo, que se volta às ações de família com discussão de alienação parental.

(E) **Incorreta.** A restituição internacional de crianças foi tratada pelo STF na **ADI 4.245/DF**, que exigiu medidas estruturais e procedimentais para a tramitação célere dessas ações.

Questão 9. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O dever não é exclusivo do poder público, pois o **art. 4º** do ECA impõe o encargo também a entes da sociedade civil e à família.

(B) **Incorreta.** A enumeração legal é mais ampla, abrangendo igualmente a comunidade e a sociedade em geral.

(C) **Incorreta.** Família, sociedade e Estado é a fórmula do **art. 227** da CF/88; o **art. 4º** do ECA acrescenta a comunidade e refere-se ao poder público.

(D) **Correta.** O **art. 4º** do ECA impõe o dever à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, que devem assegurar e efetivar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

(E) **Incorreta.** Não há hierarquia que relegue o poder público a atuação subsidiária, pois o dever é atribuído conjuntamente a todos os destinatários indicados na norma.

Questão 10. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A precedência de atendimento alcança os serviços públicos ou de relevância pública em geral, sem limitação às áreas de saúde e educação.

(B) **Incorreta.** A garantia abrange a preferência na formulação e também na execução das políticas sociais públicas.

(C) **Incorreta.** A destinação privilegiada de recursos públicos incide nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, e não apenas na educação infantil.

(D) **Incorreta.** A norma alcança os serviços públicos ou de relevância pública, expressão que abrange também os prestados por particulares nessa condição.

(E) **Correta.** A alínea a do **§ 1º** do **art. 4º** do ECA prevê expressamente a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 11. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A assistência afetiva prevista no **§ 3º** é prestação de natureza distinta da obrigação alimentar de conteúdo patrimonial.

(B) **Correta.** O inciso II do **§ 3º** do **art. 4º** do ECA considera assistência afetiva a solidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade.

(C) **Incorreta.** O **§ 2º** do **art. 4º** prevê que a assistência afetiva se dá por meio de convívio ou de visitação periódica, não se exigindo coabitação permanente.

(D) **Incorreta.** O inciso III fala em presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente, quando possível de ser atendida, e não em presença em todos os eventos.

(E) **Incorreta.** O inciso I refere-se à orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais, e não ao custeio integral de despesas.

Questão 12. Gabarito: A

(A) **Correta.** O parágrafo único do **art. 5º** do ECA passou a considerar conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, a ação ou omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto na Lei, incluídos os casos de abandono afetivo.

(B) **Incorreta.** A norma cuida de ilícito civil com dever de reparação, sem criar tipo penal para o abandono afetivo.

(C) **Incorreta.** A lei não condiciona a reparação a prévia destituição do poder familiar.

(D) **Incorreta.** O dispositivo é expresso ao ressalvar que a reparação ocorre sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(E) **Incorreta.** O caput do **art. 5º** alcança negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e o parágrafo único abrange a ofensa a qualquer direito fundamental previsto na Lei.

Questão 13. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O STF assentou que o dever de assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de até **5 anos** é de aplicação direta e imediata, sem necessidade de regulamentação pelo Congresso Nacional.

(B) **Incorreta.** Conforme a tese fixada, a educação infantil compreende a creche, de 0 a **3 anos**, e a pré-escola, de 4 a **5 anos**, na linha do **art. 208**, IV, da CF/88.

(C) **Correta.** A tese fixada consignou que a oferta da educação infantil pelo poder público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado, cabendo ao poder público dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.

(D) **Incorreta.** A tese afirmou o oposto, ao qualificar a educação básica como direito fundamental assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata.

(E) **Incorreta.** O colegiado estabeleceu, por unanimidade, que a oferta de vagas pode ser reivindicada por meio de ações individuais.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 14. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O dispositivo não trata de internação compulsória nem atribui essa deliberação ao conselho tutelar.

(B) **Incorreta.** Os programas de saúde mental são promovidos pelo Sistema Único de Saúde, e não por rede privada conveniada de forma exclusiva.

(C) **Incorreta.** O **§ 1º** determina que os programas promoverão a atenção psicossocial básica e especializada, de urgência e emergência, e também a atenção hospitalar, de modo que não há limitação à urgência.

(D) **Correta.** O **art. 11-A** assegura a crianças e adolescentes o acesso a programas de saúde mental promovidos pelo SUS para a prevenção e o tratamento de agravos de saúde mental, reconhecendo a saúde mental como dimensão essencial do direito à saúde.

(E) **Incorreta.** O **§ 3º** assegura o acesso gratuito ou subsidiado a todos os recursos terapêuticos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que estejam em tratamento, e não de forma indistinta.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A legalidade, no sentido de não submeter o adolescente a tratamento mais gravoso que o do adulto, está no **art. 35**, I, da **Lei nº 12.594/2012**, e não no **art. 121** do ECA.

(B) **Incorreta.** A municipalização do atendimento é princípio orientador do direito da criança e do adolescente, mas não integra a tríade do **art. 121**.

(C) **Incorreta.** Publicidade e celeridade não compõem a fórmula legal do **art. 121**, que exige brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(D) **Incorreta.** Os princípios indicados não são os enunciados pelo **art. 121** para a internação.

(E) **Correta.** O **art. 121** do ECA estabelece que a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Questão 16. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 35**, I, da **Lei nº 12.594/2012** enuncia a legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto, princípio que encontra eco no **art. 54** das Diretrizes de Riad.

(B) **Incorreta.** A prioridade absoluta tem assento no **art. 4º** do ECA e no **art. 227** da CF/88 e cuida da primazia na efetivação dos direitos, não da vedação a tratamento mais gravoso.

(C) **Incorreta.** A municipalização orienta a descentralização do atendimento, aproximando as políticas das famílias e das comunidades.

(D) **Incorreta.** A proteção integral é a doutrina que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sendo mais ampla que o princípio em exame.

(E) **Incorreta.** A autonomia progressiva diz respeito à evolução da capacidade da criança no exercício de seus direitos, conforme o **art. 5º** da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 17. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Colher o interrogatório no início da instrução compromete a autodefesa e contraria o entendimento firmado pelo STJ.

(B) **Correta.** Com base na vedação ao tratamento mais gravoso, o STJ decidiu que o interrogatório do adolescente deve ocorrer ao final da instrução, nos moldes do **art. 400** do CPP (STJ. 3ª Seção. **HC 769.197/RJ**, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 14/6/2023).

(C) **Incorreta.** A oitiva informal perante o Ministério Público não se confunde com o interrogatório judicial de que trata o entendimento firmado.

(D) **Incorreta.** O julgado não restringe o ato à audiência de apresentação, mas o realoca para o encerramento da instrução.

(E) **Incorreta.** A ordem não fica ao livre critério judicial, pois a posição do interrogatório ao final decorre do princípio da legalidade previsto no **art. 35**, I, da **Lei nº 12.594/2012**.

Questão 18. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Aplicar a técnica também às decisões favoráveis submeteria o adolescente a condição processual mais gravosa que a do imputável maior de idade.

(B) **Incorreta.** A técnica não é afastada por completo, pois se admite o julgamento ampliado nas hipóteses de divergência desfavoráveis ao adolescente.

(C) **Correta.** O STJ assentou que a técnica do **art. 942** do CPC não deve ser aplicada quando a decisão não unânime for favorável ao menor infrator, sob pena de violação ao princípio da igualdade e ao dever de proteção integral (AgRg no **REsp 2.200.245-**RS, 5ª Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 20/5/2025, **Info 851**; **REsp 1.694.248-**RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 03/05/2018, **Info 626**).

(D) **Incorreta.** O critério fixado é o do sentido da divergência, favorável ou desfavorável ao adolescente, e não a espécie de medida socioeducativa aplicada.

(E) **Incorreta.** A técnica de julgamento ampliado não se condiciona a requerimento da defesa.

Questão 19. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O STJ afirmou expressamente que a diferença etária mínima prevista no **art. 42, § 3º**, do ECA não é absoluta.

(B) **Incorreta.** O dispositivo permanece em vigor, dispondo que o adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

(C) **Incorreta.** O texto legal fixa dezesseis anos de diferença mínima, e não dezoito.

(D) **Correta.** Segundo o STJ, a regra do **art. 42, § 3º**, do ECA pode, dadas as peculiaridades do caso concreto, ser relativizada no interesse do adotando (**REsp 1338616-**DF, 4ª Turma, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 15/06/2021, **Info 701**).

(E) **Incorreta.** A relativização decorre do melhor interesse do adotando no caso concreto, sem restrição à modalidade internacional de adoção.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O dia 14 de agosto corresponde ao Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável, instituído pela **Lei nº 14.623/2023**.

(B) **Incorreta.** As ações ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e não apenas destas.

(C) **Incorreta.** O parágrafo único do **art. 8º-A** determina que as ações sejam dirigidas prioritariamente ao público adolescente.

(D) **Incorreta.** A previsão foi inserida no **art. 8º-A** do ECA; as garantias de prioridade constam do **art. 4º**, com a redação dada pela **Lei nº 15.240**, de 2025.

(E) **Correta.** O **art. 8º-A** do ECA prevê que a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência será realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Para a Escola do Serviço Público, ou escola francesa, o objeto do direito administrativo é a prestação de serviço público, e não a definição por exclusão.

(B) **Incorreta.** O critério legalista resume o direito administrativo ao estudo do conjunto de legislação existente no país, sem recorrer à técnica residual.

(C) **Incorreta.** O critério das relações jurídicas define o direito administrativo como a disciplina que trata das relações entre o Estado e o administrado.

(D) **Correta.** O critério negativista ou residual surgiu diante da dificuldade de definir o objeto da disciplina e considera administrativa toda função estatal que não seja legislativa, política ou judicial.

(E) **Incorreta.** O critério teleológico, defendido por Osvaldo Aranha e Celso Antônio Bandeira de Mello, conceitua o direito administrativo como sistema de princípios que regula a atividade estatal dirigida ao interesse público.

Questão 2. Gabarito: A

(A) **Correta.** A rigor existe um único poder soberano, uno e indivisível, e o que se divide são as funções desse poder, cada Poder tendo atividade principal, dita típica, e atividades secundárias, ditas atípicas.

(B) **Incorreta.** Cada Poder exerce sua função típica e também funções atípicas, razão pela qual Legislativo e Judiciário praticam atos administrativos.

(C) **Incorreta.** Os poderes estruturais e organizacionais do Estado não se confundem com os poderes administrativos, como o normativo, o hierárquico, o disciplinar e o de polícia.

(D) **Incorreta.** A função administrativa é típica do Executivo, mas há atuação administrativa atípica pelos demais Poderes do Estado.

(E) **Incorreta.** É a função judicial que permite proferir decisões com caráter de definitividade, produzindo coisa julgada; a função legislativa institui normas gerais e abstratas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 3. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A descrição corresponde ao sentido estrito; o sentido amplo abrange também os órgãos que exercem função de governo.

(B) **Incorreta.** O governo em sentido subjetivo ou formal designa a cúpula diretiva do Estado; a atividade diretiva é o sentido objetivo ou material.

(C) **Incorreta.** Abranger os órgãos de governo e os estritamente administrativos é característica do sentido amplo, não do estrito.

(D) **Incorreta.** O Estado é a instituição organizada política, jurídica e economicamente, e o governo é elemento formador do Estado, com ele não se confundindo.

(E) **Correta.** No sentido estrito, a Administração Pública se limita a abarcar os órgãos e pessoas incumbidos da execução das políticas públicas, e não de sua fixação, que cabe à função de governo.

Questão 4. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** No sentido subjetivo, formal ou orgânico, integram a Administração Pública os órgãos, pessoas jurídicas e agentes aos quais a lei atribui essa condição, o que não é o caso da concessionária.

(B) **Incorreta.** Função de governo é a fixação de políticas públicas e diretrizes gerais, atribuída sobretudo às chefias do Executivo e às Casas Legislativas.

(C) **Correta.** As empresas privadas prestadoras de serviço público por concessão ou permissão desempenham função administrativa, mas não estão englobadas no conceito de Administração Pública, porque o ordenamento adotou o critério subjetivo do **art. 4º** do Decreto-lei 200/67.

(D) **Incorreta.** A concessionária desempenha função administrativa ao prestar serviço público, e a descentralização por delegação não transfere a titularidade, apenas a execução.

(E) **Incorreta.** Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que colaboram com o Estado, como os serviços sociais autônomos e as organizações sociais, e também não integram a Administração Pública.

Questão 5. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Os serviços sociais autônomos são entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que colaboram com o Estado sem integrar a Administração Pública.

(B) **Correta.** O **art. 4º**, II, do Decreto-lei 200/67 arrola como entidades da Administração Indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas, estas incluídas pela **Lei nº 7.596/1987**, todas vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver sua principal atividade.

(C) **Incorreta.** Organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público são entidades paraestatais e não compõem a Administração Indireta.

(D) **Incorreta.** Os serviços integrados na estrutura da Presidência da República e dos Ministérios formam a Administração Direta, na dicção do **art. 4º**, I, do Decreto-lei 200/67.

(E) **Incorreta.** Concessionárias e permissionárias recebem apenas a execução do serviço por delegação e não integram a Administração Indireta.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 6. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Na descentralização por outorga ou por serviços o Estado cria, por lei, nova pessoa jurídica e transfere a própria titularidade da atividade, o que não ocorre na concessão.

(B) **Incorreta.** A desconcentração é distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, e aqui a execução foi transferida a pessoa diversa.

(C) **Incorreta.** A descentralização territorial corresponde à criação de Territórios Federais, com personalidade jurídica de direito público e competências genéricas.

(D) **Incorreta.** Na centralização o Estado desempenha a função administrativa diretamente, por seus próprios órgãos e agentes da Administração direta.

(E) **Correta.** Na descentralização por delegação ou colaboração o Estado transfere, por contrato de concessão ou permissão, ou por ato unilateral de autorização, apenas a execução do serviço, sem transferência da titularidade.

Questão 7. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Não há relação de hierarquia entre o ente federativo e a entidade por ele criada, mas mera vinculação, de modo que não cabe avocação de competências.

(B) **Incorreta.** O controle não se funda em hierarquia e se limita à verificação do cumprimento das finalidades para as quais a entidade foi criada.

(C) **Correta.** Entre o ente instituidor e a entidade descentralizada há vinculação, e o controle daí decorrente é o finalístico, também denominado tutela administrativa ou supervisão ministerial.

(D) **Incorreta.** Existe controle do Estado sobre a entidade, embora exercido por vinculação e não por hierarquia.

(E) **Incorreta.** A retomada da titularidade é possível, mas exige nova lei, em razão do princípio da simetria das formas.

Questão 8. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Atribuições específicas são conferidas às demais entidades objeto de descentralização, que atuam em segmentos administrativos ou econômicos determinados.

(B) **Correta.** A descentralização territorial corresponde à criação dos Territórios Federais, previstos no **art. 18, § 2º**, da CRFB/88, e seu traço marcante é a atribuição de competências administrativas genéricas.

(C) **Incorreta.** Ao Território o Estado atribui personalidade jurídica de direito público, e não de direito privado.

(D) **Incorreta.** A transferência por contrato, sem alteração da titularidade, caracteriza a descentralização por delegação ou colaboração.

(E) **Incorreta.** A ausência de personalidade jurídica é característica dos órgãos públicos, resultantes de desconcentração, e não dos Territórios.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 9. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A descentralização por outorga pressupõe a criação, por lei, de nova pessoa jurídica, o que não ocorre com a mera criação de órgãos.

(B) **Incorreta.** Na descentralização por colaboração a execução do serviço é transferida a pessoa delegada, estranha à estrutura interna da pessoa jurídica.

(C) **Incorreta.** A descentralização territorial diz respeito à criação de Territórios Federais, dotados de personalidade jurídica de direito público.

(D) **Correta.** A criação de órgãos públicos resulta de desconcentração, distribuição interna de competências na mesma pessoa jurídica, em que há hierarquia e controle hierárquico, com fiscalização, revisão de atos, delegação e avocação.

(E) **Incorreta.** A desconcentração pode ocorrer tanto na Administração direta quanto na indireta e nela sempre existe relação de hierarquia ou subordinação.

Questão 10. Gabarito: A

(A) **Correta.** É o teor da **Súmula 525** do STJ, segundo a qual a Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

(B) **Incorreta.** Órgãos públicos são entes despersonalizados, desprovidos de personalidade jurídica e sem aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações em nome próprio.

(C) **Incorreta.** Embora a regra seja a ausência de capacidade processual, a jurisprudência admite excepcionalmente a personalidade judiciária dos órgãos situados na cúpula da Administração.

(D) **Incorreta.** A capacidade processual reconhecida é excepcional e restrita à defesa dos direitos institucionais do órgão, não alcançando interesses patrimoniais do ente.

(E) **Incorreta.** A personalidade judiciária decorre do reconhecimento jurisprudencial em favor de órgãos de cúpula, e não de autorização em lei municipal.

Questão 11. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A doutrina é fonte secundária ou indireta, interpretativa e orientadora, sem caráter vinculante.

(B) **Incorreta.** No direito brasileiro os costumes não podem ser usados contra legem, servindo de orientação quando as leis exibem conceitos indeterminados.

(C) **Incorreta.** Os princípios gerais do direito são vetores gerais do sistema, como os de direito constitucional, e não se confundem com os princípios do direito administrativo.

(D) **Incorreta.** Não há codificação no direito administrativo, cujas normas são esparsas, previstas no texto constitucional e em diversos outros diplomas.

(E) **Correta.** A lei é a fonte principal, em razão do princípio da legalidade estrita, e as súmulas vinculantes do STF são consideradas fonte primária, sendo a jurisprudência também orientadora da disciplina.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 12. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Essa é a lógica do contencioso administrativo francês, em que a Administração julga a si própria, sistema não adotado no Brasil.

(B) **Incorreta.** A coisa julgada administrativa significa apenas que a matéria não pode mais ser rediscutida na via administrativa, sem impedir a revisão judicial.

(C) **Correta.** O Brasil adota o sistema da jurisdição única, também chamado de sistema inglês ou do monopólio de jurisdição, com fundamento no **art. 5º**, XXXV, da CF, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça a direito.

(D) **Incorreta.** A ressalva quanto às causas em que a Administração é parte caracteriza o sistema do contencioso administrativo francês.

(E) **Incorreta.** O sistema da jurisdição única não condiciona o acesso ao Judiciário ao esgotamento da via administrativa.

Questão 13. Gabarito: A

(A) **Correta.** O interesse público primário é composto pelas necessidades dos cidadãos, e a busca indevida de interesses secundários com abandono do primário corresponde a abuso de poder, devendo prevalecer o primeiro em caso de conflito.

(B) **Incorreta.** A repercussão financeira não confere primazia ao interesse secundário, que corresponde aos interesses da máquina estatal enquanto pessoa jurídica.

(C) **Incorreta.** O interesse secundário não se confunde com o primário, justamente por dizer respeito à Administração como pessoa jurídica própria.

(D) **Incorreta.** O interesse primário é o dos cidadãos, e a inversão descrita configura abuso de poder, não simples irregularidade formal.

(E) **Incorreta.** A indisponibilidade do interesse público estabelece limites ao administrador para impedir que abra mão de interesses coletivos, e não o contrário.

Questão 14. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Legalidade e moralidade são princípios expressos do **art. 37**, caput, mas não são as pedras de toque do regime jurídico administrativo.

(B) **Incorreta.** Eficiência e publicidade integram o rol do **art. 37**, caput, sem constituir a base do regime jurídico administrativo.

(C) **Incorreta.** Continuidade e autotutela são princípios implícitos, mas não são apontados como fundamento do regime jurídico administrativo.

(D) **Correta.** O regime jurídico administrativo é formado pelas prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado e pelas limitações decorrentes da indisponibilidade do interesse público, chamadas de pedras de toque.

(E) **Incorreta.** Razoabilidade e proporcionalidade limitam a discricionariedade administrativa, mas não são as pedras de toque da disciplina.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 15. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A decisão produziu efeito inverso, pois restabeleceu a redação dada pela **EC 19/98**, que flexibilizou a exigência do regime jurídico único.

(B) **Correta.** Com a decisão do STF na **ADI 2.135**, o **art. 39** passa a valer com as alterações implementadas pela **EC 19/98**, de forma que o regime jurídico único deixa novamente de ser obrigatório para os novos servidores públicos.

(C) **Incorreta.** A ausência de obrigatoriedade do regime jurídico único não significa que os entes passem a adotar o regime celetista, que é apenas uma possibilidade.

(D) **Incorreta.** Discutia-se vício na aprovação da emenda, mas a **EC 19/98** não foi declarada integralmente inconstitucional, tanto que sua redação do **art. 39** voltou a produzir efeitos.

(E) **Incorreta.** A flexibilização permite exatamente que servidores sejam contratados tanto pelo regime estatutário quanto pelo celetista.

Questão 16. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Pela teoria do órgão, ou teoria da imputação volitiva, os atos praticados pelo agente no exercício regular de suas competências são imputados ao Estado, e não à pessoa física.

(B) **Incorreta.** A secretaria é órgão público, despersonalizado, e por isso não pode figurar no polo passivo da ação indenizatória.

(C) **Incorreta.** A responsabilidade é do Estado, ressalvado o direito de regresso contra o agente que tenha agido com dolo ou culpa, sem litisconsórcio necessário.

(D) **Incorreta.** O direito de regresso pertence ao Estado contra o agente, e a secretaria, por não ter personalidade jurídica, não é titular de tal pretensão.

(E) **Correta.** A teoria do órgão fundamenta a responsabilidade civil objetiva do Estado prevista no **art. 37, § 6º**, da Constituição, e como o órgão não tem personalidade jurídica a demanda deve ser dirigida contra o ente público.

Questão 17. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A vedação ao nepotismo não depende de lei em cada ente, pois decorre dos princípios constitucionais que regem a Administração, como a moralidade e a impessoalidade.

(B) **Incorreta.** A **Súmula Vinculante 13** fixa o alcance da proibição até o terceiro grau, e não autoriza que lei local crie exceções à vedação.

(C) **Correta.** O STF decidiu ser inconstitucional lei estadual que excepciona a vedação da prática do nepotismo, permitindo a nomeação de até dois parentes das autoridades estaduais, além do cônjuge do Governador, conforme a **ADI 3745/GO**, Rel. Min. Dias Toffoli, julgada em 15/5/2013 (**Info 706**).

(D) **Incorreta.** A vedação da **Súmula Vinculante 13** alcança justamente os cargos em comissão, as funções de confiança e as funções gratificadas.

(E) **Incorreta.** A inconstitucionalidade atinge a exceção como um todo, e não apenas a parte relativa ao cônjuge do Governador.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 18. Gabarito: A

(A) **Correta.** O STF firmou, em repercussão geral, que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, conforme ARE 652777/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 23/4/2015 (**Info 782**); a publicidade, por sua vez, é requisito de eficácia do ato administrativo.

(B) **Incorreta.** A remuneração paga com recursos públicos é informação de interesse coletivo, e o sigilo se reserva às hipóteses de proteção da intimidade, da honra e da segurança do Estado.

(C) **Incorreta.** A divulgação espontânea foi expressamente admitida pelo STF, não se exigindo requerimento individual.

(D) **Incorreta.** A publicidade não é elemento formativo nem requisito de existência do ato administrativo, mas requisito de sua eficácia.

(E) **Incorreta.** A legitimidade da divulgação não foi condicionada à anuência dos servidores, prevalecendo o interesse público na transparência.

Questão 19. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O **art. 54** da **Lei 9.784/99** estabelece prazo decadencial de **cinco anos** para anular atos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, salvo comprovada má-fé.

(B) **Correta.** A **Súmula 633** do STJ dispõe que a **Lei 9.784/99**, especialmente quanto ao prazo decadencial para revisão de atos administrativos no âmbito federal, pode ser aplicada de forma subsidiária aos Estados e Municípios se inexistente norma local e específica sobre a matéria.

(C) **Incorreta.** A aplicação subsidiária aos Estados e Municípios foi justamente o que o STJ admitiu na **Súmula 633**, e o prazo é decadencial de **cinco anos**.

(D) **Incorreta.** A lógica é inversa, pois a má-fé comprovada afasta a incidência do prazo, permitindo a anulação a qualquer tempo.

(E) **Incorreta.** O ato ilegal é anulado, e não revogado; a revogação se dá por motivo de conveniência e oportunidade, conforme o Enunciado 473 da Súmula do STF.

Questão 20. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O STF considerou que o direito de greve dos servidores públicos depende de regulamentação por lei específica, e a vedação alcança os servidores da segurança pública.

(B) **Incorreta.** O STF decidiu que a Administração deve descontar os dias de paralisação, em virtude da suspensão do vínculo funcional, admitida a compensação em caso de acordo e incabível o desconto se a greve decorreu de conduta ilícita do Poder Público.

(C) **Incorreta.** Compete à Justiça Comum, estadual ou federal, e não à Justiça do Trabalho, decidir sobre a abusividade da greve de servidores da Administração direta, autarquias e fundações, conforme o **RE 846854/SP** (**Tema 544**).

(D) **Correta.** O STF fixou, em repercussão geral, que o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, conforme ARE 654432/GO, julgado em 5/4/2017 (**Info 860**).

(E) **Incorreta.** A manutenção de percentual mínimo em atividade não torna legítima a greve dos servidores da segurança pública, cuja vedação é integral.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO CIVIL

Questão 1. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A capacidade de direito é a possibilidade de adquirir direitos e contrair obrigações, que qualquer ser humano tem independentemente de outro atributo, e não a de exercê-los pessoalmente.

(B) **Correta.** A capacidade de fato, ou de exercício, é a de exercer por si só os atos da vida civil, e em regra se inicia aos **18 anos** com a maioridade civil.

(C) **Incorreta.** A legitimação não se confunde com a capacidade de exercício que se adquire com a maioridade civil.

(D) **Incorreta.** A personalidade jurídica formal relaciona-se com os direitos da personalidade, que o nascituro já tem desde a concepção.

(E) **Incorreta.** A personalidade jurídica material relaciona-se com os direitos patrimoniais, adquiridos pelo nascituro com o nascimento com vida.

Questão 2. Gabarito: A

(A) **Correta.** A personalidade jurídica formal está relacionada com os direitos da personalidade, que o nascituro já tem desde a concepção, e a material com os direitos patrimoniais, que ele só adquire com o nascimento com vida.

(B) **Incorreta.** Os planos estão invertidos, pois é a formal que existe desde a concepção.

(C) **Incorreta.** Afirmar que o nascituro tem mera expectativa de direitos é a posição da teoria natalista, e não da distinção entre personalidade formal e material.

(D) **Incorreta.** A personalidade material fica condicionada ao nascimento com vida.

(E) **Incorreta.** O **art. 2º** do Código Civil liga o início da personalidade civil ao nascimento com vida, e não ao registro.

Questão 3. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A proteção do nascituro não autoriza a coleta compulsória de material genético de mães e recém-nascidos na sala de parto.

(B) **Incorreta.** A norma foi declarada inconstitucional, e não condicionada a autorização judicial.

(C) **Correta.** É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida, por violação aos direitos à intimidade e à privacidade e por excesso. STF. Plenário. **ADI 5545/RJ**, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 13/4/2023 (**Info 1090**).

(D) **Incorreta.** O fundamento da inconstitucionalidade foi a violação da intimidade e da privacidade, com ofensa à proporcionalidade e à razoabilidade, e não apenas a repartição de competências.

(E) **Incorreta.** A norma foi invalidada, de modo que não se sustenta sua defesa como medida legítima de saúde pública.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 4. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O nascituro é o ser já concebido e ainda em gestação, o que não ocorre na hipótese descrita.

(B) **Incorreta.** Embrião excedentário é o embrião já formado e não utilizado no procedimento de fertilização in vitro.

(C) **Incorreta.** Natimorto é a criança nascida morta, a quem a Lei de Registros Públicos assegura o direito dos pais de atribuir nome.

(D) **Correta.** O concepturo é o ser humano ainda não concebido, sem personalidade jurídica, e podem ser chamados a suceder na sucessão testamentária os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas quando a sucessão se abrir.

(E) **Incorreta.** Ausente é a pessoa desaparecida, cuja morte se presume após a abertura da sucessão definitiva.

Questão 5. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Para o STF, o embrião in vitro não é considerado pessoa, mas bem jurídico a ser protegido, conforme decidido na **ADI 3510-**DF.

(B) **Incorreta.** A lei impõe condições, de modo que a utilização não é livre.

(C) **Incorreta.** A Lei de Biossegurança condiciona o uso à situação dos embriões, e não a autorização judicial genérica.

(D) **Incorreta.** O prazo de **cinco anos** é o tempo mínimo de criopreservação para descarte fixado em regras do Conselho Federal de Medicina, e não a condição do **art. 5º** da **Lei nº 11.105/05**.

(E) **Correta.** O **art. 5º** da **Lei nº 11.105/05** permite a utilização de células-tronco embrionárias de embriões produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no procedimento, desde que sejam inviáveis ou estejam congelados há **três anos** ou mais.

Questão 6. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O pródigo é relativamente incapaz e, portanto, assistido, e não representado.

(B) **Incorreta.** Os ébrios habituais e os viciados em tóxico figuram entre os relativamente incapazes.

(C) **Correta.** Após as mudanças introduzidas em 2015, são absolutamente incapazes apenas os menores de **16 anos**, que serão representados.

(D) **Incorreta.** Quem, por causa transitória ou permanente, não pode exprimir sua vontade é relativamente incapaz, sendo assistido.

(E) **Incorreta.** O maior de 16 e menor de **18 anos** é relativamente incapaz.

Questão 7. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A conclusão pericial sobre discernimento não restabelece a categoria de incapacidade absoluta para adultos.

(B) **Correta.** Não é admitida, pelo ordenamento jurídico, a declaração de incapacidade absoluta às pessoas com enfermidade ou deficiência mental. STJ. 3ª Turma. **REsp 1.927.423/SP**, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 27/04/2021 (**Info 694**).

(C) **Incorreta.** Não há declaração temporária de incapacidade absoluta nessas hipóteses, já que a incapacidade absoluta ficou restrita aos menores de **16 anos**.

(D) **Incorreta.** A legitimidade do requerente e a concordância de familiares não alteram o regime legal das incapacidades.

(E) **Incorreta.** A vedação alcança justamente as pessoas com enfermidade ou deficiência mental.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 8. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O **art. 85, § 1º**, do Estatuto exclui do alcance da curatela o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

(B) **Incorreta.** O **art. 85, § 2º**, exige que constem da sentença as razões e motivações da definição da curatela.

(C) **Incorreta.** O **art. 84, § 3º**, define a curatela como medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades de cada caso e que durará o menor tempo possível.

(D) **Correta.** É o que dispõe o **art. 85**, caput e **§ 1º**, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

(E) **Incorreta.** O **art. 84, § 4º**, obriga os curadores a prestar contas anualmente ao juiz, sem ressalva quanto ao parentesco.

Questão 9. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 751** do Código de Processo Civil passou a chamar o ato de entrevista, que continua obrigatória, e não a suprimiu.

(B) **Incorreta.** O vício não é mera irregularidade, pois compromete garantias processuais do interditando.

(C) **Incorreta.** Quando o interditando não pode se deslocar, o **§ 1º** do **art. 751** determina que o juiz o ouça no local onde estiver, e não que dispense o ato.

(D) **Incorreta.** A publicação prevista no **art. 755, § 3º**, diz respeito à divulgação da sentença, tema estranho à consequência da falta da entrevista.

(E) **Correta.** Para o STJ, a ausência de realização do interrogatório do interditando, atual entrevista, acarreta a nulidade do processo de interdição, por garantir o contraditório e a ampla defesa de pessoa em presumido estado de vulnerabilidade. STJ. 3ª Turma. **REsp 1686161-**SP, Rel. Min. Nancy Andrighi.

Questão 10. Gabarito: A

(A) **Correta.** Para o STJ o rol do **art. 747** do Código de Processo Civil não é preferencial, e o **art. 756, § 1º**, deve ser lido como indicação de natureza não exaustiva, admitindo-se terceiros juridicamente interessados, especialmente quem tenha relação jurídica com o interdito.

(B) **Incorreta.** O Ministério Público é um dos legitimados do **art. 747**, ao lado do cônjuge ou companheiro, dos parentes ou tutores e do representante da entidade de abrigo.

(C) **Incorreta.** O **art. 747**, III, inclui expressamente o representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando.

(D) **Incorreta.** O **art. 756, § 1º**, autoriza o pedido pelo interdito, pelo curador ou pelo Ministério Público.

(E) **Incorreta.** O **art. 747**, I, legitima o cônjuge ou companheiro.

Questão 11. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O **§ 2º** do **art. 1**.783-A determina que o pedido seja requerido pela própria pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestar o apoio.

(B) **Incorreta.** O caput exige a eleição de pelo menos duas pessoas idôneas.

(C) **Correta.** É a definição do caput do **art. 1**.783-A combinada com o **§ 2º** do mesmo artigo.

(D) **Incorreta.** O **§ 4º** prevê que a decisão tomada pela pessoa apoiada tem validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que inserida nos limites do apoio acordado.

(E) **Incorreta.** O **§ 9º** autoriza a pessoa apoiada a solicitar, a qualquer tempo, o término do acordo firmado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 12. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A emancipação judicial se aplica quando há divergência entre os pais ou quando o menor está sob tutela, o que não ocorre no caso.

(B) **Correta.** A emancipação voluntária ocorre por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, exigido o mínimo de **16 anos** completos (**art. 5º**, parágrafo único, I, primeira parte).

(C) **Incorreta.** A idade mínima exigida é de **16 anos** completos, e a economia própria é requisito da emancipação legal pelo estabelecimento civil ou comercial ou pela relação de emprego.

(D) **Incorreta.** A lei exige instrumento público.

(E) **Incorreta.** A colação de grau em curso de ensino superior é hipótese autônoma de emancipação legal.

Questão 13. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Admitir a exclusão permitiria que os pais emancipassem os filhos apenas para se esquivar da responsabilidade.

(B) **Incorreta.** A irrevogabilidade da emancipação e a extinção do poder familiar não alcançam a responsabilidade civil dos pais na emancipação voluntária.

(C) **Incorreta.** A manutenção da responsabilidade não depende da propriedade do veículo.

(D) **Correta.** A emancipação voluntária, diversamente da operada por força de lei, não exclui a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados por seus filhos menores.

(E) **Incorreta.** Não há convalidação posterior, pois a responsabilidade dos pais decorre do próprio ato de emancipação voluntária.

Questão 14. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A gravidez era exceção prevista na redação anterior do **art. 1**.520, revogada pela **Lei nº 13.811/2019**.

(B) **Incorreta.** Evitar imposição ou cumprimento de pena criminal também era exceção da redação anterior, hoje inexistente.

(C) **Incorreta.** A autorização dos pais, prevista no **art. 1**.517, pressupõe que os noivos já tenham a idade núbil de **16 anos**.

(D) **Incorreta.** O suprimento judicial do **art. 1**.631, parágrafo único, resolve divergência entre os pais, e não a falta de idade núbil.

(E) **Correta.** O **art. 1**.520 passou a dispor que não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil, de modo que não há mais exceções.

Questão 15. Gabarito: A

(A) **Correta.** São as duas hipóteses de presunção de morte sem decretação de ausência.

(B) **Incorreta.** Presume-se a morte, nos casos de ausência, após aberta a sucessão definitiva.

(C) **Incorreta.** A comoriência é a morte simultânea de duas ou mais pessoas quando não é possível saber quem morreu primeiro, sem presunção de precedência do mais idoso.

(D) **Incorreta.** A morte real se configura com a morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, nos termos da **Lei nº 9.434/97**.

(E) **Incorreta.** A declaração somente pode ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 16. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A gratuidade não afasta a vedação do **art. 13**, que só admite o ato por exigência médica ou, na forma do parágrafo único, para fins de transplante.

(B) **Correta.** É a combinação do caput do **art. 13** com o seu parágrafo único.

(C) **Incorreta.** O Enunciado 646 afirma que a exigência de autorização de cônjuges ou companheiros para utilização de métodos contraceptivos invasivos viola o direito à disposição do próprio corpo.

(D) **Incorreta.** O **art. 13** veda o ato que contraria os bons costumes, sem ressalva fundada apenas no consentimento.

(E) **Incorreta.** O parágrafo único do **art. 13** admite expressamente o ato para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

Questão 17. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Embora o **art. 11** disponha que o exercício desses direitos não pode sofrer limitação voluntária, a interpretação consolidada nos enunciados admite limitações nos termos ali indicados.

(B) **Incorreta.** Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, nascendo e se extinguindo com o titular.

(C) **Correta.** O Enunciado nº 4 admite a limitação voluntária desde que não seja permanente nem geral, e o Enunciado nº 139 acrescenta que não pode haver abuso de direito, contrariamente à boa-fé objetiva e aos bons costumes.

(D) **Incorreta.** Não se exige autorização judicial prévia para a limitação voluntária admitida pelos enunciados.

(E) **Incorreta.** A remuneração não legitima limitação permanente e geral, vedada pelo Enunciado nº 4.

Questão 18. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A súmula dispensa justamente a prova do prejuízo.

(B) **Incorreta.** A imagem é protegida de forma autônoma, sem depender de ofensa à honra.

(C) **Incorreta.** A súmula não distingue entre pessoas notórias e anônimas.

(D) **Correta.** A **Súmula nº 403** do STJ prevê que independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

(E) **Incorreta.** O que a súmula exige é a finalidade econômica ou comercial da publicação, e não a demonstração de lucro efetivo.

Questão 19. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 56** dispensa tanto a decisão judicial quanto a apresentação de motivo.

(B) **Incorreta.** A exigência de prazo de **um ano** após a maioridade e de ação judicial não consta da redação dada pela **Lei nº 14.382/2022**.

(C) **Incorreta.** O **§ 1º** do **art. 56** admite a alteração imotivada na via extrajudicial apenas uma vez.

(D) **Incorreta.** O que o **§ 4º** prevê é a recusa fundamentada pelo oficial quando suspeitar de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação.

(E) **Correta.** É o que resulta do caput do **art. 56** e do seu **§ 1º**, com a redação dada pela **Lei nº 14.382/2022**.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 20. Gabarito: A

(A) **Correta.** Na **ADI 4.275** o STF deu interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao **art. 58** da **Lei nº 6.015/73**, reconhecendo aos transgêneros o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil, sem processo judicial e independentemente de cirurgia ou de tratamentos hormonais ou patologizantes.

(B) **Incorreta.** A via administrativa foi expressamente reconhecida, dispensando o processo judicial.

(C) **Incorreta.** A decisão afastou a exigência de cirurgia de transgenitalização.

(D) **Incorreta.** Também foram afastados tratamentos patologizantes e exigências equivalentes de laudo.

(E) **Incorreta.** A decisão não fixou idade mínima de vinte e **um anos** para a substituição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O STJ afastou a alegação de ofensa à separação de poderes, pois a omissão estatal legitima a intervenção judicial na política pública.

(B) **Incorreta.** A reserva do possível não foi acolhida, e o direito de reunião (art. 5º, XVI, da CF/88) foi lido em conjunto com o art. 21 do PIDCP e o art. 15 do Pacto de São José da Costa Rica.

(C) **Correta.** Por se tratar de problema estrutural, o STJ determinou um plano dialógico, com diagnóstico em 60 dias, protocolo nos 60 dias seguintes, participação de entidades e audiências públicas (AgInt no AREsp 2.068.297-SP, Info 894).

(D) **Incorreta.** O Judiciário não editou o protocolo; determinou que o Estado o elaborasse, com participação do Ministério Público, da Defensoria e de organizações de direitos humanos.

(E) **Incorreta.** A multa aparece apenas como possibilidade dentro do plano dialógico, que foi justamente a solução adotada para o problema estrutural.

Questão 2. Gabarito: A

(A) **Correta.** Incide o prazo quinquenal do art. 1º do Decreto 20.910/1932, com termo inicial fixado, por interpretação conforme e com apoio no art. 23 da LINDB, na publicação da ata de julgamento.

(B) **Incorreta.** A imprescritibilidade dos direitos fundamentais não alcança as pretensões patrimoniais, e o STF não encontrou norma que afastasse a prescrição nesses casos.

(C) **Incorreta.** Como a reparação só se tornou viável depois do reconhecimento oficial do erro histórico, o termo inicial é a publicação da ata de julgamento.

(D) **Incorreta.** O prazo é o quinquenal do Decreto 20.910/1932, próprio das pretensões contra a Fazenda Pública.

(E) **Incorreta.** As pretensões prescrevem, e o autor continua tendo de demonstrar, em cada caso, os pressupostos da responsabilidade civil do Estado.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 3. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O STF entendeu que não há prova de que o estado civil ou a existência de dependentes prejudique a adaptação à rotina militar, ainda que em regime de internato ou de dedicação exclusiva.

(B) **Incorreta.** A inconstitucionalidade alcançou o ingresso e a permanência tanto nos cursos de oficiais quanto nos de praças.

(C) **Incorreta.** Os efeitos foram modulados (ex nunc), de modo que os certames anteriores não foram anulados e o recorrente obteve apenas o direito de participar do concurso seguinte.

(D) **Correta.** É o que decidiu o STF no Tema 1388, ao declarar inconstitucional o art. 144-A do Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980), com apoio nos arts. 7º, XXX, e 226 da CF/88 (RE 1.530.083/RN).

(E) **Incorreta.** Não houve interpretação conforme: a exigência foi afastada por inteiro.

Questão 4. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O STF entendeu que a Constituição não universaliza o benefício e validou os critérios do art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT.

(B) **Correta.** Aplicar os critérios só na Justiça do Trabalho feria a isonomia, o que levou ao reconhecimento de inconstitucionalidade por omissão parcial. O teto de 40% do limite do RGPS caiu e deu lugar à presunção relativa ligada ao valor da Lei 15.270/2025.

(C) **Incorreta.** A autodeclaração do CPC foi justamente o que gerou a quebra de isonomia, e o regime celetista foi estendido a todo o Judiciário até que o legislador atue.

(D) **Incorreta.** A presunção é relativa: mesmo abaixo do patamar, o juiz pode indeferir o benefício diante de patrimônio ou renda familiar incompatível.

(E) **Incorreta.** Os efeitos foram modulados para alcançar apenas os processos ajuizados depois da publicação da ata do julgamento de mérito.

Questão 5. Gabarito: A

(A) **Correta.** A dignidade da pessoa humana consta do **art. 1º**, III; a erradicação da pobreza e da marginalização, do **art. 3º**, III; e a prevalência dos direitos humanos, do **art. 4º**, II.

(B) **Incorreta.** A dignidade da pessoa humana é fundamento da República, previsto no **art. 1º**, III.

(C) **Incorreta.** O pluralismo político é fundamento da República, previsto no **art. 1º**, V.

(D) **Incorreta.** A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo fundamental, previsto no **art. 3º**, I.

(E) **Incorreta.** A autodeterminação dos povos é princípio das relações internacionais, previsto no **art. 4º**, III.

Questão 6. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Tanto regras quanto princípios são normas, sendo norma o gênero e ambos, espécies.

(B) **Incorreta.** Para Dworkin, as regras são aplicáveis à maneira do tudo ou nada, com caráter de definitividade, e não comportam ponderação.

(C) **Correta.** Essa é a síntese apresentada: as regras contêm determinações no âmbito do que é fática e juridicamente possível, enquanto os princípios admitem diferentes graus de concretização.

(D) **Incorreta.** Para Alexy as regras são mandamentos definitivos, sempre satisfeitas ou não satisfeitas, e os princípios é que admitem graus de realização.

(E) **Incorreta.** Na lógica do tudo ou nada, ou a regra se aplica ou não se aplica, não cabendo ponderar ou sopesar.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 7. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A teoria absoluta é a teoria interna; a determinação do núcleo essencial caso a caso, com proporcionalidade, é própria da teoria relativa.

(B) **Correta.** Na teoria absoluta ou interna, o conteúdo essencial é determinado pela análise em abstrato da redação do direito, o que bastaria para separar os elementos essenciais dos não essenciais.

(C) **Incorreta.** A teoria relativa utiliza exatamente o critério da proporcionalidade para ampliar ou restringir o conteúdo essencial conforme as exigências do momento.

(D) **Incorreta.** Para a teoria relativa, o núcleo essencial não é preestabelecido e fixo, mas determinável em cada caso concreto.

(E) **Incorreta.** As denominações estão trocadas: a absoluta é a interna e a relativa é a externa.

Questão 8. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Os direitos de primeira dimensão são os direitos de liberdade, tidos por Bonavides como direitos de resistência ou de oposição perante o Estado; os sociais são de segunda dimensão.

(B) **Incorreta.** Esses são marcos dos direitos de primeira dimensão; os de segunda têm como marcos a Constituição do México de 1917, a Constituição de Weimar de 1919, o Tratado de Versalhes de 1919 e a Constituição brasileira de 1934.

(C) **Incorreta.** Essa é a formulação de Bonavides; para Bobbio a quarta dimensão decorre da engenharia genética ou bioética.

(D) **Correta.** A terceira dimensão reúne direitos transindividuais, e há essa divergência entre Vasak e Bonavides quanto ao direito à paz.

(E) **Incorreta.** Zulmar Fachin caracteriza o direito à água potável como de sexta dimensão.

Questão 9. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A tese afirma a existência de estado de coisas inconstitucional, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos.

(B) **Incorreta.** A atuação determinada é cooperativa, envolvendo União, Estados e Distrito Federal, além do DMF/CNJ.

(C) **Incorreta.** O CNJ deve realizar estudo e regular a criação de número de varas de execução penal proporcional ao número de varas criminais e ao quantitativo de presos.

(D) **Incorreta.** Todas as unidades federativas devem elaborar e apresentar ao STF seus próprios planos, alinhados às diretrizes do plano nacional, no prazo de **seis meses**.

(E) **Correta.** É o conteúdo dos itens 1 e 2 da tese fixada na **ADPF 347/DF**, voltada especialmente ao controle da superlotação carcerária.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 10. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O estado de coisas inconstitucional não foi declarado, justamente por ausência de um dos seus requisitos.

(B) **Incorreta.** A arguição foi julgada parcialmente procedente, com a determinação de diversas providências.

(C) **Incorreta.** O Plenário reconheceu a existência de racismo estrutural, com violações graves e sistemáticas em temas como vida, saúde, alimentação, segurança e evasão escolar.

(D) **Correta.** Faltou a prolongada omissão das autoridades, pois há políticas públicas em andamento, como o Estatuto da Igualdade Racial, as cotas da **Lei 12.711/2012** e a reserva de vagas em concursos federais da **Lei 15.142/2025**.

(E) **Incorreta.** As cotas foram citadas como demonstração de que existem políticas públicas em curso, e não como objeto de revogação.

Questão 11. Gabarito: A

(A) **Correta.** A distinção é atribuída a Rui Barbosa, na análise da Constituição de 1891: o direito à liberdade é exemplo de direito, e o habeas corpus, de garantia.

(B) **Incorreta.** São conceitos distintos, pois a garantia é o instrumento voltado a assegurar o direito.

(C) **Incorreta.** As estruturas institucionais públicas e privadas correspondem às garantias em sentido amplo, também chamadas garantias institucionais.

(D) **Incorreta.** Os remédios constitucionais integram as garantias em sentido estrito, ao lado do direito de petição internacional a órgãos quase judiciais.

(E) **Incorreta.** Jellinek é o autor da teoria dos quatro status; a distinção entre direitos e garantias é atribuída a Rui Barbosa.

Questão 12. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A titularidade universal corresponde à universalidade; a historicidade indica que os direitos fundamentais surgem de um longo processo histórico.

(B) **Incorreta.** O surgimento em longo processo histórico é a historicidade, e não a universalidade.

(C) **Correta.** A imprescritibilidade decorre justamente de os direitos fundamentais não possuírem conteúdo patrimonial, campo próprio da prescrição.

(D) **Incorreta.** O exercício concomitante de mais de um direito corresponde à concorrência; a limitabilidade significa que os direitos fundamentais podem ser relativizados.

(E) **Incorreta.** A possibilidade de relativização é a limitabilidade, e não a concorrência.

Questão 13. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** No status passivo o indivíduo tem deveres para com o Estado.

(B) **Correta.** O status positivo traduz o direito de exigir uma prestação positiva do Estado, como saúde e educação.

(C) **Incorreta.** O status ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos.

(D) **Incorreta.** No status negativo o indivíduo é livre, devendo o Estado, como regra, abster-se de interferir na liberdade.

(E) **Incorreta.** A teoria de Jellinek trabalha com quatro status: passivo, ativo, positivo e negativo.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 14. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A eficácia vertical trata da relação entre o particular e o Estado, como na exigência do devido processo legal para que o Estado condene alguém.

(B) **Incorreta.** A eficácia irradiante corresponde à dimensão objetiva, pela qual os direitos fundamentais se irradiam por todo o ordenamento e vinculam os três poderes.

(C) **Incorreta.** A eficácia indireta diz respeito ao modo de incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas, por intermediação do legislador.

(D) **Correta.** Na eficácia diagonal a relação é entre dois particulares, mas um deles se encontra em situação de maior vulnerabilidade, como ocorre entre empregado e empregador.

(E) **Incorreta.** A dimensão objetiva refere-se à eficácia irradiante dos direitos fundamentais, e não à vulnerabilidade de um dos polos da relação privada.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A eficácia indireta, que aplica os direitos fundamentais de maneira reflexa, não foi a tese acolhida pela maioria da doutrina e da jurisprudência.

(B) **Incorreta.** A eficácia irradiante corresponde à dimensão objetiva; a dimensão subjetiva é a possibilidade de exigir uma prestação ou uma abstenção do Estado.

(C) **Incorreta.** As teorias divergem quanto à necessidade de intermediação legislativa para a incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas.

(D) **Incorreta.** Na dimensão objetiva, todos os três poderes devem agir na observância dos direitos fundamentais, que se irradiam por todo o ordenamento.

(E) **Correta.** Essa é a formulação da eficácia direta, adotada majoritariamente.

Questão 16. Gabarito: A

(A) **Correta.** A **EC 115/2022** inseriu o inciso LXXIX no **art. 5º**, assegurando, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

(B) **Incorreta.** Não há previsão do acesso à internet como serviço público essencial no rol do **art. 5º** por força dessa emenda.

(C) **Incorreta.** O direito ao esquecimento não foi o conteúdo inserido pela **EC 115/2022**.

(D) **Incorreta.** A razoável duração do processo já constava do **art. 5º**, não sendo objeto dessa emenda.

(E) **Incorreta.** A renda básica familiar foi inserida no parágrafo único do **art. 6º**, e não no **art. 5º**.

Questão 17. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A proteção da vida nas diferentes fases do desenvolvimento humano corresponde à dimensão vertical.

(B) **Incorreta.** O direito à vida é muito mais do que o direito de não ser morto, englobando o direito a uma vida com dignidade.

(C) **Correta.** A vedação e sua ressalva constam do **art. 5º**, XLVII, e o Código Penal Militar prevê a pena de morte a partir do **art. 356**, para crimes como deserção, traição à pátria, motim e espionagem.

(D) **Incorreta.** A Constituição ressalva expressamente o caso de guerra declarada.

(E) **Incorreta.** A proteção da saúde, da educação, das prestações de seguridade social e do meio ambiente equilibrado integra a dimensão horizontal, ligada à qualidade da vida fruída.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 18. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Na **ADI 3.510** o STF entendeu que as pesquisas com células-tronco embrionárias feitas com base na Lei de Biossegurança não violavam a Constituição.

(B) **Correta.** São as condições do **art. 5º**, I e II, da **Lei nº 11.105/2005**, que alcançam apenas os embriões excedentários da fertilização in vitro.

(C) **Incorreta.** O **art. 2º** do Código Civil determina que a personalidade civil começa do nascimento com vida, pondo a lei a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

(D) **Incorreta.** A tutela infraconstitucional indica a nidação como momento de início da proteção penal da vida, a partir do qual o aborto é regido pelos **arts. 124** a 127 do Código Penal.

(E) **Incorreta.** A lei exige que os embriões sejam inviáveis ou que estejam congelados há **três anos** ou mais, nos termos do dispositivo.

Questão 19. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A **ADPF 54** excluiu a incidência de crime nessa hipótese, com fundamento na dignidade humana e na proteção da integridade psíquica da mãe.

(B) **Incorreta.** A **ADPF 54** tratou especificamente do feto anencéfalo; a atipicidade até o terceiro mês foi afirmada no **HC 124.306/RJ**.

(C) **Incorreta.** A lei permite que não seja punido o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, o chamado aborto necessário.

(D) **Correta.** São exatamente os dois julgados e seus conteúdos, tendo o **HC 124.306/RJ** invocado os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, sua liberdade, a integridade física e psíquica e a igualdade, além da proporcionalidade.

(E) **Incorreta.** O **HC 124.306/RJ** foi decidido pela Primeira Turma do STF, em julgamento de habeas corpus.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O prolongamento excepcional da vida por métodos artificiais e desproporcionais é a distanásia.

(B) **Incorreta.** Matar alguém para aliviar seu sofrimento é a eutanásia, e não a distanásia.

(C) **Incorreta.** Deixar de realizar ato que prolongaria artificialmente a vida de portador de doença incurável é a ortotanásia.

(D) **Incorreta.** Até que sobrevenha nova lei, a eutanásia configura crime de homicídio privilegiado, por relevante valor moral.

(E) **Correta.** A eutanásia enquadra-se no **art. 121, § 1º**, do Código Penal, como homicídio privilegiado por relevante valor moral, e quando conta com o pedido da vítima costuma ser chamada de suicídio assistido.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

DIREITO PENAL

Questão 1. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Reafirmar a vigência da norma é a tese de Jakobs, para quem o Direito Penal não protege bens jurídicos, mas confirma o reconhecimento da vigência da norma.

(B) **Incorreta.** A proteção de bens jurídicos é, para Welzel, a segunda missão, de caráter protetivo, e não a primeira.

(C) **Correta.** Na primeira missão, ético-social, o Direito Penal ampara os valores sociais elementares e cria nas pessoas a disposição de agir conforme as normas jurídicas.

(D) **Incorreta.** O conjunto de estratégias, programas e alternativas de controle do crime é objeto da política criminal, que não se confunde com o Direito Penal.

(E) **Incorreta.** O estudo crítico do delito como fenômeno social, do delinquente e da vítima é objeto da criminologia, ciência empírica e interdisciplinar.

Questão 2. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Na homóloga ou homovitelina o complemento está no mesmo diploma legal, em artigos diferentes, o que não ocorre quando o complemento é uma portaria.

(B) **Incorreta.** Na heteróloga ou heterovitelina o complemento também é norma de mesmo status, apenas situada em diploma distinto, e a portaria não tem status de lei.

(C) **Incorreta.** Na norma penal ao revés quem precisa de complemento é o preceito secundário, a pena, como no genocídio, e não o preceito primário.

(D) **Correta.** Na norma penal em branco heterogênea ou própria o preceito primário é completado por norma de status normativo distinto, oriunda de outra fonte de produção, exatamente o caso da portaria que define droga.

(E) **Incorreta.** A norma é incriminadora, pois descreve o núcleo do tipo e comina a sanção; não incriminadoras são as que explicam conceitos ou trazem excludentes e princípios.

Questão 3. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A consunção pressupõe relação de crime meio e crime fim, como ocorre entre a lesão e o homicídio, situação que a súmula afasta para essa hipótese.

(B) **Correta.** A **Súmula 664** do STJ, aprovada em 2023, enuncia que é inaplicável a consunção entre o delito de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação.

(C) **Incorreta.** A especialidade pressupõe tipo que descreva todos os elementos do tipo geral com um elemento especializante a mais, o que não se verifica entre esses delitos.

(D) **Incorreta.** A subsidiariedade supõe dois tipos que protegem o mesmo bem jurídico em graus diferentes, com preferência do tipo principal, e não é a solução dada pela súmula.

(E) **Incorreta.** A alternatividade se aplica aos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, que possuem vários núcleos no mesmo tipo penal, como o **art. 33** da Lei de Drogas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 4. Gabarito: A

(A) **Correta.** Na progressão criminosa o agente quer inicialmente o resultado menos grave e, durante a execução, muda intencionalmente o dolo; o segundo crime afasta a aplicação do primeiro.

(B) **Incorreta.** No crime progressivo o dolo é um só, dirigido desde o início ao resultado mais grave, e o crime menos grave é apenas caminho necessário para alcançá-lo.

(C) **Incorreta.** Mesmo no crime progressivo não há concurso, pois o crime meio é ante factum impunível, absorvido pelo crime fim em razão da consunção.

(D) **Incorreta.** Na progressão criminosa não se analisa a gravidade dos crimes, e sim a mudança de dolo, respondendo o agente apenas pelo segundo delito.

(E) **Incorreta.** A especialidade exige elemento especializante a mais no tipo, como ocorre entre infanticídio e homicídio, e não resolve a hipótese de mudança de dolo.

Questão 5. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A analogia é forma de integração usada quando não existe lei para o caso; um exemplo é a remição por estudo, canto em coral, música ou esporte.

(B) **Incorreta.** A analogia in malam partem é a prejudicial ao acusado e é proibida, mas no dispositivo citado existe lei, não havendo integração de lacuna.

(C) **Incorreta.** Na interpretação extensiva amplia-se o conceito trazido pela lei, como incluir o jurado entre as causas de suspeição do **art. 254** do CPP.

(D) **Incorreta.** Na norma penal em branco falta complemento ao preceito primário, que vem de outra norma, e não de fórmula genérica inserida no próprio tipo.

(E) **Correta.** Na interpretação analógica a semelhança é indicada pela própria lei, que após exemplos casuísticos encerra a previsão de forma genérica, como no **art. 121, § 2º**, IV, do Código Penal.

Questão 6. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A atuação somente diante do fracasso dos demais ramos do Direito é a nota da subsidiariedade, e não da fragmentariedade.

(B) **Incorreta.** A seleção dos bens jurídicos mais relevantes, tarefa do legislador e variável no tempo, é traço da fragmentariedade.

(C) **Correta.** A fragmentariedade indica que só os bens jurídicos mais relevantes merecem tutela penal, e a subsidiariedade faz do Direito Penal a ultima ratio, acionada quando nenhum outro ramo do Direito consegue proteger o bem.

(D) **Incorreta.** A intervenção mínima é princípio implícito que decorre dos pressupostos políticos do Estado Democrático de Direito, não se confundindo com a exigência formal de lei.

(E) **Incorreta.** A fragmentariedade repercute diretamente na criação e na revogação de tipos penais, como se deu com a revogação do adultério.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 7. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A adequação social exclui do tipo as condutas inseridas nos referenciais normativos da vida comunitária, como a perfuração de orelhas de crianças, hipótese diversa da autolesão.

(B) **Correta.** Pela alteridade não se pune a agressão a si mesmo, como a autolesão e o suicídio; a exceção ocorre, por exemplo, quando o agente se lesiona para receber seguro.

(C) **Incorreta.** O princípio da confiança permite que quem atende ao cuidado objetivamente exigido confie que os demais participantes da atividade também atuem cuidadosamente.

(D) **Incorreta.** A intranscendência trata dos limites subjetivos da pena, que não passa da pessoa do condenado, ressalvada a reparação do dano até o limite do patrimônio transferido.

(E) **Incorreta.** A legalidade exige lei prévia para a definição do crime, mas não é o fundamento da atipicidade da conduta voltada contra o próprio agente.

Questão 8. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Não há responsabilidade objetiva no Direito Penal, de modo que a fórmula não subsiste como exceção.

(B) **Incorreta.** A responsabilidade objetiva não se confunde com a teoria da imputação objetiva, que é teoria do nexo de causalidade.

(C) **Incorreta.** A ofensividade diz respeito à exigência de lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico e não legitima a punição sem dolo ou culpa.

(D) **Correta.** No caso fortuito não há dolo nem culpa, e como o princípio da responsabilidade subjetiva exige um desses elementos, a fórmula do versari in re illicita não tem mais aplicabilidade.

(E) **Incorreta.** Ainda que a conduta inicial seja dolosa, o resultado posterior só pode ser imputado se houver dolo ou culpa quanto a ele.

Questão 9. Gabarito: A

(A) **Correta.** Para o tempo do crime vale a teoria da atividade, considerando-se praticado o delito no momento da conduta, e para o lugar vale a teoria da ubiquidade, resumidas no mnemônico LUTA.

(B) **Incorreta.** A teoria do resultado, que fixa o crime no momento do resultado, não foi adotada nem para o tempo nem para o lugar.

(C) **Incorreta.** As teorias estão invertidas: a ubiquidade rege o lugar e a atividade rege o tempo.

(D) **Incorreta.** O lugar do crime não segue a teoria do resultado, mas a da ubiquidade, que considera tanto a conduta quanto o resultado.

(E) **Incorreta.** A ubiquidade, teoria mista que une conduta e resultado, foi adotada apenas quanto ao lugar do crime.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 10. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A irretroatividade da lei mais severa não é afastada aqui, pois o crime permanente continua sendo praticado já sob a vigência da lei nova.

(B) **Incorreta.** A súmula não condiciona a aplicação da lei nova à ciência do agente sobre sua vigência.

(C) **Incorreta.** A **Súmula 711** do STF alcança tanto o crime continuado quanto o crime permanente.

(D) **Incorreta.** A combinação de leis é rechaçada pelo STF e pelo STJ, que a consideram criação de lex tertia pelo juiz.

(E) **Correta.** A **Súmula 711** do STF dispõe que a lei penal mais grave se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Questão 11. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A abolitio criminis apaga justamente os efeitos penais da condenação, entre eles a reincidência e os maus antecedentes.

(B) **Incorreta.** Os efeitos extrapenais, como a obrigação de indenizar, não são alcançados pela abolitio criminis.

(C) **Correta.** A abolitio criminis é causa de extinção da punibilidade prevista no **art. 107**, III, do Código Penal, faz cessar a execução e os efeitos penais da condenação, mas preserva os efeitos civis.

(D) **Incorreta.** A abolitio criminis está prevista no **art. 2º**, caput, do Código Penal e tem natureza jurídica de causa de extinção da punibilidade.

(E) **Incorreta.** A lei que de qualquer modo favorece o agente aplica-se aos fatos anteriores ainda que já decididos por sentença condenatória transitada em julgado, sem necessidade de revisão criminal.

Questão 12. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O tribunal aplica a lei mais favorável quando a ação penal está em grau de recurso ou nos crimes de competência originária, situações anteriores ao trânsito em julgado.

(B) **Correta.** Alcançada a condenação pelo trânsito em julgado, a competência é do juízo da Vara das Execuções Criminais, conforme o **art. 66**, I, da Lei de Execução Penal e a **Súmula 611** do Supremo Tribunal Federal.

(C) **Incorreta.** Ao juiz natural de primeiro grau cabe aplicar a lei mais favorável enquanto o inquérito ou a ação penal tramitam perante ele, e não após o trânsito em julgado.

(D) **Incorreta.** A lei mais favorável é aplicada pelo órgão do Judiciário em que o feito tramita, e o processo já se encontra em fase de execução.

(E) **Incorreta.** O juízo do inquérito só atua enquanto este tramita, não sendo competente depois de formada a coisa julgada.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 13. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Não houve abolitio criminis, porque a conduta nunca deixou de ser proibida: foi retirada do Código Penal e reinserida na Lei do Racismo com a mesma descrição típica.

(B) **Incorreta.** A abolitio criminis parcial pressupõe supressão de parcela da incriminação, o que não ocorreu, já que a figura típica foi integralmente mantida em outro diploma.

(C) **Incorreta.** A pena do **art. 2º-A**, de dois a **cinco anos**, é mais grave do que a do **art. 140, § 3º**, de um a **três anos**, e por isso não retroage.

(D) **Correta.** Conforme o **REsp 2.135.321-**SP, julgado pela 6ª Turma do STJ em 22/4/2026 (**Info 895**), o deslocamento configura continuidade normativo-típica, e quem praticou o fato antes da mudança responde pela figura antiga, mais benéfica.

(E) **Incorreta.** A alteração produz efeitos, pois define o diploma aplicável aos fatos posteriores e afasta a extinção da punibilidade quanto aos anteriores.

Questão 14. Gabarito: A

(A) **Correta.** Conforme o AgRg no **AREsp 2.079.040-**SP, julgado pela 6ª Turma do STJ em 10/2/2026 (**Info 883**), houve abolitio criminis, pois o **art. 337-E** do Código Penal só alcança admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.

(B) **Incorreta.** A conduta de deixar de observar as formalidades da dispensa ou da inexigibilidade não foi reproduzida no **art. 337-E**, motivo pelo qual não há continuidade normativo-típica.

(C) **Incorreta.** Não houve deslocamento da figura típica, e sim o desaparecimento da conduta, o que impede aplicar qualquer pena aos fatos anteriores.

(D) **Incorreta.** Quem respondia apenas por essa conduta tem a punibilidade extinta, cessando a execução e os efeitos penais da sentença, na forma do **art. 2º**, caput, do Código Penal.

(E) **Incorreta.** O caso não trata de mudança de entendimento jurisprudencial, mas de alteração legislativa que suprimiu a incriminação.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A vigência atrelada à duração da situação anormal é característica da lei excepcional, e não da temporária.

(B) **Incorreta.** Ambas são autorrevogáveis, isto é, revogam-se independentemente da edição de lei posterior.

(C) **Incorreta.** Justamente por serem ultrativas, continuam regulando os fatos praticados durante sua vigência mesmo depois de revogadas.

(D) **Incorreta.** O prazo certo de vigência previsto no próprio texto é traço da lei temporária, como a que vigora de 21 de dezembro a 21 de janeiro.

(E) **Correta.** As leis temporárias e excepcionais são autorrevogáveis, porque cessam com o implemento do prazo ou da situação, e ultrativas, porque se aplicam aos fatos praticados sob sua vigência ainda que já revogadas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 16. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A combinação de leis é expressamente vedada pela súmula, sob o argumento de que o juiz criaria uma terceira lei.

(B) **Incorreta.** A lei nova pode retroagir, bastando que o resultado da incidência integral de suas disposições seja mais favorável ao réu.

(C) **Correta.** A **Súmula 501** do STJ admite a aplicação retroativa da **Lei nº 11.343/2006** desde que o resultado da incidência de suas disposições, na íntegra, seja mais favorável do que o advindo da **Lei nº 6.368/1976**, sendo vedada a combinação de leis.

(D) **Incorreta.** A vedação à combinação de leis independe do órgão julgador, alcançando também o juízo da execução.

(E) **Incorreta.** A retroatividade da lei mais benéfica decorre do **art. 5º**, XL, da Constituição Federal e do **art. 2º**, parágrafo único, do Código Penal, dispensando previsão expressa.

Questão 17. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Embora o alto-mar não seja território nacional, a embarcação privada brasileira que ali se encontra é equiparada a território por extensão.

(B) **Correta.** O **art. 5º, § 1º**, do Código Penal considera extensão do território nacional as embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada que se achem em alto-mar, incidindo a territorialidade.

(C) **Incorreta.** Entrar o agente em território nacional é condição da extraterritorialidade condicionada do **art. 7º**, II, hipótese diversa da territorialidade por extensão.

(D) **Incorreta.** As embarcações públicas ou a serviço do governo brasileiro são extensão do território onde quer que se encontrem, mas as privadas também o são quando em alto-mar.

(E) **Incorreta.** Não se trata de extraterritorialidade, e a requisição do Ministro da Justiça é exigida na hipótese do **art. 7º, § 3º**, do Código Penal.

Questão 18. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Entrar o agente no território nacional e ser o fato punível no país da prática são condições do **art. 7º, § 2º**, próprias da extraterritorialidade condicionada.

(B) **Incorreta.** A requisição do Ministro da Justiça figura na hipótese do **art. 7º, § 3º**, referente a crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil.

(C) **Incorreta.** O **art. 7º, § 1º**, determina expressamente a punição segundo a lei brasileira ainda que o agente tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

(D) **Correta.** O crime contra a vida ou a liberdade do Presidente da República está no **art. 7º**, I, a, do Código Penal, caso de extraterritorialidade incondicionada, exceção expressa ao non bis in idem, mitigada pela compensação de penas do **art. 8º**.

(E) **Incorreta.** Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro é uma das condições cumulativas do **art. 7º, § 2º**, aplicável apenas à extraterritorialidade condicionada.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 19. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 31** da Convenção assegura ao agente diplomático imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado, e o **art. 32** atribui ao Estado acreditante a renúncia, que será sempre expressa.

(B) **Incorreta.** A imunidade de jurisdição penal alcança o diplomata ainda que o crime não tenha relação com a função.

(C) **Incorreta.** A imunidade não pode ser renunciada pelo próprio agente diplomático, pois só o Estado acreditante detém essa faculdade.

(D) **Incorreta.** A imunidade abrange o diplomata, sua família, seus objetos e documentos de trabalho, alcançando também o pessoal de apoio técnico e administrativo, como o secretário e o motorista.

(E) **Incorreta.** O diplomata pode ser detido em flagrante para impedir a continuidade da prática criminosa, seguindo-se comunicação ao Estado acreditante, embora não possa ser julgado no país acreditado.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 100**, parágrafo único, I, exige que o condenado seja nacional ou tenha residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil, sem restringir a medida ao brasileiro nato.

(B) **Incorreta.** O prazo exigido pelo **art. 100**, parágrafo único, III, é de pelo menos **um ano** de condenação a cumprir ou a restar, na data de apresentação do pedido.

(C) **Incorreta.** O **art. 102**, parágrafo único, atribui a execução penal, nesses casos, à competência da Justiça Federal.

(D) **Incorreta.** O **art. 100**, parágrafo único, II, exige que a sentença tenha transitado em julgado.

(E) **Correta.** A dupla incriminação está prevista no **art. 100**, parágrafo único, IV, ao exigir que o fato que originou a condenação constitua infração penal perante a lei de ambas as partes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 1. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A dimensão formal ou procedimental é justamente a das garantias do procedimento, como contraditório, juiz natural e duração razoável, e não a do conteúdo da decisão.

(B) **Correta.** O devido processo legal formal reúne as garantias processuais do contraditório, do juiz natural e da duração razoável, enquanto o devido processo legal substancial exige que o processo gere decisões jurídicas substancialmente devidas.

(C) **Incorreta.** A dimensão substancial se desenvolveu nos Estados Unidos e foi assimilada de modo peculiar pela experiência jurídica brasileira, que lhe atribuiu fundamento próprio.

(D) **Incorreta.** As dimensões não se confundem: um processo pode observar todas as exigências formais e ainda assim produzir decisão substancialmente indevida.

(E) **Incorreta.** Na acepção moderna, o devido processo legal concretiza diversas normas, entre elas o contraditório, a ampla defesa, a paridade de armas e a proibição de provas ilícitas, não se reduzindo à legalidade.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 2. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A autonomia privada não afasta os direitos fundamentais, que também incidem nas relações entre particulares.

(B) **Incorreta.** A incidência do devido processo legal independe de previsão na convenção, pois decorre diretamente da eficácia dos direitos fundamentais.

(C) **Incorreta.** A relação entre o particular e o Estado corresponde à eficácia vertical; a eficácia horizontal é a que se dá entre particulares.

(D) **Correta.** Pela eficácia horizontal, também chamada de eficácia externa ou privada, o devido processo legal substancial alcança as relações entre particulares, e por isso o condomínio não pode aplicar penalidade sem contraditório e defesa.

(E) **Incorreta.** A eficácia vertical rege a relação entre o particular e o Estado; entre particulares fala-se em eficácia horizontal.

Questão 3. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 8º** do CPC encerra o rol com proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência, dispositivo que serve de sede a vários princípios, entre eles o da dignidade da pessoa humana, o da legalidade e o da eficiência.

(B) **Incorreta.** Moralidade e impessoalidade não constam do **art. 8º** do CPC, que menciona publicidade e eficiência.

(C) **Incorreta.** O **art. 8º** não fala em celeridade; a doutrina inclusive adverte que não existe um princípio da celeridade, mas sim o da duração razoável do processo.

(D) **Incorreta.** Oralidade e economia processual não integram o rol do **art. 8º** do CPC.

(E) **Incorreta.** Instrumentalidade e cooperação não figuram no **art. 8º**; a cooperação tem sede própria no **art. 6º** do CPC.

Questão 4. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A simples comunicação corresponde à dimensão formal, de informação e participação, e não à substancial.

(B) **Incorreta.** A reação integra a dimensão formal; a substancial exige, além disso, o poder de influência sobre a decisão.

(C) **Correta.** O contraditório substancial é informação somada a reação e a poder de influência, pois não se efetiva apenas com a oitiva da parte, exigindo a possibilidade de influir no conteúdo da decisão.

(D) **Incorreta.** O contraditório, nas duas dimensões, incide no âmbito jurisdicional, administrativo e negocial, conforme o **art. 5º**, LV, da CF/1988 e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

(E) **Incorreta.** O **art. 10** do CPC deixa claro que a oportunidade de manifestação é exigida ainda que se trate de matéria sobre a qual o juiz deva decidir de ofício.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 5. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 10** do CPC fala em grau algum de jurisdição, alcançando também os tribunais.

(B) **Incorreta.** Trocar o ainda que do **art. 10** por uma ressalva é o erro clássico: a matéria cognoscível de ofício não afasta a oportunidade de manifestação.

(C) **Incorreta.** O dispositivo não distingue a espécie de pronunciamento, vedando a surpresa em qualquer decisão fundada em ponto não debatido.

(D) **Incorreta.** A abertura do contraditório prévio é dever do juiz, independentemente de requerimento da parte.

(E) **Correta.** É a redação do **art. 10** do CPC, que veda a decisão surpresa em grau algum de jurisdição, inclusive quanto à matéria cognoscível de ofício. No mesmo sentido, o STJ decidiu ser vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório no decorrer do processo, conforme **REsp 2.049.725-**PE, julgado em 25/4/2023, **Info 772**.

Questão 6. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** Nem toda tutela da evidência autoriza a decisão sem oitiva prévia, somente as dos incisos II e III do **art. 311**, e a improcedência liminar do pedido não consta do rol.

(B) **Correta.** O parágrafo único do **art. 9º** do CPC prevê o contraditório diferido na tutela provisória de urgência, nas hipóteses de tutela da evidência do **art. 311**, incisos II e III, e na decisão do **art. 701**, que é a expedição do mandado de pagamento na ação monitória.

(C) **Incorreta.** O inciso I do parágrafo único fala em tutela provisória de urgência, sem distinguir entre a cautelar e a antecipada.

(D) **Incorreta.** Os incisos de tutela da evidência ressalvados são o II e o III, e não o I e o IV.

(E) **Incorreta.** O rol do parágrafo único do **art. 9º** é específico, não sendo autorizada a supressão do contraditório prévio em toda e qualquer liminar.

Questão 7. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 493** do CPC autoriza o juiz a considerar, de ofício ou a requerimento, o fato constitutivo, modificativo ou extintivo superveniente, e o parágrafo único impõe que, constatado de ofício o fato novo, o juiz ouça as partes sobre ele antes de decidir.

(B) **Incorreta.** O CPC expressamente admite a consideração do fato superveniente no momento de proferir a decisão.

(C) **Incorreta.** Ainda que a matéria seja cognoscível de ofício, a oitiva prévia é exigida pelo parágrafo único do **art. 493** e pelo **art. 10** do CPC.

(D) **Incorreta.** O contraditório deve ser franqueado às partes, e não apenas àquela beneficiada pelo fato novo.

(E) **Incorreta.** A solução legal é a consideração do fato no próprio processo, o que atende inclusive ao princípio da primazia da decisão de mérito.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 8. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Pelo iura novit curia, a aplicação da lei adequada à solução do conflito, ainda que não invocada pelas partes, não configura decisão surpresa.

(B) **Incorreta.** O resultado desfavorável a um dos litigantes não transforma a aplicação do direito em decisão surpresa.

(C) **Incorreta.** O contraditório prévio recai sobre o fundamento não debatido, e não sobre cada pronunciamento do juiz isoladamente considerado.

(D) **Correta.** A surpresa está na inovação: quando o julgador extrapola a causa de pedir e o pedido e adota fundamento novo sem submetê-lo ao debate, viola o contraditório e o **art. 10** do CPC.

(E) **Incorreta.** O STJ afirma justamente que não há decisão surpresa quando o magistrado, nos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático dos autos, apenas tipifica juridicamente a pretensão e aplica a lei adequada, independentemente de ouvir as partes.

Questão 9. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O **art. 6º** do CPC alcança todos os sujeitos do processo, inclusive o juiz e os auxiliares, como o perito.

(B) **Incorreta.** O juiz alheio às iniciativas das partes caracteriza o modelo adversarial, não o cooperativo.

(C) **Correta.** No modelo cooperativo a condução do processo deixa de concentrar-se em um único protagonista e se distribui entre vários núcleos de participação, de modo que a decisão resulta do diálogo entre todos os sujeitos processuais.

(D) **Incorreta.** No modelo adversarial há competição entre as partes e o juiz apenas decide; o cooperativo se distingue exatamente por superar essa lógica.

(E) **Incorreta.** A vedação à decisão surpresa é expressão do modelo cooperativo, pois impõe o diálogo prévio sobre os fundamentos da decisão.

Questão 10. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 11** do CPC comina nulidade à ausência de fundamentação, e não mera irregularidade.

(B) **Incorreta.** O controle pela opinião pública é uma das funções; a outra é proteger as partes contra juízos arbitrários e secretos, como instrumento da imparcialidade e da independência do órgão jurisdicional.

(C) **Incorreta.** O parágrafo único do **art. 11** do CPC permite a presença das partes, de seus advogados, de defensores públicos e do Ministério Público.

(D) **Incorreta.** A publicidade dos atos processuais está prevista no **art. 5º**, LX, da CF/1988, sendo reafirmada pelos **arts. 8º** e 11 do CPC.

(E) **Correta.** Reproduz o **art. 11** do CPC e seu parágrafo único, que conciliam a regra da publicidade com a restrição possível nos casos de segredo de justiça.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 11. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O inciso IV do **art. 189** do CPC condiciona o segredo à comprovação, perante o juízo, da confidencialidade estipulada na arbitragem.

(B) **Correta.** A alternativa reproduz os quatro incisos do **art. 189** do CPC, inclusive a ressalva do inciso IV quanto à comprovação da confidencialidade da arbitragem.

(C) **Incorreta.** A gratuidade da justiça, disciplinada nos **arts. 98** a 102 do CPC, não é causa de tramitação em segredo de justiça.

(D) **Incorreta.** O **§ 2º** do **art. 189** permite ao terceiro que demonstre interesse jurídico requerer certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultantes de divórcio ou separação.

(E) **Incorreta.** O **§ 1º** do **art. 189** assegura às partes e aos seus procuradores a consulta aos autos e o pedido de certidões, restringindo o acesso apenas quanto a terceiros.

Questão 12. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O **art. 5º**, LXXVIII, da CF/1988, acrescentado pela **EC nº 45/2004**, assegura a razoável duração do processo no âmbito judicial e administrativo.

(B) **Incorreta.** O **art. 4º** do CPC inclui a atividade satisfativa, e não a ressalva; trocar incluída por ressalvada é o erro mais cobrado sobre o dispositivo.

(C) **Correta.** O **art. 4º** do CPC estendeu a garantia à fase executiva ao falar em atividade satisfativa incluída, e o **art. 139**, II, atribui ao juiz o dever de velar pela duração razoável do processo.

(D) **Incorreta.** A doutrina adverte que não existe princípio da celeridade: o processo deve demorar o tempo necessário e adequado à solução do caso, aferido por critérios como o procedimento adotado, a complexidade do objeto e o comportamento das partes.

(E) **Incorreta.** A doutrina sustenta a responsabilização civil do Estado pelos danos decorrentes da excessiva demora no deslinde do processo.

Questão 13. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A parte final do **art. 7º** e o **art. 139**, I, do CPC vinculam expressamente o juiz, a quem cabe zelar pelo efetivo contraditório e assegurar igualdade de tratamento.

(B) **Incorreta.** A paridade de armas encontra guarida constitucional no **art. 5º**, caput, da CF/1988, além da previsão infraconstitucional do **art. 7º** do CPC.

(C) **Incorreta.** A redução das desigualdades que dificultam o acesso à justiça, como a financeira, a geográfica e a de comunicação, é um dos aspectos da igualdade processual, não sua negação.

(D) **Correta.** O dever judicial de zelar pelo efetivo contraditório está na parte final do **art. 7º** do CPC e é reforçado pelo **art. 139**, I, de modo que a paridade de armas obriga legislador e juiz.

(E) **Incorreta.** A imparcialidade do juiz, entendida como equidistância em relação às partes, é apontada pela doutrina como um dos aspectos da igualdade processual, ao lado da igualdade no acesso à justiça, da redução das desigualdades e da igualdade no acesso às informações.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 14. Gabarito: A

(A) **Correta.** A distinção está no modo de obtenção do resultado: o processo efetivo realiza o direito, mas pode fazê-lo de forma insatisfatória, com resultados negativos colaterais ou demora excessiva, hipótese em que terá sido efetivo sem ter sido eficiente.

(B) **Incorreta.** Justamente o contrário: um processo pode ser efetivo sem ter sido eficiente.

(C) **Incorreta.** Os conceitos estão invertidos; efetivo é o que realiza o direito, eficiente é o que o realiza de modo satisfatório.

(D) **Incorreta.** A eficiência repercute em duas dimensões, a da Administração Judiciária e a da gestão de um determinado processo jurisdicional.

(E) **Incorreta.** A eficiência está expressa na parte final do **art. 8º** do CPC, além de resultar do **art. 37**, caput, da CF/1988 e da cláusula geral do devido processo legal.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **art. 5º** do CPC alcança aquele que de qualquer forma participa do processo, e não apenas as partes.

(B) **Incorreta.** Não existe princípio da boa-fé subjetiva; o **art. 5º** veicula norma de conduta, ou seja, boa-fé objetiva, desvinculada da intenção do sujeito.

(C) **Incorreta.** O Enunciado 375 do FPPC afirma que o órgão jurisdicional também deve comportar-se de acordo com a boa-fé objetiva.

(D) **Incorreta.** O Enunciado 376 do FPPC aplica a vedação do comportamento contraditório ao órgão jurisdicional.

(E) **Correta.** A boa-fé do **art. 5º** do CPC é objetiva, é norma de conduta que impõe e proíbe comportamentos, e os Enunciados 375 e 376 do FPPC projetam esse dever sobre o próprio julgador.

Questão 16. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O direito de ação encontra limite no princípio da boa-fé processual, previsto no **art. 5º** do CPC.

(B) **Incorreta.** Além das regras de litigância de má-fé dos **arts. 79** a 81 do CPC, a conduta pode configurar ato ilícito autônomo.

(C) **Correta.** O STJ decidiu que o ajuizamento de sucessivas ações desprovidas de fundamentação idônea e intentadas com propósito doloso pode configurar ato ilícito de abuso do direito de ação ou de defesa, denominado assédio processual, conforme **REsp 1817845-**MS.

(D) **Incorreta.** A nulidade de algibeira é outra figura: consiste em a parte deixar de alegar a nulidade logo após sua ocorrência para guardá-la como trunfo e suscitá-la apenas depois, se as demais teses não tiverem êxito.

(E) **Incorreta.** O reconhecimento do ilícito processual independe de condenação criminal.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 17. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **§ 5º** do **art. 63** do CPC define juízo aleatório como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda e qualifica esse ajuizamento como prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.

(B) **Incorreta.** A lei não trata a hipótese como simples irregularidade, mas como prática abusiva com consequência específica sobre a competência.

(C) **Incorreta.** A consequência prevista é a declinação da competência, e não a extinção do processo.

(D) **Incorreta.** O dispositivo autoriza expressamente a atuação de ofício do juiz, sem depender de alegação do réu.

(E) **Incorreta.** Embora a prática se relacione com a boa-fé processual, a consequência legal indicada no **§ 5º** do **art. 63** é a declinação de competência de ofício.

Questão 18. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A lógica da primazia do mérito é oposta: o **art. 139**, IX, do CPC impõe ao juiz o dever de determinar o suprimento dos pressupostos processuais e o saneamento de vícios.

(B) **Correta.** Os **arts. 317** e 321 do CPC concretizam a primazia da decisão de mérito ao exigirem, respectivamente, oportunidade de correção do vício antes da decisão sem resolução de mérito e emenda da petição inicial antes de seu indeferimento.

(C) **Incorreta.** O parágrafo único do **art. 932** determina que o relator, antes de considerar inadmissível o recurso, conceda prazo de **cinco dias** ao recorrente para sanar o defeito.

(D) **Incorreta.** O **§ 2º** do **art. 282** determina que, quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronuncie nem mande repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

(E) **Incorreta.** O **§ 7º** do **art. 485** autoriza o juiz a retratar-se diante da apelação interposta contra sentença que extingue o processo sem exame do mérito.

Questão 19. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O **art. 492** do CPC veda expressamente a decisão de natureza diversa da pedida, sem ressalva fundada em conveniência.

(B) **Incorreta.** O **art. 141** do CPC limita o juiz aos limites propostos pelas partes e lhe veda conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

(C) **Incorreta.** O parágrafo único do **art. 492** estabelece que a decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.

(D) **Correta.** A regra do **art. 492** convive com a orientação do STJ firmada no AgInt na Pet 15.420/RJ, julgado em 6/12/2022, **Info 763**, segundo a qual a medida cautelar deferida além ou em divergência com o pedido não ofende a adstrição quando voltada à eficácia da tutela jurisdicional.

(E) **Incorreta.** A adstrição coíbe o julgamento fora e além do pedido e também o que se dá em desconformidade com a causa de pedir.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O **§ 2º** do **art. 12** exclui as sentenças proferidas em audiência, mas não cria exclusão genérica para todos os recursos contra interlocutórias.

(B) **Incorreta.** A exclusão dos embargos de declaração e do agravo interno decorre da lei, independentemente de requerimento da parte.

(C) **Incorreta.** Os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais com competência penal, também estão excluídos, na forma do inciso VIII do **§ 2º** do **art. 12**.

(D) **Incorreta.** O inciso III do **§ 2º** do **art. 12** exclui tanto o julgamento de recursos repetitivos quanto o de incidente de resolução de demandas repetitivas.

(E) **Correta.** As hipóteses indicadas constam dos incisos I, V, VI e IX do **§ 2º** do **art. 12** do CPC, que afastam a preferência cronológica em situações de julgamento padronizado, acessório ou urgente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 1. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A descrição apresentada é a da instrumentalidade, e não a da autonomia, que se afirma justamente pela existência de regras e princípios próprios.

(B) **Incorreta.** Ter regras e princípios distintos dos do direito material é traço da autonomia; a instrumentalidade é a ideia de que o processo é o meio para fazer atuar o direito material.

(C) **Correta.** A autonomia expressa que o direito processual tem regras e princípios distintos dos do direito material, ainda que sirva de instrumento a ele.

(D) **Incorreta.** Sob o viés defensorial, a normatividade revela que o processo penal limita o poder de o Estado investigar e punir, e não que o amplia.

(E) **Incorreta.** São características distintas: a autonomia se refere às regras próprias e a instrumentalidade à função de meio para atuação do direito penal.

Questão 2. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** No sistema inquisitivo, as funções de acusar, defender e julgar se concentram em um único órgão, a figura do inquisidor.

(B) **Correta.** O ponto central do sistema inquisitivo é a concentração da gestão da prova no inquisidor, que pode produzir provas de ofício, ainda que ilícitas.

(C) **Incorreta.** A iniciativa probatória nas mãos das partes é característica do sistema acusatório, não do inquisitivo.

(D) **Incorreta.** No sistema inquisitivo não há contraditório nem ampla defesa, justamente porque as funções estão reunidas em um só órgão.

(E) **Incorreta.** A gestão da prova pelas partes é traço acusatório, incompatível com a estrutura do sistema inquisitivo.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 3. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Ampliar o alcance porque o legislador ficou aquém de sua intenção é próprio da interpretação extensiva ou ampliativa; na declarativa há correspondência entre o texto e a lei.

(B) **Incorreta.** Buscar o sentido literal do texto é a interpretação literal, e a lógica busca o espírito da lei por meio de raciocínio; além disso, ambas são classificadas quanto ao modo.

(C) **Incorreta.** A nova visão imposta pela realidade caracteriza a interpretação progressiva, e não a restritiva.

(D) **Correta.** Na interpretação restritiva o intérprete restringe o alcance da norma, pois o legislador foi além de sua intenção e disse mais do que gostaria.

(E) **Incorreta.** Ampliar o alcance diante do legislador que ficou aquém da intenção corresponde à interpretação extensiva ou ampliativa.

Questão 4. Gabarito: A

(A) **Correta.** A **Súmula 444** do STJ veda que processos ou investigações em andamento sejam considerados antecedentes criminais para agravar a pena no momento do cálculo.

(B) **Incorreta.** A presunção de inocência tem conteúdo tridimensional, operando como regra probatória, regra de garantia e regra de tratamento.

(C) **Incorreta.** Não há critério numérico: a vedação alcança processos ou investigações em andamento, independentemente da quantidade.

(D) **Incorreta.** A vedação incide justamente sobre os feitos em andamento, que são os que não contam com decisão definitiva.

(E) **Incorreta.** A presunção de inocência não impede a dosimetria, mas veda o uso de feitos sem trânsito em julgado como maus antecedentes.

Questão 5. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A tese do STF é expressa ao afirmar que a execução imediata independe do total da pena aplicada.

(B) **Incorreta.** O entendimento das ADCs 43, 44 e 54, que vedava a execução antecipada, foi excepcionado para as condenações do Tribunal do Júri no **Tema 1**.068.

(C) **Incorreta.** O STF decidiu que a execução imediata da pena se aplica a todos os crimes julgados pelo Júri, ainda que conexos, como no caso do estupro apreciado na RCL 74118.

(D) **Incorreta.** A imediata execução se fundamenta na soberania dos veredictos, sem que se condicione ao julgamento do recurso.

(E) **Correta.** Essa é a tese fixada pelo STF ao dar interpretação conforme a Constituição ao **art. 492** do CPP, no julgamento do **Tema 1**.068.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 6. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O Enunciado de **Súmula nº 523** do STF condiciona a anulação por deficiência da defesa à prova de prejuízo para o réu.

(B) **Correta.** É exatamente o teor do Enunciado de **Súmula nº 523** do STF, que distingue a falta de defesa, nulidade absoluta, da defesa deficiente, que exige prova de prejuízo.

(C) **Incorreta.** A falta de defesa não é simples irregularidade, e sim nulidade absoluta.

(D) **Incorreta.** A falta de defesa é nulidade absoluta, e não relativa.

(E) **Incorreta.** A defesa técnica é vista pela doutrina e pela jurisprudência como indisponível, não podendo ser suprida pela autodefesa, que é facultativa.

Questão 7. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A autodefesa é facultativa, pois o acusado pode permanecer em silêncio no interrogatório.

(B) **Incorreta.** Doutrina e jurisprudência veem a defesa técnica, realizada por profissional, como indisponível.

(C) **Correta.** A defesa técnica é indisponível e a autodefesa é facultativa, justamente porque o acusado pode reservar-se o direito ao silêncio.

(D) **Incorreta.** Segundo Gustavo Henrique Badaró, a autodefesa compreende o direito de presença, o direito de audiência e o direito de postular pessoalmente.

(E) **Incorreta.** A autodefesa é realizada pelo próprio acusado, sobretudo no interrogatório; quem atua por profissional é a defesa técnica.

Questão 8. Gabarito: A

(A) **Correta.** A plenitude de defesa é exercida no Tribunal do Júri e permite o uso de todos os meios de convencimento dos jurados, inclusive argumentos sociológicos, políticos e religiosos, como a tese de clemência.

(B) **Incorreta.** A relação é inversa: a ampla defesa está contida no conceito de plenitude de defesa, que é mais amplo.

(C) **Incorreta.** A restrição aos meios jurídicos caracteriza a ampla defesa, e não a plenitude de defesa.

(D) **Incorreta.** A ampla defesa é garantia geral do processo penal, e o que é próprio do Júri é a plenitude de defesa.

(E) **Incorreta.** A distinção existe, pois a plenitude de defesa é mais ampla do que a ampla defesa.

Questão 9. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Não há supressão do contraditório, mas seu exercício em momento posterior, técnica admitida em medidas que dependem de sigilo para serem eficazes.

(B) **Incorreta.** O contraditório para a prova, ou contraditório real, exige que as partes atuem na própria formação do elemento de prova, o que não ocorre na interceptação.

(C) **Incorreta.** O contraditório existe, apenas se realiza depois, quando o interessado toma ciência da medida.

(D) **Correta.** O contraditório mediato ou diferido é o adiado ou postergado, e a interceptação telefônica é o exemplo clássico, pois a ciência ocorre depois, oportunidade em que se exerce a impugnação.

(E) **Incorreta.** O contraditório direto ou imediato é o praticado no ato, como na testemunha que pode ser contraditada de pronto.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP | Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 10. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A **Súmula Vinculante 14** assegura o acesso durante o próprio procedimento investigatório, independentemente do oferecimento da denúncia.

(B) **Incorreta.** O enunciado alcança os elementos de prova já documentados, e não as diligências em curso ainda não documentadas.

(C) **Incorreta.** O direito decorre diretamente da **Súmula Vinculante 14**, não se sujeitando a autorização do órgão acusador.

(D) **Incorreta.** O direito do defensor de acessar as provas produzidas nos autos não contempla nova produção de provas.

(E) **Correta.** É o teor da **Súmula Vinculante 14**, que assegura ao defensor, no interesse do representado, acesso amplo aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

Questão 11. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O princípio foi inserido no processo penal pela **Lei nº 11.719/2008**, e o STF consolidou que ele não é absoluto.

(B) **Incorreta.** Segundo o STF, a identidade física do juiz não impede a realização do interrogatório do réu por carta precatória.

(C) **Correta.** A **Lei nº 11.719/2008** inseriu o **§ 2º** do **art. 399** do CPP, e o STF firmou que o princípio não é absoluto, admitindo o interrogatório por carta precatória.

(D) **Incorreta.** O princípio, antes existente apenas no processo civil, foi transposto para o processo penal pela **Lei nº 11.719/2008**.

(E) **Incorreta.** O **art. 399, § 2º**, do CPP dispõe que o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença, e não o que recebeu a denúncia.

Questão 12. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O devido processo legal material ultrapassa a legalidade e funciona como parâmetro de controle da razoabilidade e da proporcionalidade do conteúdo das normas e decisões.

(B) **Correta.** O devido processo legal formal diz respeito à observância das regras processuais previamente estabelecidas, enquanto o material incide sobre o conteúdo das decisões e das normas jurídicas, exigindo resultado substancialmente justo.

(C) **Incorreta.** A exigência de resultado substancialmente justo pertence à dimensão material; a formal cuida da observância do procedimento.

(D) **Incorreta.** Acesso à justiça e publicidade integram a dimensão formal, que reúne as garantias procedimentais.

(E) **Incorreta.** Do devido processo legal irradiam diversos princípios, como isonomia, inafastabilidade da jurisdição, contraditório, motivação, duração razoável, presunção de inocência e publicidade.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 13. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O princípio da oportunidade vigora nas ações penais privadas, em que a vítima avalia conveniência e oportunidade.

(B) **Incorreta.** A oficiosidade significa que a autoridade policial e o Ministério Público devem agir de ofício ao tomar conhecimento de fatos criminosos.

(C) **Incorreta.** A obrigatoriedade diz respeito ao dever de oferecer denúncia, e não à impossibilidade de desistir.

(D) **Correta.** A indisponibilidade traduz a impossibilidade de o Ministério Público desistir da ação penal, e se materializa na vedação do **art. 576** do CPP quanto à desistência de recurso interposto.

(E) **Incorreta.** A oficialidade indica que os órgãos da persecução penal são órgãos oficiais, afastando a justiça privada, e não cria dever de recorrer.

Questão 14. Gabarito: A

(A) **Correta.** Segundo o STF, a designação de juízes de primeiro grau para compor órgãos colegiados não ofende o juiz natural, ainda que formem a maioria, desde que haja previsão legal autorizadora.

(B) **Incorreta.** Tribunal de exceção é o criado para a causa depois do fato, o que não se confunde com a convocação prevista em lei.

(C) **Incorreta.** O STF admite a composição mesmo que os convocados sejam maioria, exigindo previsão legal.

(D) **Incorreta.** O princípio apresenta duas dimensões: o juízo deve ser constitucional e legalmente competente para o caso e é vedado o juízo de exceção.

(E) **Incorreta.** O juiz natural é garantia constitucional, ligada ao direito de saber antecipadamente qual autoridade judicial julgará o caso.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A tese fixada no **AREsp 2.123.334-**MG é expressa ao afirmar que tais garantias não podem ser renunciadas pelo interrogado.

(B) **Incorreta.** A confissão extrajudicial admissível serve apenas como meio de obtenção de provas, indicando possíveis fontes, mas não pode embasar a sentença condenatória.

(C) **Incorreta.** Para a condenação, apenas será considerada a confissão judicial que encontre algum sustento nas demais provas, à luz do **art. 197** do CPP.

(D) **Incorreta.** A inadmissibilidade permanece mesmo que a acusação tente introduzir a confissão extrajudicial no processo por outros meios.

(E) **Correta.** É o teor da tese do STJ no **AREsp 2.123.334-**MG, que exige forma, documentação e ambiente estatal público e oficial, com garantias irrenunciáveis.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 16. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O **§ 1º** do **art. 310-A** do CPP estabelece que a coleta se faça preferencialmente na audiência de custódia ou no prazo de **dez dias** contado de sua realização, e não antes do auto de prisão em flagrante.

(B) **Incorreta.** O STJ entendeu, no **Informativo 822**, que a obrigação de fornecimento de DNA prevista no **art. 9º-A** da Lei de Execução Penal não viola o princípio da não autoincriminação.

(C) **Correta.** É exatamente o que dispõe o **§ 1º** do **art. 310-A** do CPP, incluído pela **Lei nº 15.272/2025**.

(D) **Incorreta.** O **§ 2º** exige que a coleta seja realizada por agente público treinado e respeite os procedimentos de cadeia de custódia definidos na legislação.

(E) **Incorreta.** O **art. 310-A** alcança, entre outras hipóteses, os crimes praticados com violência ou grave ameaça contra a pessoa e os crimes contra a dignidade sexual.

Questão 17. Gabarito: A

(A) **Correta.** O **art. 28-A** do CPP autoriza o Ministério Público a propor o acordo quando não for caso de arquivamento, havendo confissão formal e circunstanciada de infração sem violência ou grave ameaça com pena mínima inferior a **quatro anos**, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

(B) **Incorreta.** É vedada a substituição da figura do Ministério Público pela do juiz na celebração do acordo, e o Poder Judiciário não pode determinar ao Ministério Público que o oferte.

(C) **Incorreta.** A confissão formal e circunstanciada é requisito expresso do caput do **art. 28-A** do CPP.

(D) **Incorreta.** O dispositivo exige infração penal sem violência ou grave ameaça, e o parâmetro legal é a pena mínima inferior a **quatro anos**, não a pena máxima.

(E) **Incorreta.** O **§ 1º** do **art. 28-A** do CPP determina que sejam consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto.

Questão 18. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** O inciso I do **§ 2º** do **art. 28-A** do CPP afasta o acordo se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

(B) **Correta.** É o teor do inciso III do **§ 2º** do **art. 28-A** do CPP, que impede o acordo quando houve benefício anterior dentro do prazo de **cinco anos**.

(C) **Incorreta.** O inciso II veda o acordo ao reincidente sem distinguir entre reincidência específica e genérica.

(D) **Incorreta.** O inciso IV veda o acordo nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

(E) **Incorreta.** O inciso II ressalva expressamente a hipótese de serem insignificantes as infrações penais pretéritas.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 19. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** O juízo não analisa o mérito do acordo, mas apenas a legalidade e a voluntariedade, não lhe cabendo interferir na redação das cláusulas.

(B) **Incorreta.** O **§ 8º** do **art. 28-A** do CPP determina que, recusada a homologação, os autos voltem ao Ministério Público para análise da necessidade de complementação das investigações ou oferecimento da denúncia.

(C) **Incorreta.** A devolução se dá ao próprio Ministério Público oficiante, nos termos do **§ 5º**, e não ao procurador-geral de justiça.

(D) **Correta.** É o que dispõe o **§ 5º** do **art. 28-A** do CPP, que impõe a devolução dos autos ao Ministério Público para reformulação, com concordância do investigado e de seu defensor.

(E) **Incorreta.** O **§ 6º** prevê que, homologado o acordo, o juiz devolva os autos ao Ministério Público para que inicie a execução perante o juízo de execução penal.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A norma do **art. 28-A** do CPP é híbrida, pois possui conteúdo de direito penal e de direito processual penal, e as híbridas retroagem para beneficiar o réu.

(B) **Incorreta.** O STF limitou a aplicação aos casos em que não houver condenação definitiva, exigindo que o pedido seja feito antes do trânsito em julgado.

(C) **Incorreta.** A tese firmada admite o acordo em processos em andamento mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento.

(D) **Incorreta.** A exigência de manifestação antes do recebimento da denúncia foi fixada para as investigações e ações iniciadas a partir da proclamação do resultado do julgamento, ressalvada ainda a propositura no curso da ação penal.

(E) **Correta.** A natureza híbrida da norma explica sua incidência retroativa benéfica, e o STF fixou que é cabível o acordo em processos em andamento quando da vigência da **Lei nº 13.964/2019**, mesmo ausente confissão até então, desde que o pedido anteceda o trânsito em julgado.

DIREITOS HUMANOS

Questão 1. Gabarito: A

(A) **Correta.** O Período Axial compreende os séculos VIII a II a.C., e foi nele que o ser humano começou a ser considerado com igualdade, reconhecido por sua liberdade e razão.

(B) **Incorreta.** O recorte temporal está trocado: o Período Axial vai dos séculos VIII a II a.C.

(C) **Incorreta.** A designação é Período Axial, e seu recorte é bem mais amplo do que o século V a.C.

(D) **Incorreta.** O século XIII é o da Magna Charta Libertatum, de 1215, e não o do reconhecimento da igualdade pela liberdade e pela razão.

(E) **Incorreta.** O século XVIII é o das declarações americana e francesa, posteriores em mais de vinte séculos ao Período Axial.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 2. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A teoria não situa a disputa por recursos naturais como eixo do conflito, mas a identidade cultural e religiosa dos povos.

(B) **Incorreta.** O fator econômico não é o núcleo da tese de Huntington, que se apoia nas identidades culturais e religiosas.

(C) **Correta.** Para Huntington, as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria.

(D) **Incorreta.** A tese do fim da história é atribuída a outro autor e é justamente o oposto do que sustenta o choque de civilizações.

(E) **Incorreta.** A teoria prevê o acirramento, e não a eliminação, dos conflitos de fundo cultural e religioso.

Questão 3. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A dignidade, em Kant, é atributo do homem como ser racional, anterior e superior à ordenação estatal, e não uma decorrência da atuação do Estado.

(B) **Correta.** Para Kant, todo homem tem dignidade, que não pode ser tratada como um preço, pois preço deriva de coisas, e um ser humano não pode ser comparado a coisas.

(C) **Incorreta.** A dignidade não é graduada pela utilidade social; ela é reconhecida a todo ser humano.

(D) **Incorreta.** O homem é sujeito que busca o fim em si mesmo, e não instrumento a serviço de fins alheios.

(E) **Incorreta.** A razão prática é a vontade própria do ser racional, que age segundo leis e princípios, e não um cálculo de conveniência.

Questão 4. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** O reconhecimento de direitos inatos de toda pessoa humana, que não podem ser alienados ou suprimidos por uma decisão política, aparece na Declaração de Direitos do Povo da Virgínia, de 1776.

(B) **Incorreta.** Num primeiro momento a Magna Carta contribuiu para reforçar o regime feudal, embora já trouxesse em si o germe de sua definitiva destruição a longo prazo.

(C) **Correta.** O poder dos governantes passa a ser limitado não apenas por normas superiores fundadas no costume e na religião, mas também por direitos subjetivos dos governados.

(D) **Incorreta.** As regras processuais do habeas corpus vêm do Habeas Corpus Act, de 1679.

(E) **Incorreta.** Essa é a contribuição da Carta Política mexicana de 1917, e não da Magna Carta.

Questão 5. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** João Sem-Terra firmou a Magna Charta Libertatum, de 1215, documento do século XIII.

(B) **Incorreta.** Carlos I firmou a Petition of Rights, de 1628.

(C) **Incorreta.** Guilherme d'Orange reinava quando o Bill of Rights entrou em vigor, após a Revolução Gloriosa de 1688.

(D) **Incorreta.** Foi o Parlamento que promulgou o Bill of Rights, de 1689.

(E) **Correta.** Conforme Ingo Sarlet, o habeas corpus, de 1679, foi firmado por Carlos II.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 6. Gabarito: A

(A) **Correta.** Esses direitos marcam a evolução das liberdades e privilégios estamentais medievais e corporativos para liberdades genéricas no plano do direito público.

(B) **Incorreta.** Direitos trabalhistas e previdenciários e a responsabilidade do empregador por acidente de trabalho surgem com a Carta Política mexicana de 1917.

(C) **Incorreta.** A base da reforma agrária e a proteção do trabalhador assalariado são atribuídas à Constituição Mexicana de 1917.

(D) **Incorreta.** A expansão do sistema de educação pública é apontada como contribuição da Constituição Mexicana de 1917.

(E) **Incorreta.** A igualdade jurídica entre marido e mulher e a equiparação dos filhos são apontadas como traços da Constituição de Weimar, de 1919.

Questão 7. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A Revolução Francesa é um século posterior e deu origem à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

(B) **Correta.** O Bill of Rights, de 1689, foi promulgado pelo Parlamento e entrou em vigor no reinado de Guilherme d'Orange, como resultado da Revolução Gloriosa, de 1688.

(C) **Incorreta.** A independência americana é de 1776 e gerou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, não o Bill of Rights inglês.

(D) **Incorreta.** A Magna Carta, de 1215, é documento do século XIII, sem relação de causa com o Bill of Rights.

(E) **Incorreta.** A Convenção de Genebra, de 1864, é posterior e inaugura o direito humanitário em matéria internacional.

Questão 8. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** Não se cuidava de controle por tribunal internacional, inexistente à época, mas de submissão dos atos políticos ao juízo da humanidade.

(B) **Incorreta.** A vinculação do rei às próprias leis que edita é o sentido inovador da Magna Carta, de 1215.

(C) **Correta.** Conforme Comparato, a partir da Declaração de Independência os juízes supremos dos atos políticos deixaram de ser monarcas ou chefes religiosos e passaram a ser todos os homens, indiscriminadamente.

(D) **Incorreta.** A discussão sobre direitos sociais só surge e se consolida a partir do século XIX, com destaque para as Constituições de 1917 e 1919.

(E) **Incorreta.** A regulação das operações bélicas é objeto do direito humanitário, inaugurado pela Convenção de Genebra de 1864.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 9. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A discussão sobre direitos sociais só surge e se consolida a partir do século XIX, de modo que a Declaração da Virgínia não trata e nem poderia tratar de direitos trabalhistas ou previdenciários.

(B) **Incorreta.** A responsabilidade dos empregadores por acidente de trabalho foi criada pela Carta Política mexicana de 1917.

(C) **Incorreta.** A estrutura elaborada da democracia social é atribuída à Constituição Alemã de Weimar, de 1919, a partir das linhas-mestras da Constituição Mexicana de 1917.

(D) **Correta.** O documento é muito centrado na proteção de direitos individuais, especialmente o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança, na forma do **art. 1º**.

(E) **Incorreta.** A previsão da separação de poderes e do direito de petição é apontada no Bill of Rights, de 1689.

Questão 10. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** Foi a igualdade, e não a liberdade individual, que representou o ponto central do movimento revolucionário.

(B) **Incorreta.** Comparato registra que a Revolução Francesa não conseguiu estabelecer o princípio da igualdade entre todos, pois seu espírito foi muito mais a supressão das desigualdades estamentais.

(C) **Incorreta.** Foram os norte-americanos que, seguindo a tradição inglesa, deram mais ênfase às garantias judiciais; os franceses quase se limitaram a declarar direitos, sem mencionar os instrumentos judiciais que os garantissem.

(D) **Incorreta.** O slogan sobreviveu à revolução e tornou-se grito de ativistas em prol da democracia liberal ou constitucional e da derrubada de governos opressores.

(E) **Correta.** Na tríade famosa, a igualdade representou o ponto central do movimento revolucionário, que suprimiu desigualdades entre indivíduos e grupos sociais como a humanidade jamais experimentara.

Questão 11. Gabarito: A

(A) **Correta.** Dessa centralização sem limites à reinstalação do poder absoluto, no regime do Terror, foi só um passo.

(B) **Incorreta.** Foi exatamente o contrário: os franceses, ao contrário dos norte-americanos, quase não cuidaram dos instrumentos judiciais de garantia dos direitos.

(C) **Incorreta.** A explicação está na centralização interna exigida pela supressão dos privilégios, e não em influência do documento inglês de 1689.

(D) **Incorreta.** Não houve concessão de autonomia federativa aos entes locais, mas concentração de poderes.

(E) **Incorreta.** Os direitos econômicos e sociais só ganham espaço a partir do século XIX, com as Constituições de 1917 e 1919.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 12. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A Convenção de 1864 não cuida da proteção de refugiados, e sim das vítimas dos conflitos armados.

(B) **Correta.** Conforme Comparato, a Convenção de Genebra de 1864 inaugura o que se convencionou chamar de direito humanitário em matéria internacional.

(C) **Incorreta.** A proteção do trabalhador assalariado é atribuída à Constituição Mexicana de 1917.

(D) **Incorreta.** O Estatuto do Tribunal Penal Internacional é de 1998, bem posterior à Convenção de Genebra.

(E) **Incorreta.** O sistema internacional de proteção dos direitos civis e políticos se estrutura após a Segunda Guerra Mundial, com a Organização das Nações Unidas.

Questão 13. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A universalidade e a indivisibilidade compõem a concepção contemporânea introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

(B) **Incorreta.** Essa é a novidade absoluta atribuída à Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776.

(C) **Correta.** Firmou-se ainda o princípio da igualdade substancial de posição jurídica entre trabalhadores e empresários na relação contratual de trabalho e criou-se a responsabilidade dos empregadores por acidente de trabalho.

(D) **Incorreta.** A igualdade jurídica entre marido e mulher e a equiparação dos filhos são apontadas como traços da Constituição de Weimar, de 1919.

(E) **Incorreta.** O direito humanitário em matéria internacional é inaugurado pela Convenção de Genebra de 1864.

Questão 14. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** A primazia na atribuição de qualidade de direitos fundamentais aos direitos trabalhistas é da Carta Política mexicana de 1917.

(B) **Incorreta.** Ela foi promulgada imediatamente após o colapso de uma civilização e ressentiu-se desde o início, em sua aplicação, dos tumultos e incertezas do momento histórico.

(C) **Incorreta.** Weimar avança sobre o catálogo inglês ao estruturar o Estado da democracia social, com direitos econômicos e sociais.

(D) **Correta.** Essa estrutura veio a ser tomada em vários países após o trágico interregno nazi-fascista e a Segunda Guerra Mundial.

(E) **Incorreta.** A Constituição de Weimar é de 1919, anterior à Segunda Guerra Mundial.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 15. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** O direito humanitário em matéria internacional tem origem na Convenção de Genebra de 1864.

(B) **Incorreta.** A positivação de direitos inatos da pessoa humana é atribuída à Declaração de Direitos do Povo da Virgínia, de 1776.

(C) **Incorreta.** Os pactos de 1966 desenvolvem, e não superam, a concepção contemporânea inaugurada pela Declaração Universal de 1948.

(D) **Incorreta.** São dois pactos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de modo que não se restringem aos direitos civis e políticos.

(E) **Correta.** A democracia social complementou os direitos civis e políticos, negados pelo sistema comunista, com os direitos econômicos e sociais, ignorados pelo liberal-capitalismo.

Questão 16. Gabarito: A

(A) **Correta.** O horror engendrado pelo surgimento dos Estados totalitários suscitou a consciência de que, sem o respeito aos direitos humanos, a convivência pacífica das nações se tornava impossível.

(B) **Incorreta.** O Estatuto do Tribunal Penal Internacional é de 1998 e não se confunde com o objetivo declarado da Organização das Nações Unidas em 1945.

(C) **Incorreta.** Regular as operações bélicas é objeto do direito humanitário; o objetivo de 1945 foi justamente colocar a guerra fora da lei.

(D) **Incorreta.** Não houve substituição das ordens constitucionais nacionais, que ao contrário passaram por renovação com reafirmação da fé na legalidade democrática.

(E) **Incorreta.** A uniformização de direitos trabalhistas não é o objetivo declarado apontado para a criação da Organização das Nações Unidas.

Questão 17. Gabarito: B

(A) **Incorreta.** A concepção contemporânea não hierarquiza categorias de direitos, justamente porque os toma como indivisíveis.

(B) **Correta.** A Declaração de 1948 introduziu a concepção contemporânea de direitos humanos, abrangendo a universalidade e a indivisibilidade desses direitos.

(C) **Incorreta.** A nota é a universalidade, e não a submissão dos direitos às particularidades de cada Estado.

(D) **Incorreta.** A Declaração consigna que a cristalização desses direitos se fará progressivamente, no plano nacional e internacional, como fruto de esforço sistemático de educação em direitos humanos.

(E) **Incorreta.** A universalidade significa titularidade de todos os indivíduos, que nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.

Questão 18. Gabarito: C

(A) **Incorreta.** A convergência está nos anseios e esperanças dos povos que a subscreveram, e não na reunião de textos constitucionais.

(B) **Incorreta.** Os costumes de guerra integram o direito humanitário, inaugurado pela Convenção de Genebra de 1864.

(C) **Correta.** Bonavides afirma que com a Declaração o humanismo político da liberdade alcançou seu ponto mais alto no século XX.

(D) **Incorreta.** A Declaração não é compilação de julgados, mas documento de consenso entre os povos que a subscreveram.

(E) **Incorreta.** Os pactos internacionais de 1966 são posteriores à Declaração de 1948, e não poderiam ser por ela resumidos.

Questão 19. Gabarito: D

(A) **Incorreta.** Os direitos econômicos e sociais só se consolidam a partir do século XIX, com destaque para as Constituições de 1917 e 1919.

(B) **Incorreta.** A eficácia era reconhecida inclusive em relação à representação popular, e não condicionada a ela.

(C) **Incorreta.** Os norte-americanos, seguindo a tradição inglesa, deram ênfase justamente às garantias judiciais dos direitos.

(D) **Correta.** As declarações americanas incorporaram virtualmente os direitos e liberdades já reconhecidos pelas antecessoras inglesas do século XVII, mas com universalidade e supremacia dos direitos naturais.

(E) **Incorreta.** Esses direitos já tinham sido reconhecidos aos súditos das colônias americanas; a nota distintiva foi exatamente a universalidade.

Questão 20. Gabarito: E

(A) **Incorreta.** A Revolução Francesa marca a afirmação interna de direitos, mas não o processo de internacionalização de sua proteção.

(B) **Incorreta.** A Convenção de Genebra de 1864 inaugura o direito humanitário, etapa anterior e específica do processo.

(C) **Incorreta.** A concepção contemporânea dos direitos humanos não surgiu com o término da Primeira Guerra Mundial, e sim com o da Segunda.

(D) **Incorreta.** A Constituição de Weimar é marco de direito interno da democracia social, não do processo de internacionalização.

(E) **Correta.** Foi após a Segunda Guerra Mundial que se criou a Organização das Nações Unidas, em 1945, e se aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Material produzido pelo Grupo Educacional RDP I Proibida a circulação não autorizada, sob pena de violação de direitos autorais.